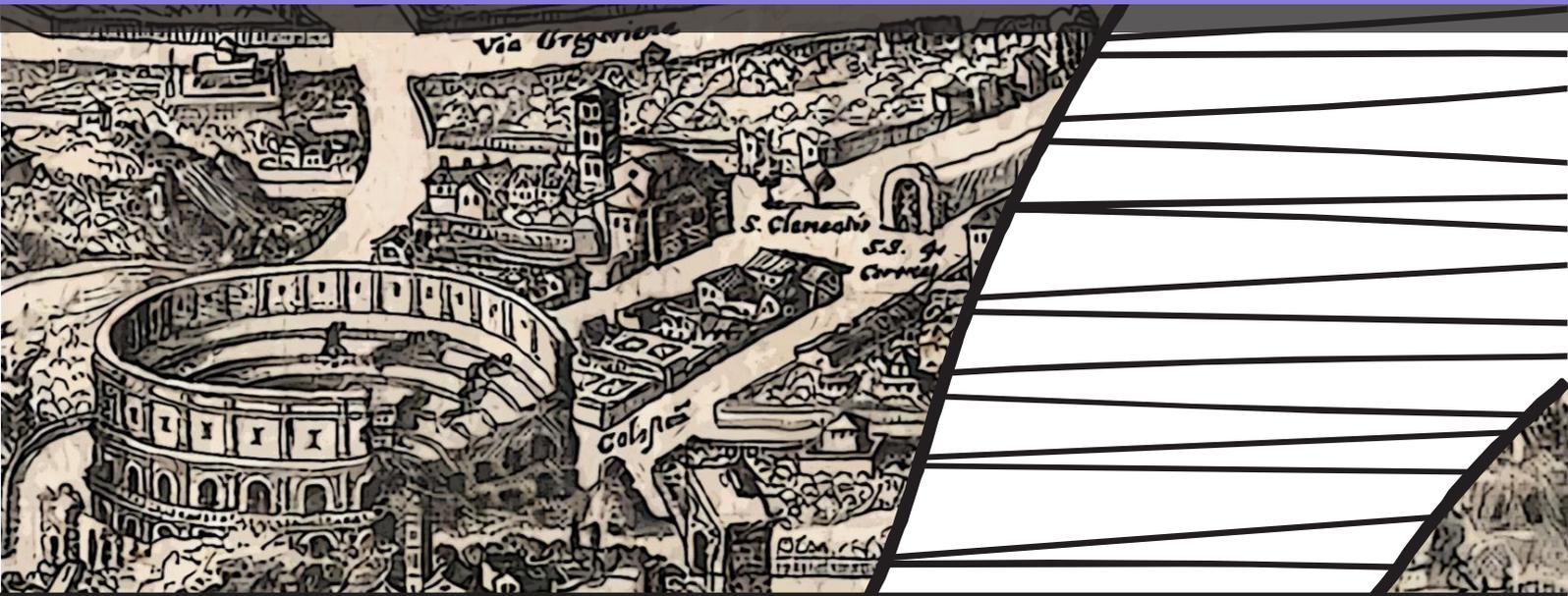


TEMÁTICA LIVRE



CADERNOS DE HISTÓRIA



CADERNOS DE HISTÓRIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Chanceler

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor

Prof. Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva

Chefe de gabinete do reitor

Prof. Guilherme Coelho Colen

Secretária-geral

Prof.^a Anne Shirley de Oliveira Rezende Martins

Pró-reitores e Secretários

Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Prof. Marcos André Silveira Kutova

Graduação – Prof. Eugênio Batista Leite

Pesquisa e Pós-graduação – Prof. Sérgio de Moraes Hanriot

Extensão – Prof.^a Carolina Costa Resende

Gestão Financeira – Prof. Paulo Sérgio Gontijo do Carmo

Logística e Infraestrutura – Prof. Rômulo Albertini Rigueira

Recursos Humanos – Prof. Sérgio Silveira Martins

Secretaria de Cultura e Assuntos Comunitários – Prof. Jorge Sündermann

Secretaria de Comunicação: - Prof. Mozahir Salomão Bruck

Pró-reitores de *campi* e unidades:

Arcos: Prof. Jorge Sündermann

Barreiro: Prof. Luis Renato Junqueira

Betim: Prof.^a Claudia Ventur

Contagem: Prof. Martinho Campolina Rebello Horta

Poços de Caldas: Prof. Iran Calixto Abrão

Praça da Liberdade: Prof. Miguel Alonso de Gouvea Valle

São Gabriel: Prof. Tarcísio José de Almeida

Serro e Guanhões: Prof. Ronaldo Rajão Santiago

PUC Minas Virtual: Prof. Carlos Barreto Ribas

Diretor do Instituto de Ciências Humanas: Prof. Alexandre M. A. Diniz

Chefe do Departamento de História: Prof^ª. Júlia Calvo

Diretor do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica: Prof. Mario Cléber Martins Lanna Júnior

Editora PUC Minas

Mariana Teixeira de Carvalho Moura

Núcleo de apoio aos periódicos PUC Minas - NAP

Alda Verônica G. de Miranda (Setor de Periódicos da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi) Javier Alberto Vadell (Estudos Internacionais)

Magali Rezende Gouvêa Meireles (ICEI – Instituto de Ciências Exatas e Informática)

Raquel Guimarães (Scripta)

CMPH – CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PUC MINAS • Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 26, subsolo da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi • 30535-901 Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4383 • E-mail: centrodememoria@pucminas.br ou cpesquisahist@pucminas.br.

EDITORIA PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180, Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil • Tel.: (31) 3319-9904 Fax: (31) 3319-9907 • E-mail: editora@pucminas.br.

ISSN-e: 2237-8871 (OJS)

CADERNOS DE HISTÓRIA

Revista do Departamento de História da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Temática Livre



Cadernos de História é uma publicação semestral do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro de Memória e de Pesquisa História da PUC Minas.

Conselho Editorial

Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues
Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro
Júlia Calvo
Jacyrá Antunes Parreiras

Editor gerente:

Mário Cléber Martins Lanna Júnior

Editor Estagiário

Isabela Santana de Souza

Revisão e Normatização

Laiz Cardoso Toledo

Diagramação de Texto

Eduardo Oliveira da Silva Filho
Isabela Santana de Souza
Mário Cléber Martins Lanna Júnior

Capa

Anderson Luiz Barbosa Araújo

Imagem da capa

Merian, M A drawing or depicting of Rome in 1642

Conselho Consultivo Nacional

Dr. Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)
Dr. Alexandre Mansur Barata (UFJF)
Dr. Amaury Carlos Ferreira (PUC Minas)
Dr.a Ana Sílvia Volpi Scott (UNISINOS)
Dr.a Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)
Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Dr. Antônio Carlos de Jucá Sampaio (UFRJ)
Dr. Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Dr. Caio César Boschi (PUC Minas/U.Porto)
Dr.a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)
Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP)
Dr.a Cláudia Wasserman (UFRGS)
Dr. Christian Edward Cyril Lynch (UERJ/FCRB)Dr.
Douglas Cole Libby (UFMG)
Dr. Ilmar Rohloff de Mattos (PUC Rio)
Dr. João Adolfo Hansen (USP)
Dr. João Antônio de Paula (UFMG)Dr.
João Feres Júnior (UERJ)
Dr.a Liana Maria Reis (PUC Minas)
Dr.a Luciana Teixeira de Andrade, (PUC Minas)
Dr.a Lucília de Almeida Neves Delgado (UNB)
Dr. Luiz Claudio Duarte (UFF)
Dr. Marco Antônio da Silveira (USCS)

Dr.a Maria Angelica Zubarán (ULBRA)
Dr.a Maria Celina Soares D'Araújo (PUC Rio)
Dr.a Maria Sílvia Casagrande Bassanezi (UNICAMP)
Dr. Tarcísio Rodrigues Botelho, (UFMG)
Dr.a Marluza Marques Harres (UNISINOS)Dr.
Olavo Pereira Soares (UNIFAL)
Dr.a Renata Rodrigues Vereza (UFF)
Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (UFMG)Dr.
Rodrigo Patto Sá Motta, (UFMG)
Dr. Sérgio Odilon Nadalin, (UFPR)
Dr.a Solange Pereira da Rocha, (UFPB)
Dr.a Magda Maria Bello Almeida Neves (PUC Minas)

Conselho Consultivo Internacional

Dr. Filipe Themudo Barata, Universidade de Évora
Dr.a Florbela Cristina Veiga Frade, Universidade Nova de Lisboa
Dr. José Manuel Santos, Universidad de Salamanca
Dr.a Maria Marta Lobo de Araújo, Universidade do Minho
Dr.a Teresa Maria e Sousa Nunes, Universidade de Lisboa
Dr. Zephyr Frank, Stanford University
Dr. José Maria Amado Mendes, Universidade de Coimbra /
Universidade Autónoma de Lisboa
Dr.a Cláudia Damasceno Fonseca, Ecole des Hautes Etudes
em Sciences Sociales

Indexadores: Periódicos CAPES, E-Revist@s, Latindex, DOAJ, PKP, Diadorim, Icap, Sumários.org, LivRe!, REDIB, SEER, IBICT, JournalTOCs, EZB.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

**C122 Cadernos de História. – v.1, n.1 (1995-). Belo Horizonte:
PUC Minas, 1995- . V. 24, n. 40 (2023).**

Semestral

ISSN 1679-5636 (Impresso)

ISSN 2237-8871 (Eletrônico)

1. História - Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

CDU: 93(05)

EDITORIAL

Os cinco artigos apresentados oferecem uma rica perspectiva sobre diferentes épocas e contextos: o Brasil Colônia, a ditadura civil-militar, a Belle Époque e a União Ibérica. Os artigos apresentados fornecem uma visão abrangente de diferentes períodos históricos, evidenciando a importância de estudos interdisciplinares para a compreensão da evolução cultural, educacional e científica das sociedades. Cada investigação, contextualizada oferece contribuições significativas para o campo da história, promovendo uma reflexão crítica sobre os eventos e suas repercussões na formação das identidades e relações sociais.

O artigo de Lara Eliani M. B. da Motta e Paulo Romualdo Hernandez explora o impacto do teatro de José de Anchieta na construção histórica da educação e da cultura no Brasil durante o século XVI. Anchieta utilizou o teatro como uma ferramenta pedagógica, empregando personagens como “diabos” para catequizar os povos nativos. Esta abordagem simbólica refletiu o esforço da Companhia de Jesus em moldar a educação e a cultura coloniais, apesar da resistência dos indígenas. A análise se fundamenta na pesquisa bibliográfica e nos pressupostos bakhtinianos, contextualizando a produção teatral no cenário ideológico e cultural da época.

Bruno Romano Rodrigues investiga, no segundo artigo, a obra *Fastigimia* de Thomé Pinheiro da Veiga, escrita entre 1604 e 1605, durante o período de exílio do autor em Valadolide, Espanha. A análise destaca as representações culturais e sociais entre portugueses e espanhóis, integrados pela União Ibérica (1580-1640). Veiga, influenciado pelo poeta latino Ovídio, constrói uma narrativa híbrida que reflete as aproximações e distanciamentos culturais entre os dois povos. O estudo revela como o exílio moldou a percepção do autor sobre sua terra natal e o país anfitrião, contribuindo para a compreensão das relações luso-espanholas naquele período.

Davilene Sousa Santos revisita a *Gazeta Médica da Bahia*, periódico criado em 1866, para organizar e analisar a produção científica em torno da revista. A *Gazeta* é um marco na história da ciência brasileira, especialmente ligada à “Escola Tropicalista Baiana”. Este levantamento historiográfico revela a importância do periódico como fonte de informação para pesquisas contemporâneas, destacando a relevância dos temas e discursos presentes nas publicações da época. O estudo da *Gazeta Médica* não apenas ilumina a evolução da medicina no Brasil, mas também a interconexão entre ciência e sociedade.

O texto *Fortaleza na Última Década do Século XIX* de Kalliany Moreira Menezes Vitoriano analisa a cidade de Fortaleza durante a última década do século XIX, um período marcado pelo desenvolvimento intelectual e a Belle Époque cearense. Apesar dos desafios impostos pelas secas, a cidade experimentou um processo de modernização que também gerou exclusão e resistência. O estudo explora as dinâmicas sociais, tecnológicas, intelectuais e religiosas desse período, revelando uma Fortaleza plural e caleidoscópica. A pesquisa contribui para a compreensão das contradições e complexidades da modernidade urbana no contexto nordestino brasileiro.

Maria Aparecida Papali, Maria Helena Alves da Silva e Valéria Regina Zanetti examinam o convênio firmado entre o Ministério da Educação do Brasil e o Leste Europeu durante a ditadura civil-militar, em plena Guerra Fria. Este estudo histórico-reflexivo, fundamentado na cultura material escolar e nos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), revela as especificidades do acordo de 1968. A análise dos documentos históricos e notícias da época demonstra como, apesar do alinhamento ideológico do Brasil com os Estados Unidos, os laboratórios de cursos de engenharia foram estabelecidos com o apoio do bloco socialista. Este paradoxo ilustra as complexas relações internacionais e os impactos na educação superior brasileira.

Mário C. M. Lanna J.

(Editor da revista *Cadernos de História*)

Sumário

ARTIGOS

- A Loura desposada do sol na última década do século XIX.** 11
KALLIANY MOREIRA MENEZES VITORIANO
- Acordo assinado entre o Ministério da Educação (MEC) e o Leste Europeu durante a ditadura civil militar brasileira: um estudo por meio da cultura material escolar.** 26
VALÉRIA REGINA ZANETTI
MARIA APARECIDA PAPALI
MARIA HELENA ALVES DA SILVA
- Arte, educação e cultura: o teatro de José de Anchieta no Brasil Colônia.** 44
LARA ELIANI M. B DA MOTTA
PAULO ROMUALDO HERNANDES
- Exílio Ibérico: Representações luso-espanholas na fastigimia, de Thomé Pinheiro da Veiga (1604-1605).** 57
BRUNO ROMANO RODRIGUES
- Gazeta Médica da Bahia: uma revisão historiográfica da literatura** 69
DAVILENE SOUSA SANTOS

A Loura desposada do sol
na última década do século XIX.

Kalliany Moreira Menezes Vitoriano
Instituto Federal do Piauí - PI

Resumo

O presente artigo busca analisar a cidade de Fortaleza na última década do século XIX, período de mais intenso desenvolvimento intelectual do Ceará. Esse decênio, que apesar de não ter sido poupado pelos rigores das secas, viveu o auge da belle époque, um processo de modernização e remodelação sócio-urbana que excluía e segregava a todos que pudessem manchar a imagem da “loura desposada do sol”. Assim, as luzes da belle époque, além de encandear, formaram sombras, e o excesso de euforia com a modernidade também resultou na resistência às mudanças e na revanche do imaginário religioso popular. Milagres, êxtases e revelações deram voz a velhos e novos profetas que, mesmo revestidos de racionalidade, não tornariam seus prognósticos menos sinistros. Portanto, através de revisão bibliográfica, investigamos o contexto social, tecnológico, intelectual e religioso do fim do século XIX, tentando contribuir com a perspectiva de que Fortaleza foi uma cidade mais que dicotômica, sobretudo plural, caleidoscópica.

Palavras-chave: Memória; Cidade; Século XIX.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 24, n. 41, Dezembro de 2023

Blonde married with the sun during the last
decade of the 19th century.

Kalliany Moreira Menezes Vitoriano
Instituto Federal do Piauí - PI

ABSTRACT

This article analyzes the city of Fortaleza, during the last decade of the 19th century, in the period of most intense intellectual development of Ceará. Decade in which, despite not having escaped of the rigors of droughts, the peak of the belle époque as experienced, process of socio-urban modernization and remodeling that, however, excluded and segregated everyone who could tarnish the image of the “blonde married with the sun”. In this way, the lights of belle époque, in addition to blinding, formed shadows and the excess of euphoria with modernity would result in resistance to changes and the revenge of the popular religious imaginary. Miracles, ecstasies and revelations gave voice to old and new prophets who, even dressed on the rationality, would not make their predictions any less sinister. Therefore, through the bibliographical review, we investigated the social, technological, intellectual and religious context of the end of the 19th century, trying to contribute with the perspective that Fortaleza was a city that was more than dichotomous, above all plural, kaleidoscopic.

Keywords: Memory; City; 19th Century.

Introdução

A presente pesquisa busca analisar a cidade de Fortaleza, “a loura desposada do sol”, na última década do século XIX. Esse decênio, apesar de não ter sido poupado pelos rigores das secas, foi o período de desenvolvimento intelectual mais intenso do Ceará (STUDART, 2010, p. 280-281). Naquela época, a capital cearense era comandada pela autoritária oligarquia acciolina (1896-1930), que efetivava a modernização e remodelação sócio-urbana de Fortaleza, a belle époque, que excluía e segregava a “tudo e todos que pudessem macular a imagem asséptica, produtivista e formoseada de Fortaleza” (PONTE, 2000, p. 180).

Sendo assim, quais foram os efeitos dessas mudanças nos hábitos da população? Quais avanços tecnológicos e estruturais Fortaleza desenvolveu nesse último decênio? A euforia com o progresso e a modernização produziu alguma reação contrária? Como reagiram os intelectuais? E as crenças? Com quais expectativas o fortalezense aguardou o novo século? Essas são algumas das questões que a presente pesquisa propõe explicitar.

Intentamos, para isso, através de revisão bibliográfica, estudar o contexto social, tecnológico, intelectual e religioso do século XIX. De modo a analisar mais especificamente a cidade de Fortaleza na última década do século, nos baseamos em autores como Sebastião Ponte (2000), Raimundo Girão (1979) e Sânzio de Azevedo (1989). Da análise de fontes como: atas, jornais, revistas, almanaques, crônicas e romances. Além disso, Câmara Cascudo (2001), Ralph Della Cava (1985), Mary Del Priore (2014), Reinhart Koselleck, (2006), Georges Minois (2016), dentre outros, também contribuíram para nossa compreensão sobre os aspectos sociais e religiosos do Brasil e do mundo naquele período.

Portanto, propomos, citando Albuquerque Júnior (2007, p. 31), “entrelaçar linhas de diferentes cores, eventos de diferentes características, para que se tenha um desenho bem ordenado no final” e o mais próximo do tecido no passado, no caso a cidade de Fortaleza na última década do século XIX. Dessa forma, o estudo busca contribuir com a perspectiva de que a capital cearense no fim do século XIX foi uma cidade mais que dicotômica, sendo plural e caleidoscópica.

A seca dos dois zeros

Fortaleza, a “Loura desposada do sol”, na última década do século XIX, não seria poupada por seu inclemente esposo do flagelo da seca. O Recenseamento de 1890 revela o desfalque populacional devido ao êxodo de grandes levas humanas com destino à Amazônia, com seus 40.902 habitantes (IBGE,1970, p. 12). Em 1872, seriam 42.458 habitantes na capital cearense. Para Barão de Studart (2010, p. 263), esses resultados eram “todos evidentemente falsos”. Incorretos seriam também os dados do Censo de 1900:

[...] em piores condições que o de 1890, pois que na ocasião em se procedeo, o Ceará se achava a braços com a medonha calamidade da secca. A população abandonando seus lares, fugia aos rigores do flagelo que se generalizou por todo o Estado do Sul e Norte. Muitas Localidades ficaram desertas, outras com um terço, talvez, de sua população (CAMARA, 1901, p. VI).

O Censo de 1900 contabilizava 48.369 habitantes (IBGE, 1970, p. 12). Porém, conforme João Câmara (1901, p. VI), “pelos cálculos dos nascimentos ocorridos na capital durante o ano de 1900 a sua população devia ser de 51.840.”. Somente após 18 longos meses de inclemente seca, em 22 de Dezembro de 1900, copiosas chuvas inundaram o solo “calcinado por um sol de fogo”: “Nesse mez o pluviômetro recolheu 205,5 milímetros, quase tanto quanto nos seis mezes da estação invernososa.” (Ibid., p. IX).

As chuvas abrandaram, também, “as moléstias que reinavam epidemicamente e com caracter assustador, taes como a varíola, o sarampo, adenite infecciosa, e outras do aparelho digestivo, desapareceram, passando-se dia sem se registrar um óbito.” (Idem).

Todavia, apesar da calidez da “seca dos dois zeros”, Fortaleza vivia em pleno auge da belle époque, um processo de modernização e remodelação sócio-urbana que excluía e segregava a todos que manchassem a sua imagem de cidade asséptica, produtivista e formoseada (PONTE, 2000, p. 179). A “gente esquelética do sertão”, que fugia do “anjo do extermínio”, sucumbiria confinada “nos degradantes campos de concentração de flagelados”, para não marcar “a areia das ruas de Fortaleza com os rastros do seu infortúnio” (GIRÃO, 1979, p. 225).

Na autoritária oligarquia comandada pelo presidente Antônio Nogueira Accioly (1896-1930), foram implementadas mudanças substanciais no que diz respeito à modernização e disciplinamento da população de Fortaleza. O Intendente da Capital, Guilherme Rocha, destaca-se como o administrador que dedicou maiores esforços para embelezar a cidade (PONTE, 2000, p. 180).

A fênix renascida

Em 1900, o historiador Paulino Nogueira (apud PONTE, 2000, p. 162) “compara a cidade de poucas décadas atrás com a ‘nova’ Fortaleza daqueles dias. Se a de ontem era ‘recatada’ e ‘muito pequena e atrasada’, a de hoje mais parecia uma ‘fênix renascida, cheia de mocidade e encantos’”. Então, essa Fortaleza refestelava-se com o conforto de alguns avanços tecnológicos, que moldavam e criavam novos hábitos e costumes, como: canalização de água potável (1867); calçamento nas ruas centrais (1857); telégrafo (1879); telefone (1883); Santa Casa de Misericórdia (1861); fábrica de tecido (1883); jornais; biblioteca (1867); linhas de navios a vapor para a Europa e Rio de Janeiro (1866) e estrada de ferro ligando a cidade ao interior (OLIVEIRA, 2009, p. 2; FARIAS, 2015, p. 219). Além de “praças arborizadas, templos majestosos, edifícios elegantes, [...] carros de aluguel, hotéis, quiosques, clube prado, corrida de touros, a cavalo e à bicicleta, quermesses, bazar e demais novidades.” (NOGUEIRA, 1899, p. 144).

O Mercado de Ferro (1897), considerado “o mais belo e confortável prédio construído na cidade numa elegante estrutura metálica”, seguia a tendência europeia e representava mais uma influência francesa na crescente Fortaleza, sendo um símbolo de civilidade e modernidade. Fortaleza, assim como outros centros urbanos naquele fim de século, vivia a febre do afrancesamento (PONTE, op. cit., p. 171; OLIVEIRA, 2013, p. 2-3). “As famílias mais ricas passavam temporadas de férias na Europa ou enviavam seus filhos para lá estudar.

[...] Tinha-se um povo vestido de ternos, luvas e cartolas a falar palavras em francês sob o sol escaldante dos trópicos.” (FARIAS, op. cit., p. 221).

Aliás, quem almejasse o ensino superior deveria buscá-lo fora da província, direcionando seus olhares para cidades como Recife, Salvador e São Paulo. Porém, Fortaleza já contava com boas escolas: “a menina educada pelas francesas Irmãs de Caridade” no Colégio Imaculada Conceição (1864), por exemplo, “canta que nem sabiá, lê como um doutor, e sabe que nem vigário!” (PAIVA, 1889, p. 36 apud CORDEIRO, 2000, p. 138-139). A Escola Normal (1884), por sua vez, era exclusivamente para as aspirantes ao magistério primário. Para os meninos destinavam-se o Seminário da Prainha, o Liceu do Ceará (1845) e o Ateneu Cearense (1863) (CAMARA, 1901, p. VI; FREIRE; SILVA, 2018, p. 443).

Sobre o lazer, o romance “A Afilhada” (1889), de Manoel de Oliveira Paiva (apud CORDEIRO, 2000, p. 138), nos indica os costumes daquela época:

“[...] além das novenas na Praia e da ida ao Passeio Público, as leituras de O Guarani, de José de Alencar e de O Seminarista, de Bernardo Guimarães, eram consideradas obrigatórias, assim como a leitura de jornais já era hábito arraigado), passando também pela política (muito discutida na roda da botica [...]).”

O lazer também foi estendido com o advento da iluminação pública a gás carbônico em 1886, o que teria dado “mais vida e sociabilidade às noites fortalezenses, fazendo com que a população fosse dormir mais tarde.” (PONTE, 2000, p. 165). Contudo, eram nos dias de lua cheia, quando o sistema de iluminação era desligado “por três e até mais dias, cada mês”, devido a carência de carvão de pedra, que Fortaleza animava-se. O “contrato com a lua” era “romanticamente aproveitada” com “serestas que fizeram época e plasmaram mentalidades. E formaram famílias” (ADERALDO, 1950, p. 391).

As noites escuras como breu ainda eram um convite para os jovens, completamente nus, se banharem na Fortaleza das cacimbas e dos chafarizes públicos, como fazia o grupo teatral Taliense de Amadores (fundado em 1898) em pleno coração da Capital, no cacimbão da Praça do Ferreira (LEITÃO, 2002, p. 9-10).

Aliás, “até 1902 a Praça do Ferreira era um denso areal circundado por frades de pedra” e possuía, em seus quatro cantos, os badalados Cafés Java, Elegante, Iracema e do Comércio” (Ibid., p. 15). Assim, à tarde, era possível degustar de um brioche e discutir “as últimas novidades políticas e literárias” com “políticos, intelectuais e boêmios”, como: Antônio Salles, Adolpho Caminha, Álvaro Martins, Lívio Barreto, Rodolpho Theophilo, Antônio Bezerra, Henrique Jorge, Barão de Studart, Tomás Pompeu, Papi Júnior, Farias Brito, Quintino Cunha, Juvenal Galeno e João Brígido (AZEVEDO, 1989).

Ainda, “no entorno da Praça do Ferreira estavam os principais estabelecimentos comerciais, repartições públicas e o ponto de partida e chegada dos bondes.” (PONTE, op. cit., p. 171). Bondes puxados a burros (1880), que “quando algum emperrava, era estimulado pelo chicote e pelos gritos de seu mestre, que berrava o nome do bicho a plenos pulmões” (LEITÃO, op. cit., p. 22). Esses veículos eram aguardados ansiosamente pelas moças nas janelas, que flertavam com seus passageiros, possíveis futuros pretendentes (PONTE, op. cit.,

p. 170).

Os bondes também acompanhavam os limites do espaço urbano, que eram determinados por três bulevares (1875): “as atuais avenidas do Imperador, Duque de Caxias e Dom Manuel” (PONTE, 2001, p. 23 apud OLIVEIRA, 2009, p. 10). O traçado urbano na forma de xadrez “agilizava o fluxo de pedestres, carros e mercadorias” e “dificultava possíveis ocorrências de revoltas e distúrbios, facilitando a vigília dos poderes públicos sobre a capital.” (PONTE, 2000, p. 166).

Contudo, Fortaleza era “das dunas errantes e livres como o espírito de sua população” (ADERALDO, 1950, p. 397). Apesar da calçada e das iniciativas modernizantes, as correntes de areia persistiam em castigar seus notáveis habitantes, lembrando-os constantemente da outra face da cidade (VIEIRA, 2005, p. 35 apud OLIVEIRA, 2009, p. 12).

A Fortaleza que se tinha

Os bulevares, “símbolo da modernidade”, marcariam, no entanto, “a fronteira (real e simbólica) entre a ‘Fortaleza que se queria’ e a ‘Fortaleza que se tinha’.”. Para além dos bulevares, imperavam as areias, “o reverso da cidade” e “antichidade”. Seus bairros periféricos “pouco sentiam a presença ou os efeitos da modernização propalada.” (JUCÁ, 2004, p. 129 apud OLIVEIRA, 2009, p. 11). E, a segregação e exclusão ultrapassariam, também, as fronteiras físicas:

“O Passeio Público, tão reputado, se compunha de três avenidas, cada uma reservada a uma camada social. O “Clube Cearense”, criado em 1867, não era freqüentado senão pelos grandes comerciantes conscientes de seus laços com a Europa. A Avenida Sete de Setembro que partia da Praça do Ferreira era reservada às elites durante o carnaval” (SANTIAGO, 2004, p. 61-62 apud OLIVEIRA, 2009, p. 11).

A busca por modernizar e embelezar a cidade também estendia-se àqueles “que, por não se enquadrarem nas regras de urbanidade e modernidade, deveriam ser ordenados, civilizados e vigiados” (OLIVEIRA, op. cit., p. 23). Portanto, “tudo e todos que pudessem macular a imagem asséptica, produtivista e formoseada de Fortaleza, foram sendo estrategicamente confinados em locais afastados”. Desse modo, os mortos, para o novo cemitério São João Batista (1872), na Jacarecanga; os doentes contagiosos, para o Lazareto da Lagoa Funda (1856); os pobres, para a Dispensário dos Pobres (1885), no Benfica; os loucos, para o Asilo de Alienados São Vicente de Paulo (1886), na Parangaba; os idosos pobres, para o Asilo de Mendicidade (1878), na Aldeota; os retirantes, para os abarracamentos na periferia e os “vadios” (desempregados), para a cadeia (PONTE, 2000, p. 179).

Era uma Fortaleza que, outrora fora “bela e recatada”, ou pelo menos era o que se buscava mostrar. Entretanto, os “registros policiais, nas entrelinhas dos jornais e nas festas populares” revelavam uma realidade diferente daquela cidade namoradeira, dos flertes nas ruas mal iluminadas nas noites de plenilúnio. Mostravam a Fortaleza das jovens mães solteiras, do consumo de éter e cocaína e dos crimes cometidos com bengalas e facadas (CAMPOS, 1996 apud OLIVEIRA, 2009, p. 6-7). Escândalos denunciados, por vezes, com sarcasmo e

deboche pela pequena elite intelectual fortalezense, apelidada pejorativamente de “Ceará Moleque”.

Segundo Ponte (2000, p. 174), a jovem boêmia “literária e ética” de Fortaleza, frequentemente, “recorria à irreverência e transgressão” para protestar contra “a ordem normatizadora intentada para a cidade pelos poderes e saberes civilizatórios.”. Suas manifestações, no entanto, não conseguiam mudar a realidade “sequer um centímetro”. O povo apenas “assistia descurioso às bulhas jornalísticas, até divertidas, das descomposturas e dos insultos.” (GIRÃO, 1979, p. 225-226).

O esplendor das letras

Para Barão de Studart (2010, p. 280-281), a década de 1890 “foi um período áureo para as letras, talvez, o “período mais fecundo, de mais intenso desenvolvimento intelectual” do Ceará. Havia “uma verdadeira competição nos domínios das letras”. É nesse decênio que surge a “primeira grande agremiação cultural e sem dúvida a mais original de todas do Ceará”: a Padaria Espiritual (1892-1898) (AZEVEDO, 1989, p. 184). O Brasil “só veria, com o fenômeno cultural assim tão diferente e criativo trinta anos depois, em 1922, com o movimento modernista, em São Paulo.” (PONTE, 2000, p. 176). Foram abrigados escritores como Antônio Sales, Adolfo Caminha, Lívio Barreto, Álvaro Martins, Rodolfo Teófilo, Antônio Bezerra; e músicos, como Henrique Jorge (AZEVEDO, op. cit., p. 184). Destacou-se, ainda, a Academia Cearense (futura Academia Cearense de Letras), fundada em 1894, antes mesmo da Academia Brasileira de Letras, instituída em 1898. Sua “Revista da Academia Cearense”, que circulou entre 1896 e 1914, era composta por diversos intelectuais, dentre eles: Barão de Studart, Tomas Pompeu, Farias Brito, Justiniano de Serpa e Padre Valdivino Nogueira (Ibid., p. 187-188). O Centro Literário (1894-1904), em sua revista “Iracema” (1895-1900), “reuniu nomes da maior significação em nossas letras”, como Papi Júnior, Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Rodolfo Teófilo, Quintino Cunha, Juvenal Galeno e Farias Brito, dentre outros (AZEVEDO, 1989, p. 189). Além, é claro, do conceituado Instituto do Ceará, fundado em 1887, com a finalidade de “tornar conhecidas a história e a geografia da Província e concorrer para o desenvolvimento das letras e sciencias.” (ESTATUTOS, 1887, p. 9). Sua autoridade científica contribuiria para legitimar a identidade regional no Ceará, “conferindo-lhe um lugar na história nacional.” (FREIRE; SILVA, 2018, p. 441). Dentre seus sócios, destacamos: Paulino Nogueira, Barão de Studart, Antônio Bezerra, Juvenal Galeno e Virgílio Brígido e Thomaz Pompeu. (MESA ADMINISTRATIVA, 1887).

Esses intelectuais bebiam das:

“[...] idéias científicistas, com a crítica de Taine subordinando obra de arte ao meio, à raça a ao momento; com o Positivismo de Comte, e sua recusa do metafísico; com o evolucionismo de Darwin, a Geografia de Ratzel, a História de Buckle, enfim, todo um elenco de idéias que apontavam para o materialismo [...]” (AZEVEDO, op. cit., p. 181).

Todavia, suas inclinações eram bem diversificadas:

“Houve aqueles que acreditaram tanto na filosofia do progresso e da regeneração política, como Antônio Sales e Álvaro Martins (O Pão, 10.07.1895, p. 5, e 17.0.1895), ou ainda os que anunciavam com pessimismo e melancolia a descrença e o fim trágico da civilização industrial, a exemplo de Lívio Barreto, Lopes Filho e Cabral de Alencar” (CARDOSO, 2002, p. 63).

Em sua obra sobre o decadentismo cearense, Oliveira (2002, p. 86) destaca, ainda, Farias Brito, integrante do Club Literário (1886), que repudiou recorrentemente, no periódico “A Quinzena” (1887-1888), a “febre científica de sua época” e a “apologia ao utilitarismo”, que, em seu entender, desvalorizava a poesia e outras formas de arte naquele fim de século.

Assombros da época

As luzes da belle époque, além de terem encandeado, formaram sombras; e o excesso de euforia com a modernidade também resultou em desilusões com a não realização dos ideais, em resistência às mudanças e à revanche do sagrado. Isso pode ser observado no trecho a seguir:

“A modernidade dos bondes, da luz elétrica e do telefone trazia também uma resistência às mudanças. Vivia-se o que um historiador denominou de “a revolta contra a razão”. Em revanche, recorria-se ao fantástico e ao imaginário popular, recheado de fadas, demônios e aparições”. (DEL PRIORE, 2014, p.113)

Essa revanche encontrou terreno fértil em Fortaleza, onde o catolicismo era tão miscigenado quanto seu povo. Sua população seguia práticas como acender velas para os santos, consultar os astros, usar simpatias para casamentos e chamar chuva, além das crenças em folclores como assombrações, mula-sem-cabeça, mesas que giram e profecias de fim do mundo. Já nos meios intelectuais e burgueses buscavam-se as doutrinas constituídas “cientificamente”. No entanto, a crença no sobrenatural, também, envolveria “as ideias, as ciências e as letras”, como o magnetismo e o espiritismo. A Doutrina Espírita (1857) articulava os conceitos de “morte, evolução e progresso” através da reencarnação da alma (Idib., p.120-121).

Em Fortaleza, o jornal “A República” divulgou, entre 1892 e 1894, um “Grande e variado espectáculo de adivinhação, ilusão, magnetismo e hypnotismo.”: o “ASSOMBRO DA EPOCHA!”. Este baseava-se unicamente nos “poderosos agentes da natureza: Magnetismo e espiritismo” e enfatizava “NADA DE APPARELHOS!”, além de proclamarem: “Abaixo o carrancismo!” (THEATRO..., 1893, p. 4, grifos do autor). Os espetáculos realizados por ilusionistas e prestidigitadores exibiam, dentre suas atrações: “Os aneis de Satanaz, ou a rara habilidade do mesmo”, “O Grande poder da FADA MARAVILHOSA”, “O poder dos espíritos”, “Vinte minutos entre os mortos” (Idem), “adivinhar pensamentos”, “BRUXARIAS fantásticas”, “magnetismo animal”, “A escritura dos espíritos”, “Os três estados do magnetismo em pratica” e “A maior maravilha do mundo o milagroso fenômeno. A MULHER COMPLETAMENTE NO AR” (THEATRO..., 1894, p. 3).

Esses shows camuflavam as práticas, visto que, em 1890, o Código Penal considerou o Espiritismo crime contra a tranquilidade pública e, mais especificamente, crime contra a saúde pública, em seus artigos

156-158. Mesmo com o Regime Republicano prometendo garantir “a plena liberdade de culto e a total separação entre o Estado e a Igreja” e o Espiritismo contando com “inúmeros representantes da intelectualidade ou da elite política”, como o ilustre cearense Bezerra de Menezes. Conhecido como “médico dos pobres”, Menezes aderiu ao espiritismo em 1886 numa conferência pública na Federação Espírita Brasileira, e dedicou sua vida à caridade. Todavia, nessa última década (1891-1900), cerca de trinta pessoas no Brasil ainda seriam processadas e acusadas de curandeirismo, cartomancia e espiritismo (DEL PRIORE, 2014, p. 64-111). Como é referido no excerto abaixo:

“Durante o século XIX, a ciência tentou afogar o maravilhoso: sem sucesso. O século XIX foi, também, aquele em que o poder sobrenatural se confrontou com o institucional. A ordem lógica não conseguiu se impor, apesar de todas as conquistas da ciência. E o que se viu foi a reação da Igreja, de políticos, de médicos e de laicos diante do avanço quase inexorável do irracional. Empurrado para a marginalidade ou a clandestinidade, o sobrenatural progrediu”. (Idib, p.119-120)

De acordo com Minois (2016, p. 511), o século XIX foi “um século aberto para o futuro” e, para controlar esse futuro, (res)surgem uma infinidade de profetas e “profecias de realização de esperanças ou profecias de vingança da parte das vítimas, dos frustrados e dos abandonados da evolução”. As classes médias consultavam “astrólogos, espíritas, cartomantes, enquanto o mundo rural segue o almanaque e recolhe as profecias das aparições marianas.” (Ibid., p. 678). As elites intelectuais, por sua vez, recorriam aos novos profetas: utopistas, cientistas, socialistas, sociólogos e autores de ficção científica. (Ibid, p. 515).

Os novos profetas da ciência moderna carregariam seus prognósticos de razão e verdade. No entanto, tal racionalidade não os tornariam menos sinistros e oportunistas, como o astrônomo Rodolphe Falb. Professor de geologia da Universidade de Viena e de matemática em Praga, Falb teria alertado que a colisão do cometa Biela com a Terra provocaria “a morte de todos os habitantes do nosso planeta em 13 de novembro de 1899.” (FIM..., 1899, p. 3). De acordo com o jornal A República, essa notícia provocou grande terror em seus leitores (O FIM..., 1894, p. 2).

Assim, as páginas dos jornais revelam que a capital cearense não seria apenas a representante do racional, expressão do progresso e das novidades europeias, mas, também, um espaço fértil do nosso imaginário popular. (MENEZES, 2007). E o litoral acolheu abundantes augúrios vindos do sertão, que provocaram temor e esperança.

Segundo Cascudo (2001, p. 458-459), nos despojos do Arraial foram encontrados incontáveis cadernos de profecias, sendo alguns atribuídos ao cearense de Quixeramobim, Antônio Vicente Mendes Maciel (1828-1897). Diversos jornais de vários estados publicaram uma “Cópia fiel de um folheto manuscrito encontrado em Canudos”, o que constata a grande circulação dessa profecia encontrada no “antro do fanatismo” (ACCIOLY, 1897, p. 5). Entretanto, tal profecia ganharia autoridade e reconhecimento, pois não seria meramente evocada pelo “fanático” e “monarquista” Antônio Conselheiro. O próprio teria se baseado na profecia de um

personagem santificado na memória do povo, Frei Vidal da Penha, que legitimaria o interesse dos jornais e dos intelectuais racionais a reproduzirem, divulgarem e discutirem amplamente os enigmas aos quais se referiu.

Accioly (1897, p. 1), no jornal “Cidade do Rio”, revela a popularidade da profecia: “Hoje, no Ceará, por toda parte, está espalhada a profecia, é comentada e explicada, [...]”. Assim, evidencia-se o interesse em decifrar os enigmas que se tornariam a chave do entendimento de quando e onde se iniciaria o fim dos tempos.

De dois a dois VV, um de pernas para baixo e outro de pernas para cima, quatro voltas de um compasso, vae chegando a um ponto, de disforme mortação; (aqui dizem os interpretes que o propheta se refere claramente a Canudos e então combinam os signaes de modo que arranjam a palavra Canudos) no meio ponde a thesoura e verás a guerra consumidora e o tempo será tal que tudo irá afinal (Idem)

Para Cascudo (2001, p. 454), essa seria a profecia-padrão, pois, em sua incompreensibilidade, caberiam todas as interpretações e desejos. Euclides da Cunha (2002, p. 108), em “Os Sertões” (1902), transcreveu alguns desses augúrios que sentenciaram e, por sua vez, marcaram o imaginário acerca do século XX:

“Em 1897 haverá muito pasto e pouco rasto e um só pastor e um só rebanho.

Em 1898 haverá muitos chapéus e poucas cabeças. [...]

Em 1900 se apagarão as luzes. Deus disse no Evangelho: eu tenho um rebanho que anda fora deste aprisco e é preciso que se reúnam porque há um só pastor e um só rebanho!”

Levine (1995, p. 284) encontrou, também, um manuscrito dessa profecia indicando que as luzes iriam se apagar em 1901. O texto seria atribuído a um profeta chamado Jeremias. Levine (1995) atribui ainda os medos e expectativas causados pela aproximação da data milenarista de 1900 ao profeta, pois os sertanejos, distantes da escatologia do catolicismo oficial, se inspiravam mais nas ameaças do “fim do mundo” baseadas nos discurso terrorífico de profetas populares, como na tradição oral e na memória regional. Assim, os sertanejos viriam na abolição da escravatura, no exílio do imperador Pedro II e na penetração ampla do governo republicano em suas vidas, os sinais da proximidade do Dia do Juízo Final.

É importante destacar, conforme Ginzburg (1987, p. 80), que, para além do texto, é crucial considerar a chave dessas leituras. No caso, trata-se da rede que os leitores, de forma inconsciente, teciam entre eles e o material impresso. Esse filtro atuava sobre suas memórias, alterando e remodelando suas interpretações, destacando determinadas passagens enquanto obscurecia outras, amplificando o significado de certas palavras ou retirando-as do contexto. O que pode também ser chamado de imaginário. Esses imaginários ressoaram e se concretizaram em cópias fiéis de folhetos manuscritos, persistindo ao longo do século XIX e além, gerando e alimentando uma variedade de visões e representações. Assim, proporcionaram uma abordagem única para experienciar e atribuir significado ao devir.

O crepúsculo do século das luzes

31 de dezembro de 1900. Fortaleza, contra os seus velhos hábitos, não se deitou às 9 horas. Toda assanhada, toda casquilha, vestindo a melhor roupa domingueira, veio para a rua. Ninguém ficou em casa. Nem

os velhos, nem as crianças. Toda a gente queria ver as festas que iam celebrar-se. A população estava arrepiada de curiosidade pelo programa das comemorações retumbantes, em regozijo da entrada do século XX, o qual era de deixar todo mundo sacudido de um nervosismo fora do comum (A República apud MENEZES, 2000, p. 117).

Assim, o nascer do novo século foi aguardado “com toda pompa e circunstância, digna da grandiosidade que preconizava ‘o século de ouro como chamam uns e da eletricidade, como dizem outros’.” (TABAJARAS, 1901, p. 4 apud VITORIANO, 2020).

Na casa de António de Papi Júnior, Presidente do Centro Literário, diversas associações reuniram-se para “celebrar condignamente a passagem do século XIX e o despontar do novo século” (BARREIRA, 1987, p. 241). Nessa ocasião, foi redigida uma Ata com os pensamentos contrastantes dos convidados acerca da nova centúria, nos quais destacamos expectativas utópicas calcadas no “mito do progresso” e na crença da evolução contínua da humanidade (PESAVENTO, 1994, p. 126), como nota-se no trecho: “Observando os factos acontecidos no século XIX, creio que inevitavelmente o século XX será de paz universal, pois a lei da evolução que traz o aperfeiçoamento da humanidade assim o determina – J. L. de Castro e Silva.” (BARREIRA, op. cit., p. 243).

Entretanto, a compreensão acerca do amanhã não seria construída da mesma maneira, pois “o que se espera para o futuro está claramente limitado de uma forma diferente do que foi experimentado no passado.” (KOSELLECK, 2006, p. 311). E, ao lembrar as vivências do passado, o temor de que o próximo século fosse trágico, assombrou os pensamentos de Rodrigues de Carvalho (apud BARREIRA, 1987, p. 243), como observa-se em: “O século XIX foi uma tragédia em Santa Helena: Napoleão foi a primeira cena, Cronje o derradeiro acto.”.

Freire Vasconcelos (apud BARREIRA, op. cit., p. 244), por sua vez, declamou “a ruidosa alegria”, que o alvorecer de um novo século provocaria ao pagar:

“O desengano passado
E os dissabores
De todo tempo findado
Por entre dores...”

Portanto, foi entre alegrias, desenganos e dores, que nos despedimos do século XIX. O século das luzes, época do progresso, serviu como motor impulsionador, acendendo as esperanças milenaristas de um futuro glorioso e os temores escatológicos de um desfecho sombrio. Otimismo e pessimismo, racionalidade e religiosidade, progresso e decadência, foram características distintivas desse período que revelou-se plural e caleidoscópico.

Conclusão

Na última década do século XIX, a cidade de Fortaleza experimentou o período de maior desenvolvimento intelectual do Ceará. Esse período de dez anos, apesar de não ter sido poupado pelos rigores das secas, viveu o auge da belle époque, o processo de modernização e remodelação sócio-urbana que excluía e segregava a todos que pudessem manchar a imagem da “loura desposada do sol”.

Contudo, Fortaleza era livre como suas dunas; e além dos limites do espaço urbano, as areias imperavam. Nos bairros periféricos da cidade pouco se sentiam os efeitos da modernização. Então, uma outra Fortaleza era revelada nos registros policiais e nas críticas dos jornais: a cidade das jovens mães solteiras, do consumo de cocaína e dos crimes de facada. A segregação e exclusão ultrapassariam, também, as fronteiras físicas.

Assim, as luzes da belle époque, além de terem encandeado, também formaram sombras e o excesso de euforia com a modernidade resultou na resistência às mudanças e na revanche do imaginário religioso popular. Milagres, êxtases e revelações deram voz a velhos e novos profetas, que mesmo revestidos de racionalidade não tornariam seus prognósticos menos sinistros. São esses fatos que nos revelam que a capital cearense não seria apenas a representante do racional, expressão do progresso e das novidades europeias, mas, também, um espaço fértil do nosso imaginário popular.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACCIOLY, Antonio Pinto Nogueira. **Assembléa Legislativa do Ceará**. Fortaleza, 01 jul. 1897, p. 4-5.
- ADERALDO, Mozart Soriano. Discursos. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo LXIV, ano LXIV, p. 390-399, 1950.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- AZEVEDO, Sânzio de. Grêmios Literários do Ceará. In: SOUZA, Simone (Coord.) **História do Ceará**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará/ Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicações, 1989, p. 180-192.
- BARREIRA, Dolor. **História da Literatura Cearense**. Monografia n. 18, tomo I. Imprensa Oficial do Ceará – IOCE: Fortaleza, 1987. (Coleção Instituto do Ceará).
- CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará para o anno de 1902**. Fortaleza: Typ. Economica, 1901.
- CAMPOS, Eduardo. **O Inventário do Cotidiano: Breve Memória da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza, 1996.
- CARDOSO, Gleudson Passos. Literatura, imprensa e política (1873-1904). In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Intelectuais**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002, p. 41-72.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstição no Brasil**. São Paulo: Global, 2001.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. In: SOUSA, Simone de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. p. 135-161.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. [1902]. São Paulo: Nova Cultura/ Suzano, 2002.

DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado**: a história do sobrenatural e do espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ESTATUTOS. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo I, p. 9-11, 1887.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2015.

FIM DO MUNDO. **A Cidade**, Sobral, 11 mar. 1899, p. 3.

FREIRE, C. DE S.; DA SILVA, A. P. B. R. O Instituto do Ceará e a intelectualidade cearense: Identidade regional, sociabilidade e escrita da história da abolição na província. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 10, n. 3, p. 440-463, 15 out. 2018.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

GIRÃO, Raimundo. **Geografia Estética de Fortaleza**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A. 1979.

IBGE. Fortaleza/Ceará. Coleção Monografias, n. 473, 1970, p. 12. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/113/col_mono_n473_fortaleza.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. A modernização de Fortaleza e o cotidiano da população: 1930-1960. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima; DAMASCENO, Francisco José Gomes; SILVA, Marco Aurélio Ferreira da (Org.). **Outras Histórias: Fortaleza, cidade(s), sujeitos(s)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEITÃO, Juarez. **A Praça do Ferreira**: República do Ceará-Moleque. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2002.

LEVINE, Robert M. **O sertão prometido**: o massacre de Canudos no Nordeste brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. **Gênese do imaginário social dos sertões entre história & ficção**. Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza, 2007. p. 69-106.

MENEZES, Raimundo de. A passagem do século. In: _____. **Coisas que o tempo levou: crônicas históricas da Fortaleza antiga**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000, p. 117-119.

MESA ADMINISTRATIVA. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, tomo I, 1887.

MINOIS, Georges. **História do futuro**: dos profetas à prospectiva. São Paulo: Ed. Unesp, 2016.

NOGUEIRA, Paulino. Um Epitáfio na calçada. In: CAMARA, João. **Almanach Administrativo, Estatístico, Mercantil, Industrial e Litterario do Estado do Ceará para o anno de 1900**. Fortaleza: Typ. Economica, 1899, p. 144.

O FIM DO MUNDO. **A República**, Fortaleza, 05 mar. 1894, p. 2.

OLIVEIRA, Caterina M. de Saboya. Há 100 anos... **O Povo**, Fortaleza, 31 dez. 2000, p. 1.

OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. As idéias científicas do século XIX no discurso do club literário. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (org.). **Intelectuais**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2002, p. 73-96.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Revista Espacialidades** [online], v. 2, n. 1, p. 1-31, 2009.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Nogueira de. Processo de Modernização de Fortaleza. **Anais da Semana de História da Feclesc**. 2013, p. 1-16. Disponível em: http://uece.br/eventos/semanadehistoriadafeclesc/anais/trabalhos_completos/72-17846-20112013-173837.pdf. Acesso em: 10 mai. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano. In: MAUCH, Cláudia. et. al. **Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994, p. 126-143.

PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza; remodelação e controle. In: SOUSA, Simone de. (Org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2000. p. 162-191.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

S., A de. Uma Prophecia. **Cidade do Rio**, Rio de Janeiro, 13 abr. 1897, p. 1.

SANTIAGO, Pádua. Pirambu: espaço estratégico de inserção no 'modelo hegemônico de bem-estar e estar bem no mundo'. In: GADELHA, Francisco Agileu de Lima; DAMASCENO, Francisco José Gomes; SILVA, Marco Aurélio Ferreira da (Org.). **Outras Histórias: Fortaleza, cidade(s), sujeitos(s)**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Eusébio de. No tempo de Frei Vidal... In: _____. Pela História do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, p. 115-120, 1934.

STUDART, Guilherme, Barão de. **Geographia do Ceará**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010. Texto editado conforme edição 1924.

TABAJARAS. Chronica. **A Cidade**, Sobral, 1 jan. 1901, p. 4.

THEATRO S. Luiz. **A República**, Fortaleza, 28 set. 1894, p. 3.

THEATRO S. Luiz. **A República**, Fortaleza, 17 fev. 1893, p. 4.

VIEIRA JR., Antonio Otaviano. **Entre o Futuro e o Passado:** aspectos urbanos de Fortaleza (1799-1850). Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

VITORIANO, Kalliany Moreira Menezes. Memórias do Porvir: o futuro na aurora do século XX. In: RAMOS, Francisco Régis Lopes. (Org.). **História, memória e historiografia.** Sobral, CE: Sertão Cult, p. 69-84, 2020.

Acordo assinado entre o Ministério da Educação (MEC)
e o Leste Europeu durante a ditadura civil-militar
brasileira: um estudo por meio da cultura material
escolar.

Valéria Regina Zanetti
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

Maria Aparecida Papali
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

Maria Helena Alves da Silva
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

Resumo

Este artigo, de caráter histórico-reflexivo, está apoiado na história política brasileira e na cultura material escolar, como forma de pensar o ensino superior no período civil-militar, fundamentando-se em seus artefatos. Tem-se por objetivo, com base na cultura material e nos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), abordar as especificidades do convênio firmado, em 1968, entre o Ministério da Educação do Brasil e o Leste Europeu, em plena Guerra Fria, quando a América alinhava-se ideologicamente ao bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos. O estudo se valeu da análise de documentos históricos, como os convênios MEC/USAID e MEC/Leste Europeu (1967-1971), de notícias de jornais das décadas de 1960 e 1970 e dos estudos da área de Ciência, Tecnologia e Sociedade, permitindo aludir que, assim como os EUA forneceram as bases pedagógicas para a criação dos cursos de engenharia no Brasil, a montagem dos laboratórios de alguns cursos só foi possível com os acordos assinados entre o MEC e o Leste Europeu, de base ideologicamente socialista.

Palavras-chave: História; Convênio MEC/Leste Europeu; Cultura Material Escolar; Guerra Fria.

Agreement signed between the Ministry of Education (MEC) and Eastern Europe during the Brazilian civil-military dictatorship: a study through school material culture.

Valéria Regina Zanetti
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

Maria Aparecida Papali
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

Maria Helena Alves da Silva
Universidade do Vale do Paraíba – SP.

ABSTRACT

This article, of historical-reflexive character, is based on Brazilian political history and school material culture, as a way of thinking about college education in the civil-military period, based on its artifacts. Its objective is, based on material culture and studies of Science, Technology and Society (CTS), to address the specificities of the agreement signed in 1968 between the Ministry of Education of Brazil and Eastern Europe, in the middle of the Cold War, when America ideologically aligned itself with the capitalist bloc led by the United States. The study used the analysis of historical documents, such as the MEC/USAID and MEC/Eastern European agreements (1967-1971), newspaper news from the 1960s and 1970s and studies in the area of Science, Technology and Society, allowing us to allude that, just as the USA provided the pedagogical basis for the creation of engineering courses in Brazil, the assembly of laboratories of some courses was only possible with the agreements signed between the MEC and Eastern Europe, with an ideologically socialist base.

Keywords: MEC/Eastern European Agreement; School Material Culture; Cold War.

Introdução

São José dos Campos, sede da região metropolitana do Vale do Paraíba paulista e litoral norte, localiza-se a leste da capital do Estado. Conhecido por sua vocação na área da tecnologia, o município aloja importantes empresas, como Panasonic, Johnson & Johnson, Ericsson, Philips, General Motors (GM), Petrobras, Monsanto e Embraer. Possui também relevantes centros de ensino e pesquisa, tais como o antigo Centro Técnico Aeroespacial (CTA) – hoje Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) – o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Centro Nacional de Monitoramento de Desastres Naturais (Cemaden), o Instituto de Estudos Avançados (IEAv), o Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), a Universidade Estadual Paulista (Unesp), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), a Faculdade de Tecnologia (Fatec), a Universidade do Vale do Paraíba (Univap), o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IP&D) e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). São José dos Campos destaca-se como importante tecnopoló de material bélico e metalúrgico. É sede do maior complexo aeroespacial da América Latina, sediando unidades de pesquisa de grandes empresas, como as fabricantes mundiais de aeronaves: Embraer, Boeing e Airbus.

O processo de industrialização do município tomou impulso a partir da instalação do ITA e do CTA, em 1950 e, posteriormente, do INPE, estimulado pelo advento da inauguração da Rodovia Presidente Dutra, que viabilizou o transporte de bens e serviços, e dinamizou o processo de urbanização na região. Na década de 1960, o município alinhava-se à política nacional desenvolvimentista, fundada na substituição de importações e orientada para crescimento do mercado interno e dos núcleos urbanos. Orquestrada pelo liberalismo tecnocrático, a política nacional da década de 1960 defendia a ação empresarial do Estado como forma de viabilizar o investimento estatal e o crescimento sustentado. O governo estava convicto de que não poderia haver crescimento sustentado sem mecanismos institucionais de formação.

A partir da década de 1960, as palavras “produção” e “produtividade” ganharam destaque no cenário nacional, sobretudo no campo educacional, condição para levar a cabo os projetos necessários ao desenvolvimento industrial. Nesse sentido, o sistema educacional passou a ser pensado para adequar-se a essa determinação; a educação tecnicista tornou-se condição indispensável para o avanço tecnológico do país e para a incorporação de grandes contingentes da população (recentemente migrada do campo) à vida social e política. Instituições educacionais públicas e privadas foram criadas para fornecer, ao Estado, a formação que o momento exigia. É proveniente desse contexto uma das primeiras faculdades privadas de engenharia da região do Vale do Paraíba paulista: a Faculdade de Engenharia do então Instituto de Estudos Valeparaibanos, atual Fundação Valeparaibana de Ensino, de São José dos Campos.

Busca-se analisar, neste artigo, não só a história da faculdade como também os planos de montagem de seus laboratórios, equipados, surpreendentemente, pelo bloco soviético, por meio dos convênios de internacionalização assinados no período da ditadura militar.

Sobre os acordos assinados no período da ditadura civil-militar, é amplamente discutido o Acordo

MEC-USAID de Assessoria para Modernização da Administração Universitária (acordo instituído pelos EUA e Brasil, a partir de 1966, para reformular, ampliar e adequar o ensino superior à realidade brasileira e solucionar também a crise pela qual passava a universidade), mas raramente se comenta sobre os acordos que o governo brasileiro assinou com o “tão temido” Leste Europeu “comunista”. Este artigo trata, mais especificamente, de analisar o Convênio MEC/Leste Europeu, firmado em 1968, com o bloco socialista em plena Guerra Fria, quando os militares se mostravam alinhados à tendência ideológica norte-americana. Por meio de acordos com os soviéticos, a Faculdade de Engenharia da Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE), mantenedora das suas faculdades isoladas em São José dos Campos, foi contemplada com equipamentos oriundos da Alemanha socialista. Por mais paradoxal que pareça, a tecnologia soviética foi importada para o Brasil, durante o período militar, para capacitar o país a se equiparar ao colossal representante do bloco capitalista.

Assim, o estudo foi desenvolvido por meio das condições materiais de funcionamento de uma das primeiras faculdades de engenharia do Vale do Paraíba, entendendo que as expressões da cultura material também enfatizam os aspectos simbólicos das atividades produtivas, “sendo fundamentais para a compreensão da materialidade do processo escolarizador e para a indagação da dinâmica escolar por meio da vivência material ou da discussão histórica das condições de trabalho e de estudo” (SILVA; SOUZA; CASTRO, 2018, p.18). Neste artigo, os objetos de estudo são os tempos, os espaços, as memórias e as experiências da educação profissional e tecnológica de uma das mais importantes instituições educacionais do Vale do Paraíba paulista. Por meio dessa história, tenta-se, ao mesmo tempo, reconstituir a trajetória da política educacional brasileira e das mudanças e tensões socioeconômicas de um tempo em que imperava o domínio ideológico das duas potências que protagonizavam o tenso cenário político da Guerra Fria.

As suas materialidades e representações, registros para a história cultural na perspectiva hermenêutica, possibilitaram a interpretação mediante a leitura dos signos que os objetos carregam, constituindo-se em campos de estudo de alto valor testemunhal para os historiadores da cultura empírica da escola. Esta é considerada por Agustín Escolano Benito (2018) como “práticas discursivas e elementos etnográficos que permitem a aproximação com a construção do patrimônio material da escola e com uma determinada arqueologia da educação, empírica e micro-histórica.” (BENITO, 2018, p. 71).

A pesquisa, de natureza histórico-reflexiva, fundamentou-se em documentos históricos, tais como convênios assinados na década de 1960 e 1970, registros de jornais de época, cartas de gestores da Universidade do Vale do Paraíba e relato de um professor fundador da faculdade. A análise dos jornais pautou-se na compreensão da imprensa não como mero veículo de informações, mas como instância subordinada às classes dominantes, caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos capazes de influenciar a vida política que se constitui instrumento essencial de politização e arregimentação de ideias (LUCA, 2008). Essa compreensão permeia toda a análise, sobretudo porque, em todos os convênios assinados no período militar, havia uma cláusula com idêntico teor, estabelecendo que as partes brasileiras do presente Convênio

“envidarão todos os esforços no sentido de divulgar o andamento e as realizações deste Projeto através dos jornais, rádio e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança Para o Progresso” (BRASIL, Convênios, s/p).

A pesquisa foi desenvolvida sob a perspectiva dos estudos da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), cujo conhecimento é situado num contexto social específico e cuja objetividade passa a ser entendida como relativa, na medida em que é contextualizada, o que implica compreender os aspectos gerais do fenômeno científico-tecnológico. Ciência, Tecnologia e Sociedade configuram uma tríade que nos obriga a analisar suas relações recíprocas e dialéticas, a fim de colocar o processo técnico-científico no contexto social, com suas implicações político-ideológicas.

O artigo tem estreita ligação com a ciência a partir do surgimento de comunidades científico-tecnológicas contextualizadas provenientes das necessidades da sua população. Influenciado pela ideia de “progresso” promovida pelas revoluções industriais, o pensamento social passou a determinar que “os únicos meios confiáveis para o melhoramento da condição humana provêm das novas máquinas, substâncias químicas e as mais diversas técnicas” (BAZZO, 2003, p. 42). Nesse sentido, ciência, tecnologia e sociedade passam a ser conceitos importantes que evocam as certezas e incertezas da condição humana, cuja prevalência da tecnologia tem sido sempre elemento definidor dos seus valores.

O texto está dividido em quatro seções. Na primeira, foram abordados os convênios internacionais assinados no país durante o período militar, em plena Guerra Fria, como política de promoção da reforma educacional alinhada ao regime político brasileiro e à ideologia norte-americana. A segunda trata da educação e do desenvolvimento no município de São José dos Campos no contexto da Guerra Fria, binômio pelo qual os gestores públicos municipais se pautavam para atribuir o papel dos cursos universitários como propulsores do progresso regional, promovendo a importação da infraestrutura necessária para levar adiante o projeto desenvolvimentista. A terceira alude especificamente ao Acordo MEC/Leste europeu, assinado em 1967. Já a última seção discorre sobre a destinação dos equipamentos soviéticos adquiridos com o Convênio Leste Europeu na década de 1971. Por fim, as considerações apresentam os resultados da pesquisa.

Convênios internacionais na área da educação assinados pelo Brasil na década de 1960

A partir da Segunda Guerra Mundial, o governo brasileiro passou a desejar a formação de um ensino superior de qualidade, condição vista como imprescindível para o desenvolvimento econômico (MATOS, 2017, p. 33). Em meados da década de 1950, a necessidade de desenvolvimento socioeconômico pela industrialização exigia a consolidação de um sistema de educação voltado para o desenvolvimento de tecnologias e fomento à pesquisa, o que causou, por sua vez, a internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil (MATOS, 2017, p. 33).

Em estudo comparativo sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil e nos Estados Unidos,

Carvalho (2007) destacou a explosão de matrículas ocorridas nos EUA durante o período conhecido como “anos dourados do capitalismo”. Esse fenômeno chegaria ao Brasil quase duas décadas depois pelo processo de uma reforma universitária, coordenado pelo regime militar. Contudo, o estudo expõe que não é possível estabelecer uma relação entre quantidade e qualidade do ensino oferecido.

A partir de meados da década de 1950, o desenvolvimentismo, que já se havia propagado no país desde a Era Vargas, ganhou novo e decisivo impulso com a chegada de Juscelino Kubitschek (JK) ao poder, em 1956, um dos presidentes mais proeminentes a governar o país na experiência democrática dos anos 1946-1964. Kubitschek havia prometido acelerar o desenvolvimento econômico com a implantação de novas indústrias, tendo, como um dos sustentáculos de seu Plano de Metas, a integração da nacionalidade, prometendo realizar, em cinco anos, o que levaria cinquenta (MOREIRA, 2008). Quando assumiu o governo, JK procurou fincar as bases no nacional-desenvolvimentismo, entendendo-se que desenvolvimentismo, para a época, era praticamente sinônimo de industrialização, que, por sua vez, determinava a natureza e a proposta do ensino, sobretudo superior (MOREIRA, 2008).

Entre 1963 e 1967, o crescimento brasileiro caiu, acirrando os debates sobre o que fazer para se retornar aos índices anteriores. Os economistas chamados Estruturalistas ou Cepalinos, cujos maiores expoentes foram Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, acreditavam que o antigo modelo brasileiro, baseado na exportação de produtos primários tropicais, estava na origem de nossos maiores problemas relativos ao desenvolvimento (PRADO *et al.*, 2007). Segundo essa vertente, o Estado deveria agir para transformar a economia, contribuindo com a formação de um mercado interno. Para que isso fosse possível, políticas públicas deveriam ser adotadas para amenizar a imensa desigualdade social, característica histórica do país. De maneira diversa, encontravam-se os economistas liberais liderados por Eugênio Gudín e Octávio Bulhões. Esses teóricos consideravam que o liberalismo seria a saída mais interessante para o Brasil, sendo desnecessária a ação do Estado como mediador na economia (PRADO *et al.*, 2007). No entanto, em ambos os casos, tinha-se como certeza que a entrada do Brasil na industrialização moderna era etapa necessária para a superação do subdesenvolvimento.

O golpe civil-militar de 1964 sinalizou a vitória da estratégia econômica defendida pelos liberais, e amplos ajustes políticos e econômicos foram desencadeados para sustentar o que ficou conhecido, posteriormente, como “milagre brasileiro”. Todavia, para que tudo isso ocorresse, foi imprescindível a força da economia mundial, a qual havia crescido aceleradamente durante a década de 1960. De acordo com Argy (1981), “[...] entre 1961 e 1973, a economia norte-americana crescia a uma taxa média de 4,5% ao ano; o Japão, a uma taxa de 9,4%; a Alemanha, 4,3% e a Itália, 4,9%” (ARGY, 1981, p. 69). No plano doméstico, algumas medidas também foram adotadas para possibilitar a atração de investimentos externos, sendo uma delas a reformulação da Lei de Remessa de Lucros, adotada no Governo Castelo Branco. Contudo, as principais medidas ocorreram nos Governos Costa e Silva e Médici, conforme observado: “a liberalização dos fluxos de capitais criou condições para que firmas brasileiras pudessem integrar-se ao rápido crescimento da oferta de

crédito internacional.” (EARP, 2003, p. 10).

No plano das relações internacionais, algumas medidas também endossaram políticas que convergiam para os rumos desenvolvimentistas que o Brasil vinha tomando desde meados da década de 1950. A partir de 1961, com a chegada de João Goulart ao poder, o país opta por adotar uma política internacional independente, para além da bipolarização entre Estados Unidos e União Soviética. Em 1963, quando Jango assumiu o presidencialismo, o Brasil e a URSS firmaram diversos acordos de comércio, possibilitando o aumento do intercâmbio entre os dois países. Os acordos previam “a abertura de um escritório comercial brasileiro na URSS e uma representação comercial soviética no Brasil” (GARCIA, 2005, p. 101). Em setembro de 1965, já no governo militar, Roberto Campos, então ministro do Planejamento, realizou visita à União Soviética aplainando o terreno para a primeira reunião da Comissão Mista Brasil-URSS, ocorrida dois meses depois (GARCIA, 2005).

Em 1967, ascende ao poder o general Costa e Silva, indicando a vitória da chamada “linha dura” das Forças Armadas. Em discurso no Itamaraty, intitulado “Diplomacia da Prosperidade”, Costa e Silva enfatiza seu objetivo de desenvolver o Brasil, retomando em parte o ideário da Política Externa Independente, política defendida por Jango e que havia sido rechaçada por Castelo Branco (GARCIA, 2005). Dessa época em diante, mesmo nos governos militares, o país tornou-se mais aberto às políticas de cooperação internacional, possibilitando acordos que estimulassem o desenvolvimento nacional.

Educação e desenvolvimento no município de São José dos Campos no contexto da Guerra Fria

No período militar, o binômio educação e desenvolvimento fez parte da política de Estado. Especificamente na cidade de São José dos Campos, interior de São Paulo, a relação entre educação e desenvolvimento social e econômico já era noticiada há muito tempo pelo jornal de maior circulação, o *Correio Joseense*, que vigorou entre 1920 e 1967. Em comemoração ao 187º aniversário da cidade, no ano de 1954, Napoleão Monteiro, diretor do periódico, ressaltava que as diferentes fases da vida política e administrativa do município punham em evidência “a atual pujança e o progresso” do local na indústria, comércio, lavoura, pecuária e educação (CORREIO JOSEENSE, 1954, p. 118).

O município já tinha sido contemplado com a instalação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) na década de 1950 e passava a criar novas instituições de ensino básico e superior. As outras organizações educacionais citadas por Monteiro foram a Faculdade de Direito – criada em 1954 – os ginásios, os grupos escolares, a faculdade de Farmácia e Odontologia e a faculdade de Filosofia, que tinham sido autorizadas para funcionamento, mas que ainda demorariam anos para funcionar efetivamente. Dessa forma, até o final da década de 1950, São José dos Campos tinha quatro estabelecimentos de ensino superior, sendo que dois deles – a Faculdade de Farmácia e Odontologia e a Faculdade de Filosofia –

só passaram a funcionar em meados de 1960.

Em 1900, existiam 24 instituições de ensino superior no Brasil; entre 1945 e 1960, o país já contava com 223 (SAMPAIO, 1991). A descentralização do ensino superior pela Constituição da República passou a permitir a criação de instituições privadas, com ampliação e diversificação de oferecimentos de cursos. Para Sampaio (1991), esse sistema educacional passou a ser associado à modernização do Estado de São Paulo, resposta ao novo arranjo econômico e social, com ênfase na formação tecnológica. O presidente Jânio Quadros, em 1961, período de criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Vale do Paraíba, reforçou o papel dos cursos universitários como propulsores do progresso regional. Segue seu discurso:

Pude atender, finalmente, a aspiração de São José dos Campos: assinei o decreto que autoriza o funcionamento do curso Ciências Econômicas e Administrativas do Vale do Paraíba. Grande centro industrial, São José dos Campos caminha para completar sua organização universitária, a qual dará sentido e profundidade ao esforço geral de progresso de toda a região. Felicito o povo de São José dos Campos. E rejubilo-me por ter atendido a sua justa reivindicação (CORREIO JOSEENSE, 1961, p. 67).

Entre as décadas de 1940 e 1960, dobrou a população do município de São José dos Campos: de 36.279 habitantes passou para 77.533, o que impôs políticas de educação de ensino básico e, sobretudo superior, para acompanhar o crescimento da população e as demandas da formação (SOARES, 2007, p. 88). Em 1959, com o objetivo de instalar, manter e criar estabelecimentos de ensino de diferentes níveis no município de São José dos Campos, criou-se o Instituto Valeparaibano de Ensino (IVE), que, então, mantinha a Faculdade de Direito. Três anos depois, com o intuito de facilitar seus objetivos, o Instituto foi transformado na Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE), que atuaria como mantenedora das Faculdades de Direito (inaugurada em 1954) e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (criada em 1961).

Em 1967, foram adicionados os cursos de Ciências Sociais, História, Geografia, Letras e Pedagogia à FVF e, em 1968, os cursos de Engenharia Civil e Elétrica. Os dois últimos foram aprovados pelo Parecer 380/67 e autorizados para funcionamento pela Portaria 62.631/68, publicada no dia 30 de abril de 1968 (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1992). Diferentemente de outras cidades que tiveram dificuldades em implantar um curso de engenharia devido à divergência do cenário regional e à escassez de profissionais qualificados, a criação das faculdades de engenharias da FVE foi rápida pelo fácil acesso a profissionais da área, formados pelo ITA, que já atuavam nos diversos setores de engenharia.

O acordo entre o MEC e o Leste Europeu (1967 - 1971)

Os laboratórios da Faculdade de Engenharia da Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE) eram precários e exigiam a aquisição de equipamentos que foram, mais tarde, adquiridos por meio da parceria do Ministério da Educação e Cultura com o Leste Europeu, em especial, com a República Democrática Alemã (RDA). O convênio, chamado oficialmente de Acordo MEC/RDA, ficou popularmente conhecido como “Acordo MEC/Leste Europeu” e tinha como objetivo adquirir, da República Democrática Alemã e da República Popular da Hungria, equipamentos, máquinas, instrumentos de laboratórios, materiais e ferramentas que não eram produzidos pela indústria nacional (OLIVEIRA; GRANATO, 2014, p. 1).

Acordo assinado entre o Ministério da Educação (MEC) e o Leste Europeu durante a ditadura civil-militar brasileira: um estudo por meio da cultura material escolar

Antes, porém, o Brasil havia celebrado, em 23 de junho de 1965, o Acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), um dentre vários outros convênios assinados durante o regime militar brasileiro com os EUA. O Acordo MEC/USAID foi realizado para o “planejamento a curto e a longo prazo do sistema do ensino superior, bem como aumentar a eficiência dos seus métodos de trabalho e de seus diversos programas coordenados, a fim de atender às necessidades educacionais presentes e futuras do Brasil nesse setor” (ALVES, 1968, p. 49). Pelo documento firmado, a finalidade do Convênio

[...] era promover meios que assegurassem assessoramento à Diretoria em estudo relacionado com a expansão e o aperfeiçoamento, a curto e a longo prazo, do sistema do ensino superior brasileiro através de processo de planejamento que torne possível a preparação e a execução, por parte das autoridades brasileiras, de programas com o objetivo de atender às crescentes necessidades desse setor (BRASIL, CONVÊNIO DE ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR, USAID/BRAZIL, 9 de maio de 1967).

O Artigo 4 do Convênio trata “das instalações adequadas de escritório, equipamento, material de consumo, telefone, secretárias bilíngues e demais assistência complementar, inclusive o pessoal necessário ao funcionamento efetivo do Grupo Permanente de Planejamento e de seus assessores” (BRASIL, Convênio de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior, Usaid/Brazil, 9 de maio de 1967).

A Diretoria poderá também designar comissões constituídas de elementos dos quadros universitários, docentes, administrativos e discentes, bem como designar ou contratar grupos, entidades e organizações da comunidade, que julgar úteis ao conveniente estudo dos diversos problemas do ensino superior, e bem assim à revisão e à implantação dos planos propostos (BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Convênio de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior, USAID/BRAZIL, em 9 de maio de 1967).

Acordavam-se, então, os métodos a serem utilizados para auxiliarem na assistência às universidades selecionadas, desejosas de tomar medidas que introduzissem métodos e práticas modernos de administração para suas instituições. Isso incluía consultoria técnica para reforma administrativa; realização de uma série de seminários, a fim de estimular outras

[...] instituições interessadas a considerar a execução de programas semelhantes; cursos de curta duração, nos Estados Unidos, para treinamento e especialização de pessoal brasileiro necessário à avaliação, adaptação e instituição de novos processos e técnicas administrativas essenciais (SILVA, 1968, p. 34, 35).

Pelo Item III do Acordo MEC/USAID, que trata das Responsabilidades, o Ministério da Educação concordava em “coordenar a participação no Projeto de aproximadamente 18 universidades brasileiras, federais, estaduais ou particulares a serem selecionadas conjuntamente pelo Ministério e pela USAID” (SILVA, 1968, p. 35). É nesse contexto que entra a Fundação Valeparaibana de Ensino, mantenedora das faculdades isoladas, que, mais tarde, se tornaria a Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP).

¹Os planos tinham o objetivo de implantar o modelo norte-americano nas universidades brasileiras por

¹ A UNIVAP é uma universidade comunitária que não é pública nem estatal, seja no âmbito federal, estadual ou municipal. Nem tampouco pode-se caracterizar a universidade comunitária como uma instituição privada, que visa lucro. A universidade comunitária é uma instituição de ensino superior sem fins lucrativos que pertence a uma comunidade, ou seja, é uma instituição que tem a participação institucionalizada do poder público e de entidades representativas da sociedade civil nos órgãos colegiados com compromisso de adotar política de extensão universitária à comunidade que, inclusive, participa de sua gestão, por meio dos setores mais representativos a que se deve, inclusive, prestar contas (AQUINO, 2019).

meio de uma profunda reforma universitária. Segundo os estudiosos, pelo Acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o novo quadro técnico que desse conta do novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava à contratação de assessores americanos para auxiliar as reformas da educação pública em todos os níveis de ensino (MENEZES; SANTOS, 2001, s/p).

De acordo com as teorias da modernização elaboradas por cientistas sociais americanos, pautadas nos conceitos de moderno, modernização, modernidade e desenvolvimento, a melhor maneira de vencer o desafio revolucionário seria modernizar os países “atrasados”, considerados presas fáceis do inimigo comunista. A educação passou, então, a ser um dos setores prioritários da pauta modernizadora, por seus efeitos multiplicadores e, sobretudo, por inculcar valores (MOTTA, 2014).

A modernização nos países pobres, segundo esses cientistas sociais americanos, deveria ir além do progresso econômico e do desenvolvimento. As mudanças também deveriam ser políticas e culturais, que trouxessem, em seu bojo, a democracia, característica da verdadeira modernidade, com o propósito de reforçar uma ideologia que competisse com os projetos revolucionários, principalmente o marxismo (MOTTA, 2014). É com esse intuito que se entende

[..] o papel central conferido pelas agências do governo americano – com destaque na Usaid, mas também em instituições privadas, como as fundações Ford e Rockefeller – à modernização das instituições educacionais brasileiras. Nesse setor foram investidos vultosos recursos, parcela significativa do dinheiro doado ou emprestado pela Usaid ao Brasil entre 1961 e 1974. Escolas e universidades eram o lócus de treinamento de mão de obra qualificada e de líderes, mas também espaço fundamental para o debate de ideias e a formação de opinião. Daí decorria o interesse em firmar os acordos MEC-Usaid que tanto celeuma iriam causar no Brasil (MOTTA, 2014, p. 10).

Entre o binômio modernização e autoritarismo, este último foi a opção política nas disputas com a esquerda revolucionária. Nesse sentido, o governo militar serviu de aporte do imperialismo norte-americano, demonstrando as ambiguidades do regime que oscilava entre um governo abertamente ditatorial e outro que respeitava as instituições liberais, ao destacar a ideologia do desenvolvimento por meio da modernização autoritária. Agentes do Estado e seus apoiadores, contrários aos movimentos e à propagação dos valores esquerdistas, que tinham a grande participação do ambiente universitário, intervinham nas reitorias, valendo-se de procedimentos inquisitoriais e de expurgo. Ansioso por uma “limpeza ideológica”, o governo militar bloqueou a livre circulação de ideias e de textos, e instalou mecanismos para vigiar a comunidade universitária (MOTTA, 2014). Os Acordos MEC/USAID, que visavam à “modernização” política da estrutura educacional, acabaram por instigar os movimentos estudantis a se posicionarem contra a privatização do ensino. Em 1968, momento de recrudescimento do poder militar, os movimentos estudantis e os grupos de intelectuais que se opunham aos convênios foram postos na clandestinidade depois da criação do Grupo de Trabalho, encarregado de estudar a reforma educacional (MENEZES; SANTOS, 2001).

Por acreditar que os acordos provocariam descontentamentos, os militares os mantiveram sob sigilo, sobretudo por conta dos opositores, certos de que as universidades federais se transformariam em fundações particulares, dependentes, por sua vez, do interesse direto e imediato do poder econômico norte-americano

(ALVES, 1968, p. 22-23). Em sua maioria estrangeiras, as grandes indústrias seriam a única fonte de financiamento para as fundações que dominariam o ensino superior brasileiro e o moldariam de acordo com seus interesses (ALVES, 1968, p. 25). A transformação das universidades brasileiras em fundações seria, na visão dos opositores, a condenação definitiva do Brasil ao subdesenvolvimento, uma vez que as fundações, financiadas pelo capital estrangeiro, não investiriam em pesquisas autônomas e importariam ciência e tecnologia de seus países de origem.

Resta, portanto, refletir sobre os acordos firmados pelo Ministério da Educação com países socialistas, como a Polônia, a Tcheco-Eslováquia, a Hungria e a União Soviética, referentes a compras de máquinas ou de laboratórios, em plena Guerra Fria, momento em que o Brasil sofria grande poder de influência dos EUA. Alves (1968), tentando explicar esses acordos estabelecidos com o Leste Europeu, esclarece que um planejamento não pode deixar de ter uma ideologia, porém, não é o caso de máquinas e laboratórios. Assim, a importação desses equipamentos não condiciona o futuro de um país (ALVES, 1968, p. 24). Já a importação de um planejamento ideológico

[...] não apenas condiciona, como determina esse futuro. Os acordos com os países socialistas são para a compra de coisas. Os acordos com os Estados Unidos são para a venda de gente. (...) Passando aos exemplos concretos: o Ministério da Educação firmou com a KOVO, da República Socialista da Tcheco-Eslováquia, um acordo para a compra de equipamentos destinados aos estabelecimentos de ensino industrial (ALVES, 1968, p. 27, 28).

Desse modo, cabe esclarecer o que vem a ser ideologia. Ideologia, na concepção de Karl Mannheim (2016), significa um determinado conhecimento sobre algo, um sistema de pensamento integrado, construído a partir de experiências. Trata-se da construção de um ponto de referência pelo qual concepções de mundo são rotuladas e refletem a ordem social dominante. São, por sua vez, pensamentos que se transformam em instrumentos de ação coletiva na esfera pública, em especial no campo da ação política (MANNHEIM, 2016). A ideologia é composta de reflexões socialmente construídas e sustentadas que servem aos indivíduos para a compreensão do mundo em que vivem. Essas reflexões podem conduzi-los no sentido de fazer com que acreditem e lutem pela permanência deste mundo como o compreendem. Nessa perspectiva, o pensamento não é somente o fruto da reflexão contemplativa, mas também fruto de um agir social que sempre se dispõe “com os outros” ou “contra os outros”, ou seja, para reforçar um quadro de pensamento, questiona-se a estrutura de pensamento do outro grupo, o “opositor” MANNHEIM (2016). É nesse sentido que se entende a divisão ideológica do mundo em dois blocos antagônicos e o alinhamento político-ideológico dos países que construíram referências para se opor ou alinhar aos modelos que mais os convinham.

No entanto, um grande problema – e o mais imediato para a pesquisa no Brasil – consistia em levar o sistema conceitual ideológico a cabo e ajustá-lo à realidade empírica do país. Isso implicava um contato mais próximo com os dois modelos político-ideológicos liderados pelos EUA e Leste Europeu. É o que constata Alves (1968) ao ressaltar que, na concepção dos militares, os acordos estabelecidos com o bloco socialista eram “meras operações comerciais realizadas com países que ofereciam condições mais vantajosas de prazos e de juros, independente do seu viés político-ideológico” (ALVES, 1968, p. 29-30). É nessa conjuntura que a

Fundação Valeparaibana de Ensino de São José dos Campos aparece como beneficiária de equipamentos e investimentos dos acordos internacionais. Isso se dava ao fato de que os convênios beneficiariam as escolas que estavam situadas em áreas desenvolvidas ou em desenvolvimento e os cursos técnicos de algumas cidades, dentre elas, São José dos Campos, no estado de São Paulo (BRASIL, 1967).

Dado o papel da intervenção do regime militar no ensino superior, o Acordo do MEC era controverso aos programas de governo anticomunista. Os agentes de repressão da ditadura encontravam desafios e limites no complexo regime militar brasileiro, que tinha uma caracterização modernizadora e autoritária. Os líderes da ditadura desejavam combater a esquerda e, ao mesmo tempo, buscavam modernizar as instituições acadêmicas e universitárias. Para isso, recebiam investimentos financeiros e verbas para a pesquisa e a instalação de laboratórios. Essa modernização ocasionava, muitas vezes, na contratação de professores com valores de esquerda ou relações e laços diplomáticos e culturais com países socialistas ou de área de influência soviética (MOTTA, 2012). Dessa forma, havia razões pragmáticas para fundamentar a ambiguidade do governo brasileiro e sua diplomacia “em direção ao leste”. Apesar da supervisão constante do Itamaraty, mostras culturais continuaram a ocorrer e alunos que faziam intercâmbios para nações socialistas persistiram. E, embora houvesse reclamações, não foram tomadas medidas explícitas de proibição (MOTTA, 2012).

O regime militar deu um grande impulso na privatização do ensino superior, tendo como mote o desenvolvimento econômico e cultural do país. Em 14 de setembro de 1967, o diretor da Faculdade de Engenharia de São José dos Campos recebeu do então Ministro da Educação e Cultura, Paulo de Tarso de Moraes Dutra, uma carta comunicando a realização dos contratos com as Repúblicas da Alemanha e da Hungria:

Êsses contratos são parte do plano geral de reforma e reequipamento das escolas brasileiras, visando à preparação de profissionais de nível superior, necessários ao desenvolvimento econômico e social do país [...]. Decidiu este Ministério que a Faculdade de Engenharia de São José dos Campos deverá ser beneficiada com a aquisição do equipamento de que tratam os referidos contratos. Assim, poderá Vossa Senhora, depois dos estudos necessários, encaminhar a este Ministério, para efeito de lavratura dos contratos aditivos, os pedidos de todo material que julgar de interesse dessa Faculdade (DUTRA, 1967, *sic*).

Esse acordo foi oficializado pelo Decreto-Lei nº 861 de 11 de setembro de 1969, que autorizou a “contratação de empréstimos externos, no valor global equivalente a US\$ 30.000.000,00 em moeda-convênio, para aquisição de equipamentos e materiais de ensino na República Democrática Alemã e República Popular da Hungria” (BRASIL, DECRETO-LEI nº 861, 1969). De acordo com o Artigo 1º do Decreto, o Poder Executivo, por meio do Ministério da Fazenda, estava autorizado a contratar,

[...] em nome da União, empréstimos externos, nos valores de US\$ RDA 20,000,000.00 e US\$ Hung 10,000,000.00 com as firmas Feinmechanik Optik, da República Democrática Alemã, e Metrimpex Hungarian Trading Company for Instruments, da República Popular da Hungria, respectivamente, para aquisição de equipamentos e materiais vinculados a projetos do Ministério da Educação e Cultura relativos a reequipamento de Universidades e Estabelecimentos isolados de Ensino Superior (BRASIL, Decreto-Lei nº 861, 1969).

Essa ação para reequipar as instituições de ensino superior brasileiro ia ao encontro do plano de ação de governo, conforme anunciado em 15 de março de 1964, que previa providências pelo Poder Executivo para democratizar o ensino e adequar o sistema educacional brasileiro às exigências de desenvolvimento do país,

promovendo programas de construção e reequipamento das instituições de ensino (LOBO, 2018).

Em dezembro de 1969, Gabriel Felisberto de Oliveira Freire, diretor da Faculdade de Engenharia, escreveu, para o então presidente da Fundação Valeparaibana de Ensino, Ernesto Basile, sobre as obras necessárias para o recebimento dos materiais do MEC:

O pavilhão que abrigará as máquinas operatrizes e que constituirá a oficina mecânica não está ainda concluído, neste final de ano. Caixas e máquinas continuam, portanto, expostas ao tempo, sem uma proteção conveniente, sendo provável a inutilização pela umidade e corrosão de peças e máquinas acarretando prejuízo considerável à Fundação (FREIRE, 1969).

Em 1971, durante a visita da Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoramento e Expansão do Ensino Superior (MEC/CEPES) à Faculdade de Engenharia de São José dos Campos, a Fundação Valeparaibana de Ensino firmou um contrato de cessão desses materiais por tempo indeterminado. Pelo contrato, o MEC/CEPES cederia o material por um período indefinido, enquanto a “Beneficiada” (FVE) providenciaria os recursos financeiros para instalação e conservação permanente do material. No entanto, a segunda e a terceira cláusulas do contrato tornaram-se problemáticas: a “Beneficiada” seria responsável pelas despesas de “frete, seguro, taxas aduaneiras e quaisquer outras necessárias à liberação dos equipamentos a partir do pôrto (*sic*) de origem” e ficaria também com a responsabilidade direta de “fiscalizar e controlar a montagem e instalação do material”, que seria feita pela *Finnechanik-Optik* ou seus representantes credenciados (BRASIL, Contrato MEC/CEPES, 1971).

Destino dos equipamentos do Convênio Leste Europeu em 1971

Não foram encontrados documentos que tratam da resolução dos problemas de estruturação para o recebimento do material adquirido pelo Convênio Leste Europeu, mas foi possível descobrir que alguns dos equipamentos não permaneceram na Fundação Valeparaibana de Ensino. Em 1971, a FVE recebeu, de Jarbas Gonçalves Passarinho, Ministro da Educação e Cultura, a recomendação de que fossem cedidas, à Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) e ao Centro Técnico Aeroespacial (CTA), uma broqueadora e uma fresadora, que se encontravam na Fundação e que haviam sido destinadas à Faculdade de Engenharia de São José dos Campos. A entrega do material deveria ser efetivada tão logo fosse assinado o convênio com aquela empresa. Clemente Fagundes Gomes, presidente da FVE, replicou que os equipamentos estavam localizados na praça Cândido Dias Castejón, na Faculdade de Direito, à disposição da EMBRAER, e que desejava “manifestar a V.S. o grande interêsse (*sic*) desta Fundação em que a Faculdade de Engenharia seja contemplada com outros equipamentos.” (GOMES, 1971).

A criação do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e a do IPD (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento), localizados em São José dos Campos, era considerada pelos militares brasileiros como sendo de importância fundamental para o sucesso da Indústria Aeronáutica Brasileira, sobretudo com a criação da EMBRAER em 1969 (OLIVEIRA, 2004, p. 1). Como observa Oliveira (2004), o governo brasileiro reconhecia a necessidade da pesquisa científica e, no caso da aeronáutica, tinha como objetivo “elevar a

tecnologia brasileira ao nível das nações mais avançadas” (OLIVEIRA, 2004, p. 3), o que explicou o redirecionamento dos equipamentos da Faculdade para a EMBRAER e para o CTA.

Alguns anos depois, em 1976, os equipamentos doados voltaram a ser notícia. O jornal ValeParaibano, de 26 de maio, noticiou que diversos equipamentos provenientes do Convênio estavam sendo transportados em um caminhão, em São José dos Campos, e distribuídos pelo MEC para outras escolas de nível superior e técnico, provocando grande comoção na cidade. De acordo com João Hernandes, diretor da Faculdade de Engenharia na época, uma vez que os equipamentos do convênio foram cedidos em comodato, eles continuavam sendo de propriedade do Ministério de Educação e Cultura. Para uns, houve falhas na distribuição dos equipamentos, pois alegava-se que algumas escolas receberam quantidade excessivas para a capacidade e para a natureza do curso ministrado. Para acertar o erro, o MEC, por intermédio do PREMESU, passou a redistribuir o equipamento.

De fato, três meses antes, em fevereiro, havia sido divulgado no Jornal Agora, de São José dos Campos, um edital de comissão de alienação de máquinas de grande porte pelo PREMESU, com julgamento na Escola Paulista de Medicina, em São Paulo, de equipamentos que estavam expostos na Faculdade de Engenharia. De acordo com o vereador Fauza Métene, líder do partido da Arena na Câmara Municipal de São José dos Campos, os equipamentos da Faculdade que foram transferidos tiveram como motivo as “precárias condições dos locais onde estavam depositados, favorecendo até mesmo a sua deterioração.” (MÉTENE, 1976). Diante disso, a decisão foi devolver os materiais ao Ministério da Educação (MEC), que se comprometeu a realocar os itens que não eram de interesse específico da escola. Além disso, foi prometido um crédito especial para o fornecimento de materiais destinados exclusivamente ao curso da FVE (MÉTENE, 1976). No ano seguinte, o vereador Carlos Alberto Bastos, líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), apresentou em 18 de abril, na Câmara Municipal de São José dos Campos, um pedido para instauração de uma sindicância ou inquérito na Fundação Valeparaibana de Ensino. Entre os pontos citados, dois deles eram referentes à Faculdade de Engenharia. Um fazia referência a equipamentos recebidos do Ministério da Educação e Cultura, no valor de trinta milhões de cruzeiros. O outro ponto falava da “defesa do patrimônio da Faculdade de Engenharia e Arquitetura, tendo em vista a espoliação daquele patrimônio” (BASTOS, 1977). Em resposta a Bastos, o interventor da FVE, José Carvalho de Florence, informou, ao Jornal Agora, que as acusações feitas tinham “inexistência de fundamentos” (FLORENCE, 1977).

Certamente, a cultura material escolar, produto dos acordos com o Leste Socialista, incomodava setores hegemônicos do município de São José dos Campos, que se tornou, por conta da sua localização geográfica, uma importante sede da organização militar e instituição científica e tecnológica do Comando da Aeronáutica e da Força Aérea Brasileira. A simbologia que o equipamento soviético carregava sequer permitiria iniciativas de patrimonialização dos bens educativos e da musealização desse patrimônio, por carregar a história de uma relação comprometedora do ponto de vista ideológico. A própria existência dos bens materiais ressaltava os pressupostos que cotejavam a ambígua história de nosso processo de modernização da educação, segundo

preceitos autoritários.

Considerações finais

A Faculdade de Engenharia de São José dos Campos, idealizada por professores do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), assim como muitas universidades públicas, beneficiou-se do Acordo MEC/Leste Europeu. Por mais opostas que as ideologias pareçam, o governo brasileiro, em pleno contexto da divisão do mundo em blocos e sistemas político-econômicos antagônicos, liderados, de um lado, pelos EUA e, de outro, pela União Soviética, favoreceu-se dos equipamentos da República Democrática Alemã, mostrando que a cortina de ferro, pelo menos no quesito da importação de equipamentos, não era tão radical como se pensava. No entanto, parte da história da Faculdade de Engenharia atrelada ao Convênio MEC/Leste Europeu foi silenciada. Adormecida nos papéis, amarelecidos pelo tempo, a memória trouxe à tona uma história que poucos conhecem. O patrimônio material, feito monumento, elucidou caminhos nem sempre vigorosos de um tempo memorável, do ponto de vista das incoerências ideológicas. O destino incerto que deram aos equipamentos dos Acordos MEC/Leste Europeu, enviados para a Faculdade de Educação da Univap, talvez seja uma tentativa de apagamento de uma memória traumática que se quer esquecer. No entanto, outras instituições que receberam os equipamentos do MEC optaram por preservá-los. Notavelmente, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, alguns dos equipamentos foram destinados à criação de um Observatório e hoje fazem parte de uma coleção exposta em diferentes locais dentro do Observatório Valongo e no térreo do prédio da Luneta Pazos.

É possível afirmar que, além da competência administrativa e das orientações dos planos pedagógicos norte-americanos, os equipamentos cedidos pelo MEC à Faculdade de Engenharia da Fundação Valeparaibana também repercutiram positivamente na estruturação da faculdade e do curso de Engenharia em São José dos Campos, condição *sine qua non* para o oferecimento de cursos com viés tecnológico. Os dados de alunos egressos dessa faculdade, a partir de então, e a influência que o curso de Engenharia teve na criação de futuros cursos técnicos em Eletrônica (1972), mantidos pela Fundação, foram e são critérios básicos para a manutenção deles.

Assim como o Convênio MEC/USAID, o Acordo MEC/Leste Europeu alimentou o desejo brasileiro de alcançar o desenvolvimento socioeconômico pela industrialização. A política de internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES), no país, exigia a consolidação de um sistema educacional voltado para o desenvolvimento de tecnologias e fomento à pesquisa, o que foi feito graças à promoção e à ingerência dos modelos de ensino norte-americanos no sistema de educação brasileiro.

Pode-se dizer, então, que, se por um lado a ideologia norte-americana se afirmava, dentre outras coisas, por meio das reformulações no sistema de ensino, por outro, os equipamentos dos países do Leste Europeu, de referência socialista e de códigos indiciários de um passado intimidador, deram condições materiais para a

consolidação dos projetos desenvolvimentistas brasileiros, oferecendo condições mais vantajosas de prazos e juros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Fernandes de. **Relatório sobre organização e testes dos materiais eletrônicos e elétricos**. UNIVAP, 1969.

ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.

AQUINO, Luiz Carlos Andrade de. Pensando a Universidade Comunitária na perspectiva da Dialética Negativa de Theodor W. Adorno. **Revista Devir Educação**, Lavras, vol.3, n.1, p.62-75, jan./jun. 2019. Disponível em <http://devireducacao.ded.ufla.br>. Acesso em: 08 abril de 2020.

ARGY, Victor. **The Postwar International Money Crisis: an analysis**. London: George Allen and Unwin, 1981.

BASTOS, Carlos Alberto. O interventor tem coisas importantes para fazer: entre elas, desmentir as acusações que são feitas à FVE. **AGORA**. 20/04/1977.

BAZZO, Walter Antonio. Ciência, Tecnologia e Sociedade e o contexto da educação tecnológica. **Organização de estudos ibero-americanos para a ciência, a educação e a cultura**. 2003. Disponível em: <https://www.oei.es/historico/salactsi/bazzo03.htm>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BENITO, Agustín Escolano. Etno-história e cultura material da escola: a educação nas exposições universais. In: SILVA, Vera Gaspar da; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm. Acesso em: 22 nov. 2018.

BRASIL. Convênio de Assessoria para Modernização da Administração Universitária, de 30 de junho de 1966. In: ALVES, Marcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/marcio_alves_beaba_mec_usaid.pdf. Acesso em: 13 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 861, de 11 de setembro de 1969**. Revogado pelo Decreto nº 2.181, de 20.3.1997. Brasília, Distrito Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-861-11-setembro-1969-375441-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Convênio de Assessoria a Planejamento ao Ensino Superior, USAID/BRAZIL. 9 de maio de 1967. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/126962878/Me-000642>. Acesso em 18 de novembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação, 1992. Disponível em: <https://www.univap.br/arquivo/Cria%C3%A7%C3%A3o%20das%20primeiras%20Faculdades.pdf?AID=1094>. Acesso em: 03 dez. 2018.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Estudo comparado sobre a expansão do ensino superior: Brasil e Estados Unidos. **Análisis global y estudios de casos**. López Segrera, Francisco. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Noviembre. 2007.

CORREIO JOSEENSE. 1954. Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br>. Acesso em: 01 Fev. 2017.

CORREIO JOSEENSE, 1961. Disponível em: <http://www.camarasjc.sp.gov.br/>. Acesso em: 01 dez. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio; DE GOES, Moacyr; CUNHA, Luiz Antonio. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

DUTRA, Paulo de Tarso de Moraes. **Carta comunicando a realização dos contratos com as Repúblicas da Alemanha e da Hungria**. Ministério da Educação e Cultura, 1967.

EARP, Fabio Sá; PRADO, Luiz Carlos. **O “milagre” brasileiro crescimento acelerado**. Integração Internacional e Distribuição de Renda 1967-1973. O Brasil republicano, v. 4, 2003. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/oldroot/hpp/intranet/pdfs/milagre_brasileiro.pdf. Acesso em: 03 dez. 2018.

FLORENCE, José Carvalho de. **AGORA**, 20/04/1977.

FREIRE, Gabriel Felisberto de Oliveira. Acordo MEC/Leste Europeu. In: **Valeparaibano**, 26/03/1976.

_____. **Sobre a relação dos materiais destinados à faculdade que se encontravam no Porto de Santos** (Carta endereçada ao Presidente da Fundação Valeparaibana de Ensino, Clemente Fagundes Gomes). UNIVAP, 1971.

_____. **Obras necessárias para o recebimento dos materiais do MEC**. (Carta endereçada ao presidente da Fundação Valeparaibana de Ensino, Ernesto Basile). UNIVAP, 1969.

FVE. Jubileu de Ouro. São José dos Campos: Magno Studio, 2013.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das relações internacionais**. (Arquivo de Referência) Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GOMES, Clemente Fagundes. **Manifestação de interesse endereçada à Embraer**. UNIVAP, 1971.

INSINGER, Irlan Von; PEREIRA, Luiz Teixeira do Vale; BAZZO, Walter A. Introdução aos estudos CTS. **Cadernos de Ibero-América** (ciência, tecnologia e sociedade). Organização de estudos ibero-americanos para a educação, a ciência e a cultura (OEI). 2003.

JORNAL AGORA. A Arena quer resolver um problema: Faculdade de Engenharia. E anuncia projeto para a escola. 26/03/1976.

JORNAL AGORA. Carlos Alberto Bastos quer inquérito na Fundação. 19/04/1977.

JORNAL AGORA. Ministério da Educação e Cultura. PREMESU - Programa de Expansão e Melhoramento das instalações do ensino superior. 21/02/1976.

LOBO, Francisco José Neto. Educação-reforma de base: cinquentenário de uma proposta golpeada. **Revista Trabalho Necessário**, v. 12, n. 18, 2018.

LUCA, Tânia R. de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MANNHEIM, Karl. A mentalidade utópica. In: SOUSA, Cidoval Morais de (org). **Um convite à utopia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016, v. 1, p. 47-134.

MATOS, Marília Isabela Cardoso. **Cooperação internacional e ensino superior brasileiro: um estudo de caso sobre parcerias internacionais no Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Santa Catarina**. 2017. Monografia (Curso de Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbetes MEC/USAID. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/mec-usaid/>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

MÉTENE, Fauza. **AGORA**, 26/03/1976.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo e os órgãos de informação da ditadura nas universidades brasileiras. **Historia y problemas del siglo XX**, 2p. 133, 2012.

OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. Do ITA à EMBRAER: a idéia de progresso dos militares brasileiros para a indústria aeronáutica. **Anais do XVII Encontro Regional de História**. O Lugar da História, 2004.

PAGANI, Clóvis (coord.). Faculdade de Direito no início da década de 1960. In: **50 Anos da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos UNESP 1960-2010**. Imprensa Oficial, 2010.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro**. São Paulo, NUPES, Documento de Trabalho 8, 1991.

SILVA, Vera Gaspar da; SOUZA, Gizele de; CASTRO, César Augusto (Orgs). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória: EDUFES, 2018. Disponível em: <https://www.edufma.ufma.br>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

SOARES, Luiz Laerte. **Transformações urbanas em São José dos Campos no período do estado novo**. São José dos Campos: UNIVAP, 2007. Dissertação (apresentada ao programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos. 2007.

VALEPARAIBANO. Faculdade de Engenharia justifica saída de equipamentos. 26/05/1976.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 24, n. 41, Dezembro de 2023

Arte, educação e cultura:
o teatro de José de Anchieta no Brasil Colônia.

Lara Eliani M. B. da Motta
Universidade Federal de São Carlos – SP.

Paulo Romualdo Hernandes
Universidade Federal de Alfenas – MG.

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar um estudo sobre como o teatro de José de Anchieta contribuiu para a construção histórica da educação e da cultura no Brasil durante o século XVI. Foi por meio de recursos simbólicos que a arte de Anchieta, com ênfase em seus personagens “diabos”, exerceu um papel pedagógico para a educação. Assim, uma peça de teatro poderia se converter em uma poderosa ferramenta educativa, ainda que certamente os nativos das matas tenham imposto resistência a ela. O presente estudo deu-se através de pesquisa bibliográfica e dos pressupostos bakhtinianos. Também foi realizada a análise da produção teatral no contexto cultural e ideológico de catequização dos povos nativos do Brasil Colônia pela Companhia de Jesus.

Palavras-chave: Arte; Teatro; José de Anchieta; História Cultural; Religião; História da Educação.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 24, n. 41, Dezembro de 2023

Art, education and culture:
José de Anchieta's theater in Colonial Brazil.

Lara Eliani M. B. da Motta
Universidade Federal de São Carlos – SP.

Paulo Romualdo Hernandez
Universidade Federal de Alfenas – MG

ABSTRACT

This article aims to present a study on how José de Anchieta's theater contributes to the historical construction of education and culture in the 16th century in Brazil. It was through symbolic resources that Anchieta's art, with an emphasis on his devil characters, played a pedagogical role in education. Thus, a play could become a powerful educational tool, although the natives of the forests are certainly resistant to it. The present study was carried out through bibliographical research and Bakhtinian assumptions, an analysis of theatrical production was carried out in the cultural and ideological context in which the catechization, by the Society of Jesus, of the native peoples of Colonial Brazil took place.

Keywords: Art; Theater; José de Anchieta; Cultural History; Religion; History of Education.

Introdução

Estudar sobre José de Anchieta implica explorar as interseções entre arte, educação e cultura, proporcionando uma compreensão mais profunda da origem do sistema educacional no Brasil. Seus feitos ficaram marcados na história da Terra de Santa Cruz. Assim, convertido em um personagem histórico, Anchieta, por meio da Companhia de Jesus¹, deixou sua marca não apenas por seus escritos, mas também por suas demais contribuições sociais para o Brasil Colonial. Seus feitos não foram poucos, na medida em que contribuíram para: a catequização dos indígenas, a instrução dos colonos e a formação da cultura letrada brasileira (Ruckstadter, Ruckstadter, 2012). Desse modo, sua vida e feitos estão entrelaçados com a própria narrativa da história do Brasil e da educação no século XVI.

Esse personagem histórico nasceu em São Cristóvão da Laguna, na ilha de Tenerife, uma das ilhas que compõem o Arquipélago das Canárias, em 1534. Bisneto de conquistadores da ilha; mãe: Mência Diaz de Clavijo y Llarena; pai: Juan López de Anchieta. Por parte de pai, era parente dos Loyola, a família de Inácio de Loyola (CARDOSO, 1977). Anchieta viveu até por volta dos 14 anos envolto em variadas culturas totalmente diferentes daquela que encontraria posteriormente no Brasil Colônia (HERNANDES, 2001). Aos 14 anos, saiu de sua terra natal com Pedro Nunes, seu meio-irmão mais velho, para Coimbra. Em 1548, adquiriu formação conimbricense e ingressou no Colégio das Artes, anexo à Universidade de Coimbra, considerada na época um grande centro estudantil de Portugal e um dos maiores da Europa. Nesse colégio, teve como professores os humanistas George Buchanan (1506-1582) e Diogo de Teive (1514-1569), dramaturgo cujas peças colocavam em cena temas bíblicos, já apresentando traços das tragicomédias (VIOTTI, 1966).

Em 13 de julho de 1553², o “canário de Coimbra”³ chegou em Salvador com outros missionários, chefiados pelo Padre Luís da Grã (1523-1609). Todos, enfrentando problemas de saúde, buscavam a cura nos ares da nova terra, pois, segundo as orientações dos médicos da época, essa seria uma possibilidade, senão a única, de cura. Ainda na Bahia, lugar em que ficou até outubro, escreveu cartas e começou a estudar o tupi, que era a língua mais falada da costa na época (VIOTTI, 1965).

Assim que aportou, partiu para a capitania de São Vicente com o intuito de encontrar-se com o Padre provincial, Manuel da Nóbrega (1517-1570). Lá, trabalhou em uma casinha de pau a pique no meio do mato em Piratininga, que mais tarde recebeu o nome de São Paulo. Esteve com Nóbrega nas guerras de conquista do Rio de Janeiro, e exerceu o sacerdócio de “curar” tanto o corpo quanto a alma. Tratou dezenas de ameríndios. E, de

¹ A Companhia de Jesus foi criada por Inigo Lopez de Loyola (1491-1556). Seus membros são conhecidos como jesuítas. Essa ordem foi reconhecida pelo papa em 1540 e integrada no mundo, com o intuito de levar a disciplina, fortificar as almas pela oração, pelo autoexame, pelos sacramentos, robustecendo sempre a força da abnegação interior que era a força da própria Companhia. Sua principal virtude era a da obediência e sua organização externa moldava-se pelas Constituições, segundo as quais o religioso deveria prometer obediência.

² Esta data é referenciada pelo Padre Murillo Moutinho, SJ.

³ Anchieta foi conhecido entre os colegas do colégio de Artes como canário de Coimbra, com alusão a bem conhecida ave canora e à sua terra de origem.

acordo com relatos do próprio Anchieta em carta destinada aos irmãos de Coimbra, em 1554, serviu como “médico” e barbeiro, curando e sagrando muitos daqueles nativos (Eisenberg, 2000).

Segundo Hernandez (2001), Anchieta, em seu percurso em terras brasileiras, produziu uma gramática em tupi, textos descritivos sobre os acontecimentos locais e dedicou-se à escrita de poesias e de peças de teatro. Sobre isso, Coutinho (1995) alude que a literatura brasileira iniciou-se no século XVI, pela voz barroca dos jesuítas, com Anchieta sendo considerado seu fundador.

Também foi exímio autor de autos, sendo o primeiro o auto da Pregação Universal, possivelmente escrito por volta de 1560 (Cardoso, 1977). Contudo, esse marco inicial era apenas o começo, uma vez que suas obras mais significativas viriam a ser desenvolvidas a partir de 1590. Esse período não apenas marca o início de suas grandes produções literárias, mas também representa os primórdios da arte, educação e cultura no Brasil.

Segundo Pe. Cardoso (1977), são doze os autos de Anchieta escritos em terras brasileiras, sendo que, entre eles, oito foram escritos durante o período em que morou em Reritiba, na época, capitania do Espírito Santo, momento em que empreendeu maior atividade dramática. Não seguindo uma ordem cronológica, os títulos são: A Pregação Universal; Na Festa de São Lourenço; Auto de São Sebastião; Diálogo do P. Pero Dias Mártir; Na Aldeia de Guaraparim; Recebimento que Fizeram os Índios de Guaraparim ao Padre Provincial Marçal Beliarde; Dia da assunção, quando levaram sua imagem a Reritiba; Recebimento do Administrador Apostólico P. Bartolomeu Simões Pereira; Recebimento do P. Marcos da Costa; Quando no Espírito Santo se Recebeu uma Relíquia das Onze Mil Virgens; Na Vila de Vitória ou de S. Maurício e Na Visitação de Santa Isabel (Pe. Cardoso, 1977).

O objetivo deste estudo é buscar compreender como se articulavam a arte, cultura e educação no teatro de José de Anchieta. E, também, como essa poderosa ferramenta calibrava esses aspectos da vida dos povos nativos no Brasil Colônia.

Vale ressaltar que, de acordo com Hernandez e Faria (2013), o que realmente Anchieta intentava ensinar aos espectadores do auto, sobretudo ao indígena, é muito diferente daquilo que se pode imaginar nos dias atuais, principalmente com a interferência do que acreditam os estudiosos e tradutores das obras anchietanas a respeito do que ele teria dito. Mas, dentro do possível, pesquisaremos sobre o passado por meio de documentos biógrafos, bibliográficos, cartas, autos, entre outros.

A educação cênica através dos autos anchietanos

Os jesuítas faziam amplo uso dos recursos cênicos, sendo parte constituinte do currículo de seus estudantes, com o objetivo de promover a cultura religiosa, a vivência e as moralidades cristãs. De acordo com O’ Malley (2004), embora os jesuítas não tenham inventado o “drama escolar”, eles o utilizaram em vários de seus colégios. As representações não eram apenas utilizadas como um recurso para as práticas oratórias, como forma de expor os conteúdos trabalhados, mas também integravam as comemorações. Era um recurso tão

importante para os jesuítas que sua obrigatoriedade constava nas Constituições e se estendeu para o texto do *Ratio Studiorum*.

Os jesuítas, no decurso dos seus estudos em Portugal, haviam compreendido o interesse que o teatro desperta no homem. Então, como futuros condutores de consciência, além de humanistas absortos na evolução das formas literárias que a Renascença presidia, não o perdiam de vista. Loyola, por sua própria inclinação, demonstrou interesse por esse gênero, inclusive incorporando-o aos seus Exercícios Espirituais. Neles, apresentou modelos de encenação que possibilitavam aos praticantes vivenciar, através da meditação, eventos terrenos que os conduzissem em direção às elevadas realidades espirituais. Em suas reflexões, colocou quase tangivelmente diante de seus sentidos o inferno, o paraíso, o castigo ou a recompensa, quer fosse nesta vida ou na próxima, relacionados ao pecado ou à virtude. Nessas representações, não faltavam testemunhas como anjos e demônios, e a Virgem Maria frequentemente intervindo nos acontecimentos (HESSEL, 1972).

Quando os jesuítas aportaram no Brasil, no século VXI, não foi diferente. Diante da necessidade de “salvar” aquelas almas que ali se encontravam, perceberam que haveria de se estabelecer um processo de instrução sobre a vida cristã; e um dos recursos mais utilizados foi o teatro.

Apesar do recurso cênico não ter sido inaugurado no Brasil pelos jesuítas, quando remontamos ao passado através de pesquisas e leituras de cartas, o destaque está nos autos Anchiéticos. Assim, com o intuito de efetuar a educação moral e doutrinar os povos ameríndios, o teatro de José de Anchieta tornou-se uma ferramenta de educação e doutrinação da sociedade colonial. Pe. Simão de Vasconcelos chegou a escrever em carta sobre isso:

De hũa das comedias he força fazer aqui menção. Em S. Vicente afim de impedir as indecências que se cometião em actos representados na Igreja, introduzio co aplauso dos moradores da Villa, & parecer do Padre Nobrega seu superior, hum acto seu, muito devoto, a que chamava Pregaçamuniversal, porque servia pera todos, Portugueses, & Indios; & constava de huma, & outra lingoa, porque de todo fosse entendido: A este concorria a gente toda; representatavase na vesporas de Iubileo da festa de Iesu, porque tambem a volta do acto fosse universal o ganho de suas indulgencias. (1953, p. 26).

A proclamação do testemunho cristão no Brasil colonial não era um desafio fácil para os jesuítas no século XVI e, naquela sociedade marcada pela oralidade, o teatro foi um grande instrumento pedagógico de que lançaram mão. As práticas de representação e dramatização alegórica, segundo Luz (2001), denotavam-se como elementos capazes de enfrentar tal desafio.

Algumas características do teatro medieval estão presentes nas representações jesuíticas anchietanas brasílicas, que contam com influências do teatro europeu, que se desenvolvia com base nas encenações das narrativas da Bíblia e nas obras sobre a vida de Jesus que começaram a ser representadas por volta do século XIV. Todavia, longe de ser estruturado segundo as rigorosas regras dos colégios europeus, devido à atípica realidade ameríndia com que Anchieta deparou-se no Novo Mundo, foi preciso compor um novo veículo cênico, de caráter popular, compatível com a capacidade de compreensão do público ao qual se destinava.

É preciso levar em conta que, conforme Toledo, Ruckstadter e Ruckstadter (2006), o Pe. Anchieta viveu em meio a significativas mudanças, tanto no âmbito intelectual quanto no religioso, sendo um homem entre o medieval e o moderno. Ainda conforme os autores, os estudos de Anchieta deram-se em um período considerado de transição entre o mundo medieval e o mundo moderno. Junto a esse movimento, ocorriam, sobretudo,

transformações do paradigma medieval para o paradigma iluminista no século XVI.

Outra mudança muito importante e que influenciou todo o processo, foi a ruptura da unidade cristã ocidental com a Reforma Protestante, momento em que a Igreja Católica passou a se apoiar em duas bases para conter o avanço do protestantismo e conquistar novos fiéis nas terras recém-descobertas: o tribunal da Santa Inquisição e a Companhia de Jesus (RUCKSTADTER, 2006). Tudo isso faz com que coexistam, nas obras de Anchieta, tanto características medievais quanto características modernas. No que diz respeito aos aspectos medievais, destacam-se a persistente presença de temas cristãos e o emprego de um estilo específico de escrita, os autos. Já em relação ao estilo humanista, influenciado por sua formação, pode-se destacar a presença de mais de uma língua em seus autos (RUCKSTADTER, 2006)

Além de todo esse contexto que envolvia aquele momento, o teatro de Anchieta apresentava um objetivo comum, o convencimento e a moção dos afetos da alma, que, na América Portuguesa, era principalmente indígena e carecia de salvação. Em um ambiente completamente distinto do cenário europeu relacionado à arte, dramaturgia e literatura, surgiu a necessidade de realizar uma tentativa de adaptação desse teatro para uma realidade totalmente nova: a sociedade indígena. Nesse contexto, os protagonistas não eram padres, judeus ou comerciantes, mas sim caribas, pajés, morubixabas, velhas índias, entre outros (HERNANDES, 2008). Os autos basicamente se destinavam ao nativo, com o objetivo de conversão; ao colono, para a manutenção da fé e ao estudante, a fim de ser educado.

Considerando a realidade com que se deparava, Anchieta criou seu mundo dramático em função daquilo que sua experiência e percepções julgavam ser o “índio” e a sua psicologia. O público ao qual seus autos de educação moral e de catequese se destinavam era completamente novo, genuinamente virgem para qualquer dramaturgo até aquele momento.

Então, suas peças não poderiam ser centradas na literatura europeia, mas sim na vida silvícola americana. Assim, ele aproveitou o que foi possível da linguagem teatral europeia e adaptou, ou até mesmo criou, uma nova linguagem teatral que fosse eficiente para seus espectadores (PONTES, 1978).

Ao perceberem a forte inclinação dos povos nativos para a dança (pajés), canto, jogos mímicos, discursos e cortejos em eventos significativos – como nascimentos, guerras e mortes – os padres jesuítas aproveitaram essas expressões culturais para fins espirituais. Utilizando-se dessas manifestações, buscaram introduzir nas aldeias os princípios fundamentais do cristianismo e da civilização europeia. Esses espetáculos eram dirigidos para a imaginação e para a sensibilidade, simultaneamente vivas e simples nos indígenas, verdadeiras crianças, por vezes perversas, no entendimento dos europeus e dos jesuítas (HESSEL; RAEDER, 1972). Estes, infelizmente, não entendiam nem queriam entender que se tratava de um outro povo, outra cultura.

Com sentido proselitista, tratava-se, conforme as palavras de Hernandes (2008), de uma encenação pedagógica que possuía enredo e assunto próprios, destinados a um público específico – os indígenas e os colonos – sendo assim uma forma específica de representação cênica situada no tempo. Dessa maneira, a representação

das cenas cristãs tornou-se um forte instrumento pedagógico.

Outra característica indispensável de ser analisada é o fato de que Anchieta buscou, dentro de um certo limite, falar a língua daqueles povos, na tentativa de se aproximar o máximo possível do contexto deles. Por esse motivo as suas encenações continham falas em tupi e seus personagens eram interpretados por indígenas e europeus. Além disso, incluíam músicas e danças indígenas, assim como aquelas que Anchieta tinha preservadas em sua memória. A necessidade de ser compreendido por seus "fíéis" impulsionou o uso da língua nativa, seguindo uma das premissas da Companhia, que instigava os missionários a aprenderem a língua do país em que estivessem inseridos como parte de sua missão (HERNANDES, 2008). Apesar disso, os jesuítas não abandonaram o uso da língua materna que, de acordo com Hessel e Raeders (1972), era o português para a maioria deles, sendo que ocasionalmente utilizavam o espanhol, língua materna de outros e de Anchieta. Assim, utilizavam-se correntemente das três línguas e, por vezes, as três em um mesmo auto. Em relação ao latim, esse viria posteriormente. É preciso lembrar também que, a partir de 1580, houve a união das coroas ibéricas governadas por Filipe II da Espanha. Com isso, embora nesse momento o rei dissesse não pretender interferir nas questões locais, a América Portuguesa passou a ser governada por ele e muitos espanhóis foram enviados.

Tratavam-se de autos ousados, que superavam as barreiras linguísticas, lançando mão do uso da língua indígena para vincular o conteúdo da fé. Por exemplo, para os silvícolas, não havia palavras correspondentes a Deus, religião e fé. Além disso, essas comunidades não possuíam sistemas de escrita, e os dialetos variavam significativamente entre os diferentes povos. A encenação teatral dos jesuítas extrapolava, conforme Karnal (1998), o nível específico da encenação propriamente dita. Nesse contexto, as relíquias, as procissões, transformavam-se em adereços cênicos.

Era preciso adentrar a mentalidade nativa, para a reprogramação de sua cultura e crenças. Então, Anchieta lançava mão de tudo aquilo que sua experiência julgava ser o indígena, ou do que parecia ser sua psicologia (PONTES, 1978). Restava a ele aproveitar só o que fosse possível, adaptar e até mesmo criar uma linguagem teatral que fosse eficiente em relação aos seus espectadores. Deveria criar uma atmosfera que suscitasse a empatia e a conexão entre os autores dramáticos, entre os atores e seu público, o que só é possível com um teatro conforme sua época (PONTES, 1978).

A dramaturgia de Anchieta vai bem além de simples peças encenadas para a conversão ou uma arte dramática: trata-se de um acontecimento histórico que envolve aspectos culturais e espirituais, sendo que, para além da perspectiva pedagógica, é preciso considerá-lo também pelo seu aspecto que se compõe em um conjunto de signos postos em movimento, com o objetivo de criar ilusões cênicas (HERNANDES, 2001).

Segundo Bakhtin (2006), ao separar os fenômenos ideológicos da consciência individual, o ser humano os liga às condições e às formas da comunicação social. A existência do signo é a materialização dessa comunicação, e é assim que consiste a natureza de todos os signos ideológicos. Todavia, esse aspecto semiótico e esse papel contumaz da comunicação social como fatores condicionantes não aparecem em nenhum lugar de maneira mais clara, completa e precisa do que na linguagem. Ainda segundo o autor, a palavra é o fenômeno

ideológico por excelência e a realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. Além disso, a palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, ou seja, nada que não tenha sido gerado por ela. Portanto, a palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. É precisamente nela que melhor se revelam as formas básicas, que são as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica.

Em seus autos pedagógicos, Anchieta, para alcançar o indígena, utiliza-se de algumas “palavras” que são faladas pelos indígenas e pajés, pois, do contrário, todas as perspectivas de assimilação dos ensinamentos ficariam ainda mais distantes de acontecer. Analisando essa atitude, devemos rememorar que, o ser humano só considera que realmente fala uma língua quando perde a consciência da palavra (BAKHTIN, 2006). Quando se fala uma língua materna, por exemplo, não se tem que “pensar na língua” em si, pensa-se no que será dito e simplesmente se fala, o que faz com que a materialidade da língua seja perdida. É justamente isso que faz da palavra um processo de comunicação tão envolvente e poderoso. Diante desse raciocínio, faz todo sentido Anchieta utilizar-se de algumas dessas “palavras” a fim de criar uma relação de proximidade com o indígena.

A palavra persuasiva é um poderoso instrumento de dominação, conhecido desde tempos remotos, em que os antigos romanos consideravam a Retórica a mãe de todas as artes. Todavia, Bakhtin (2006), além de mostrar como a palavra é o signo ideológico por excelência, afirmou que a palavra não é somente o signo mais puro, considerando-a como um signo neutro. Cada um dos demais sistemas de signos é específico de algum campo particular da criação ideológica. Seguindo o raciocínio do linguista, cada domínio possui material ideológico, formulando signos e símbolos que lhe são próprios e não são aplicáveis a outros domínios. Então, o signo é criado por uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela. Já a palavra em si é neutra em relação a qualquer função ideológica específica. Contudo, pode preencher qualquer espécie de função ideológica, seja ela estética, científica, moral, religiosa.

E assim acontecia na construção dos autos de Anchieta, em que se utilizava de palavras indígenas, portuguesas e híbridas para criar o sistema ideológico pretendido. A palavra e a imagem unem-se para a comoção e para a conversão, sendo materializadas em conteúdos por meio de representações que moviam e transformavam a memória indígena (HERNANDES, 2001; SILVEIRA, 2018).

No contexto em questão, os autos anchietanos também se utilizavam do recurso psicológico. O contexto cênico era estruturado de maneira a inocular as crenças cristãs nos povos nativos e um dos recursos utilizados para isso, de maneira que o ensino não fosse esquecido, era o medo e o pavor da eterna morada no inferno.

A maneira como foram representados os autos anchietanos, o seu lado performativo, também contribuiu para influenciar a comoção e a conversão tênue e amorosa. Cardim (1980), no “Tratado da Terra e Gente do Brasil”, cita algumas informações sobre o espetáculo jesuítico ocorrido em 5 de janeiro de 1584 e menciona que foi encenado “sob uma fresca ramada, que tinha uma fonte portátil, que por fazer calma, além de boa graça, refrescava o lugar [...]. houve boa música de vozes, flautas, danças e ali em procissão fomos até à igreja, com várias invenções.” (CARDIM, 1980).

Não se pode esquecer que o Brasil do século XVI possuía um contexto e uma cultura muito distinta da europeia, considerada referência. Na “nova terra”, os nativos eram considerados verdadeiros “selvagens”, que se aproximavam muito da animalidade e possuíam cultura e crenças muito distintas da realidade europeia. Assim, a arte anchietana teria que inovar e utilizar-se de recursos simbólicos que fossem capazes de adentrar e modificar aquele contexto.

A arte anchietana e seus recursos simbólicos para a propagação de uma nova cultura

Com o propósito que possuía de converter e educar os nativos do Brasil Colônia ao cristianismo, Anchieta lançou mão de alguns recursos simbólicos. Assim, uma simples peça de teatro convertia-se em uma poderosa ferramenta educativa capaz de estremecer até mesmo a cultura de um povo.

O teatro do jesuíta é bem mais do que apenas uma simples ferramenta pedagógica ou um “teatrinho” para catequese, uma vez que se configura em um capítulo da história cultural e espiritual. Trata-se, portanto, de um capítulo da história da educação brasileira (HERNANDES, 2008).

Essa ferramenta cênica de Anchieta tinha como objetivos alcançar o convencimento e estabelecer a persuasão e a educação moral dos povos nativos. Para isso, eram feitas associações de diversas características da cultura ameríndia à idolatria e à demonização. Isso corroborava, por meio do horror do inferno que lhes eram incitados para o convencimento da fé cristã, uma mudança de postura e de crenças por parte dos povos nativos. Com recorrência, utilizavam-se de estratégias simbólicas e imagéticas em torno do demoníaco. As novas crenças eram germinadas em um terreno de medo e pavor.

De acordo com Vainfas (1990/1991), nas peças, observa-se a introdução de elementos de uma cultura colonizadora, tanto nos aspectos culturais e materiais quanto em relação à religiosidade absorvida por traços do catolicismo popular. Assim, um dos personagens centrais das peças anchietanas é voltado especialmente para os povos indígenas: o diabo, ou Anhangá⁴.

Considerando a informação de que a crença em espíritos malignos exercia uma forte influência sobre o modo de vida indígena, seja manifestada na forma de animais ou integrando o imaginário coletivo do grupo, esses seres inspiravam um temor significativo entre os nativos. Então, associá-los ao diabo⁵ dos cristãos foi uma forma que Anchieta encontrou de fazê-los também conhecer outros personagens do mundo espiritual do Velho Mundo. Junto aos seres malévolos, faziam-se presentes outros seres capazes de destruí-los, os anjos. Anchieta aproveitou amplamente esses personagens da tradição católica como uma estratégia para introduzir aos indígenas a concepção da luta entre o bem e o mal (CARDOSO, 1977).

⁴ Os Anhangás eram conhecidos e muito temidos pelos indígenas. De acordo com Hernandes e Faria (2013), tratavam-se dos espíritos perigosos, pois acreditava-se que as almas de indígenas covardes que não poderiam ir para a terra sem males encarnavam o perigoso e terrível jaguar, ou a cobra, enfim, animais dos mais perigosos das matas brasileiras, e ficavam vagando pelas matas maltratando e até matando aqueles que andavam pela floresta.

⁵ No projeto de conversão, a função do personagem diabo foi de extrema importância, pois é contra ele que vão partir as acusações de corromper a alma dos silvícolas, travando uma batalha contra a mentira, o paganismo, os feiticeiros e o canibalismo. O principal aliado aqui seria o medo.

Por meio dos elementos retóricos e dos recursos imagéticos, a intenção por trás dos discursos era convencer os indígenas de que eram pecadores, tentando modificar suas ações, mas não inteiramente sua natureza. Os autos encenados pelos indígenas os persuadiam a respeito de algo até então desconhecido: a materialização da ideia de pecado em seus "maus costumes" e a necessidade de redenção espiritual para salvar suas almas (SILVEIRA, 2018).

Um método de ensino ou pedagógico⁶ define um conjunto de ações coerentes do formador destinado a desenvolver a capacidade de obter novos conhecimentos e até mesmo modificar atitudes e comportamentos. Nesse sentido, considerando a metodologia pedagógica da invocação do medo através da investida do diabo pela perspectiva da metodologia educacional do século XVI, tem-se que aquela foi a forma que Anchieta considerou mais coerente e, por isso, traria resultados para aquele contexto:

Todos estes impedimentos e costumes são mui faceis de se tirar se houver têmor e sujeição, como se viu por experiencia desde o tempo do Governador Mem de Sá até agora; porque com os obrigar a se juntar e terem igreja, bastou para receberem a doutrina os Padres perseverar nela até agora, e assim será sempre, durando esta sujeição, havendo residência dos mestres com eles os não deixem cair por sua natural frieza, e os incitem cada vez a maiores cousas, como se vê agora que são muitos amigos de vir á missa todas as festas, e alguns pela semana, confessarem-se muitas vezes e serem muito capazes da santíssima Comunhão [...] (ANCHIETA, 1988, p. 341-2)⁷

Por exemplo, no auto “Na Festa de São Lourenço”, Anchieta exalta a beleza e grandeza de Maria, mãe de Jesus, colocando-a como um modelo a ser imitado pelo fato de sempre ser prestativa. Ao mesmo tempo, incorpora diabos personificados na figura indígena, sendo Guaixará (chefe dos diabos); Aimbirê e Saravaia (os criados); Tataurana, Urubu, Jaguaruçu e Caborê (os companheiros) e a velha que hospeda Guaixará. Por meio de suas ações, esses personagens representavam o "errado", ou seja, os costumes dos povos nativos deveriam ser evitados. Lembrando que a indicação do que era errado ou certo dava-se de acordo com as crenças e dogmas que a Igreja Católica pregava naquela época. O que leva à ideia de que o pecado é errado e é preciso fugir do que é errado.

Os autos expressavam a reprovação em relação às práticas/culturas indígenas, como, por exemplo, os rituais de antropofagia, a nudez, a poligamia, a mentira, o uso do cauim, as brigas e guerras que eram mais intensas antes da intervenção dos jesuítas. Tais práticas eram consideradas contrárias à lei de Deus; e a vida daqueles povos era considerada análoga a uma noite escura. Nessa realidade, predominava a tristeza, pois os jesuítas acreditavam não ser possível viver a felicidade fora dos caminhos de Deus.

A palavra falada era muito importante para os povos nativos e, de acordo com Hernandes (2001), isso se dava ao fato de que estes não escreviam e toda sua história, tradição, conhecimento e crenças religiosas eram transmitidas para as gerações posteriores de maneira oral. Por isso, a palavra falada pelos personagens, no diálogo anchietano, em tupi, era muito mais que códigos estáticos escolhidos por seu autor para a comunicação e para a

⁶ Utilizamos o termo método pedagógico na acepção que esse conceito tem em nossos dias, segundo Saviani (2008), qual seja, de reflexão sobre o ato de ensinar.

⁷ Carta de informações do Brasil e de suas capitanias de 1584.

transmissão da ideologia cristã. Esses diálogos estavam sobrecarregados de significados, de religiosidade e de história indígena. A fala em cena na língua dos silvícolas teria uma importância e características que talvez os homens modernos sequer perceberiam (HERNANDES, 2001).

Ao colocar na fala de seus personagens a *ñeengatú* – “boa fala” em tupi – Anchieta sabia o sagrado significado que elas representariam para o espectador indígena e, pelo que parece, percebia o grande valor que teria a palavra viva, sedutora e insinuante (HERNANDES, 2001). Assim, construía os autos de maneira que os próprios ameríndios, estariam eles iniciando ou já inicializados em seu processo de catequização, exaltassem a aceitação de Deus e de Maria e a execração de antigos hábitos. Além disso, na perspectiva da luta entre o bem e o mal, o bem sempre tinha sua vitória garantida desde o primeiro ato, evidenciando que não havia outra maneira, aquele novo caminho e atitudes apontadas como corretas eram as únicas que dariam certo seguir.

No seu teatro, ao empregar o personagem do diabo, que retratava o mal, para representar a cultura ameríndia e todos os aspectos que os jesuítas consideravam necessário erradicar, Anchieta transformava o teatro em um instrumento de mediação. Conforme apontado por Vygotsky (2000), o ser humano interage com a realidade por meio de instrumentos mediacionais. Foi bem isso que Anchieta proporcionou para que os indígenas interagissem com a realidade que se queria implantar.

Duarte (1998, p. 106) ainda esclarece que

Um instrumento é não apenas algo que o homem utiliza em sua ação, mas algo que passa a ter uma função que não possuía enquanto objeto estritamente natural, uma função cuja significação é dada pela atividade social. O instrumento é, portanto, um objeto que é transformado para servir a determinadas finalidades no interior da prática social. O homem cria novo significado para o objeto. Mas essa criação não se realiza de forma arbitrária. Em primeiro lugar porque o homem precisa conhecer a natureza do objeto para poder adequá-lo as suas finalidades. Ou seja, para que o objeto possa ser transformado e inserido na 'lógica' da atividade humana, é preciso que o homem se aproprie de sua 'lógica' natural.

A criação de um novo instrumento pode ocorrer em meio a uma relação dialética entre a apropriação do objeto existente e a objetivação da atividade pelo novo instrumento. Então, uma das grandes táticas para se atingir a educação moral, a catequização e a cultura era através do reforço do temor na arte (DUARTE, 1998).

O medo, em suas mais diversas formas de sociabilidade, constitui-se como uma das principais formas organizadoras sociais. Nessa perspectiva, é compreendido para além dos aspectos de ameaça e de punição, como uma possibilidade de uma nova articulação reativa, sendo entendido como um dos fatores estruturadores fundamentais da construção social. Essa construção e estruturação social do medo é compreendida como uma dialética entre ordem e desordem, e adquire, no cotidiano da ação, da reação e das relações sociais, o aspecto de organizador da sociabilidade e da criação da sociedade (KOURY, 2002).

Ainda segundo Massimi (2001), esse enfoque do medo pela Companhia de Jesus já vinha também de sua origem aristotélica, uma vez que, em sua obra “Retórica”, Aristóteles pregava que o medo é uma paixão suscitada pela imaginação de um mal vindouro que seja capaz de causar destruição ou dor; e a condição para que se experimente o medo é a de que esses males pareçam iminentes.

Parceladamente, o teatro catequizador de Anchieta tornava-se um modelo regulador da conduta dos indígenas. A partir de seus novos intentos, os catequizados entravam em uma mútua relação dialógica. Com a

concretização de elementos abstratos como alma, diabo e anjos, Anchieta conseguiria passar a visão de mundo pretendida.

O ser humano, para Bruner (1997), constrói um significado a partir dos sistemas simbólicos já dados em sua própria cultura. Esses sistemas seriam como um “Kit de ferramentas comunitário” que o homem utiliza para a construção de suas representações no mundo. Uma dessas ferramentas é a narrativa, a qual organizará experiências perceptivas. Os indígenas tinham sua representação de mundo, inclusive religioso, que organizava suas experiências perceptivas. Assim, o self será construído interpessoalmente, na medida em que o indivíduo constrói narrativas sobre si mesmo a partir de narrativas culturalmente dadas (BRUNER, 1997).

Dessa maneira, em seu objetivo catequético, Anchieta usa uma linguagem acessível e manipula o significado dos elementos indígenas, transfigurando a realidade, mas, ao mesmo tempo, criando um afastamento, pois os costumes “abomináveis” estão projetados no diabo e, portanto, fora deles (MOREAU, 2003). Assim, estrategicamente, os nativos iam sendo educados a ridicularizar os próprios costumes, ou seja, a sua própria cultura.

Conclusão

A Companhia de Jesus, quando aportou no Brasil no século XVI, trouxe em sua bagagem, como ideal de trabalho em detrimento da “Maior Glória de Deus”, o objetivo de transmitir os valores cristãos e de “salvar” a todos. Munida de crenças e culturas cristãs, realizou a catequização e educação dos povos autóctones por meio de diversas estratégias, sendo uma delas o teatro de José de Anchieta. Grande parte desse encargo ficou por conta praticamente do teatro anchietano, que se flexibilizou e se adaptou ao contexto e à cultura dos ameríndios, utilizando-se de elementos da cultura nativa, com o intuito de levar a crença de que os hábitos dos nativos eram pecaminosos.

A partir de um sistema simbólico, constatou-se a associação de diversas características da cultura ameríndia à idolatria e à demonização a fim de empreender uma mudança de postura e de crenças, além de moldar a cultura daqueles povos através do medo e pavor do inferno, que eram incitados ao convencimento da fé cristã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANCHIETA, J. de. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valetin N. A interação verbal. In: _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRUNER, J. **Atos de significação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

- COUTINHO, Afrânio. **Crônica dos Índios Guayaki**. Tradução de Tânia Stolze Lima e Janice Caiafa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DUARTE, N. Relações entre ontologia e epistemologia e a reflexão filosófica sobre o trabalho educativo. **Perspectiva**, 1998. Disponível em: [mhttps://dx.doi.org/10.5007/025x](https://dx.doi.org/10.5007/025x). Acesso em: 18 ago. 2021
- EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. **O teatro de José de Anchieta: arte e pedagogia no Brasil Colônia**. 2001. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2001.
- HERNANDES, Paulo Romualdo. **O teatro de José de Anchieta: arte e pedagogia no Brasil colônia**. Campinas: Alínea, 2008.
- HERNANDES, Paulo Romualdo; FARIA, Marcos Roberto de. Teatro Jesuíta na América Portuguesa. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, v. 31, n. 60, p. 61-79, jun. 2013. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/141/0>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- HESEL, Lothar Francisco; RAEDERS, Georges. **O teatro jesuítico no Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1972.
- KARNAL, Leandro. **Teatro da fé: representação religiosa no Brasil e no México do século XVI**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LUZ, Guilherme Amaral. Palavras em movimento: as diversas imagens quinhentistas e a universalidade da revelação. In: **Festas: cultura e sociedade na América Portuguesa**. Volume II. JANCSÓ, I. KANTOR, I. (org.). São Paulo: Hucitec, 2001. Coleção Estante USP: Brasil 500 Anos; v.3.
- MASSIMI, Marina; MIRANDA, Lilian. A paixão do medo nos documentos de viagens e na literatura espiritual e filosóficos jesuítas, no Brasil do século XVI. In: MASSIMI, M.; SILVA, P. J. C. **Os olhos veem pelo coração. Conhecimento psicológico das paixões na história da cultura brasileira dos séculos XVI a XVII**. Ribeirão Preto: Holos, 2001.
- MOREAU, F. E. **Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta**. São Paulo: Annablume, 2003.
- O'MALLEY, John W. **Os primeiros jesuítas**. São Paulo: EDUSC, 2004.
- RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. **A construção histórica da figura “heróica” do padre José de Anchieta**. 2006. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2006Flavio_Ruckstadter.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.
- SILVEIRA, Camila Nunes Duarte. **A arte de evangelizar no teatro anchietano: memória, conversão e doutrina**. 2018. 189f. Vitória da Conquista. Tese (Doutorado em Memória Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2018.
- VAINFAS, Ronaldo. Colonialismo e idolatrias: cultura e resistência indígenas no mundo colonial Ibérico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 11, n. 21, p. 101-124, 1991.
- VASCONCELOS, Simão de. **Vida do venerável Padre José de Anchieta**. Porto: Lello & Irmão, 1953.
- VIGOTSKI, Lev. Psicologia concreta do homem. **Educação & Sociedade**, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302000000200002>. Acesso em: 10 de ago. de 2021.
- VIOTTI, Hélio Abranches. **Anchieta, o apóstolo do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1966.
- ANCHIETA, J. de. Cartas: informações, fragmentos históricos e sermões. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 24, n. 41, Dezembro de 2023

Exílio Ibérico: Bruno Romano Rodrigues
Representações luso-espanholas na fastigimia, de Thomé Pinheiro da Veiga (1604-1605).
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP – SP.

Resumo

O presente artigo investiga os possíveis significados da obra *Fastigimia*, escrita pelo letrado português Thomé Pinheiro da Veiga, entre os anos de 1604 e 1605. Prioriza-se a análise das representações relativas ao período de exílio vivenciado pelo autor na cidade espanhola de Valadolide, capital temporária da monarquia castelhana, então comandada por Filipe III. Para tanto, propomos, primeiramente, uma aproximação entre os conteúdos da *Fastigimia* e do *Fasti*, livro escrito pelo poeta latino Ovídio, ainda na Antiguidade. Em segundo lugar, nossa análise se deterá nas representações envolvendo portugueses e espanhóis presentes na obra de Veiga, perpassando as mais diversas temáticas da vida cotidiana. A partir desses procedimentos, conclui-se que o período de distanciamento do letrado de sua terra natal resultou na construção de uma narrativa híbrida que buscava interpretar o “lugar de destino” (Espanha) sempre a partir dos referenciais fornecidos pelo “lugar de origem” (Portugal). Longe de expressar uma ruptura traumática com as raízes portuguesas, na *Fastigimia* o autor concebeu e organizou aproximações e distanciamentos culturais entre lusitanos e espanhóis, povos integrados, naquele contexto político-social, através da União Ibérica (1580-1640).

Palavras-chave: Thomé Pinheiro da Veiga; *Fastigimia*; Valadolide; Exílio.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 24, n. 41, Dezembro de 2023

Iberian Exile: Bruno Romano Rodrigues
portuguese-spanish representations in fatigimia, by Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Thomé Pinheiro da Veiga (1604-1605). Humanas da USP – SP.

ABSTRACT

This article investigates the possible meanings of the work *Fastigimia*, written by the Portuguese scholar Thomé Pinheiro da Veiga, between 1604 and 1605. The analysis of representations relating to the period of exile experienced by the author in the Spanish city of Valadolide, capital, is prioritized. Castilian monarchy, then commanded by Philip III. Therefore, we first propose an approximation between the contents of *Fastigimia* and *Fasti*, a book written by the Latin poet Ovídio, still in Antiquity. Secondly, our analysis will focus on representations involving Portuguese and Spaniards present in Veiga's work, covering the most diverse themes of everyday life. From these procedures, it can be concluded that the period of estrangement of the literate from their homeland resulted in the construction of a hybrid narrative that sought to interpret the "place of destination" (Spain) always from the references provided by the "place of origin" (Portugal). Far from expressing a traumatic break with Portuguese roots, the analysis of *Fastigimia* would help to understand how the author conceived the cultural approximations and distances between Portuguese and Spaniards, integrated peoples, in that political-social context, through the Iberian Union (1580-1640).

Keywords: Thomé Pinheiro da Veiga; *Fastigimia*; Valadolid, Exile.

Introdução

No começo do século XVII, um dos lusitanos que se encontrava distante de sua terra natal atendia pelo nome de Thomé Pinheiro da Veiga, personagem que ao longo da vida desempenhou as funções de procurador da Coroa, desembargador do Paço e da Casa de Suplicação, vedor da Fazenda e Chanceler-Mor do Reino. Todos esses cargos foram exercidos por ele quando Portugal integrava a monarquia hispânica, sob a soberania dos Filipes. Mesmo após a Restauração de 1640, quando se rompeu o pacto político assumido nas Cortes de Tomar, em 1581, Veiga continuou exercendo relevantes funções administrativas, como a de procurador, por exemplo. Graças a seu apoio à causa brigantina frente aos espanhóis, ganhou destaque, em termos políticos, ao organizar as Cortes convocadas pelo rei D. João IV.

Nascido em Coimbra, não se sabe se em 1566 ou 1571, e falecido em 1656, em Lisboa, o personagem em questão era filho de Rui Lopes da Veiga e neto de Tomás Rodrigues da Veiga, ambos catedráticos da Universidade de Coimbra, o primeiro na área do Direito, e o segundo no curso de Medicina. Genealogicamente, seu tronco paterno era composto por cristãos-novos, ao passo que sua mãe, D. Helena Pinheiro, era descendente da Casa de Aboim. Durante a juventude, ingressou na universidade de sua cidade natal, obtendo o grau de bacharel em Leis no ano de 1593. Com esse título em mãos, seguiu carreira como magistrado e jurisconsulto¹ até o fim da vida.

Até hoje não se sabe ao certo o motivo pelo qual decidiu visitar Valadolide, na Espanha, quando contava cerca de trinta e cinco anos de idade, permanecendo na então capital hispânica durante oito meses, entre dezembro de 1604 e julho de 1605. Sob o pseudônimo de *Turpín*, tudo indica que essa estadia serviu de base para que Veiga escrevesse a *Fastigimia* (ou *Fastiginia*), obra difundida durante os seiscentos por meio de cópias manuscritas, e impressa somente no início do século XX, mais precisamente em 1911, em edição organizada por Sampaio Bruno. Nessa obra, é possível observar um autor extremamente atento aos aspectos cotidianos da Península Ibérica, tais como as pessoas, hábitos e lugares com os quais travou contato desde a sua saída de Portugal, passando por sua estadia em Valadolide, até o seu retorno. Salta aos olhos também a atenção concedida pelo autor aos meandros da vida cortesã espanhola, muitas vezes fazendo uso de ironia e sarcasmo para descrever pormenorizadamente os festejos, comemorações e demais eventos promovidos pelo séquito filipino, nos quais esteve presente, ou disse que esteve.

De viés humorístico e satírico, por assim dizer, o referido livro encontra-se dividido em três partes. A primeira, *Philipestrea*, aborda as cerimônias da semana santa e as celebrações do nascimento do príncipe herdeiro da coroa espanhola, Felipe IV, em 8 de abril de 1605. A segunda, *Pratilogia*, trata da vida cotidiana após a partida da família real. A terceira e última, *Pincigraphia*, consiste em uma detalhada análise do espaço urbano de Valadolide, com destaque para os aspectos históricos².

¹ Como jurisconsulto, Thomé Pinheiro da Veiga participou da comissão que, no começo da década de 1620, reprovou a publicação do livro *Do Justo Império Asiático dos Portugueses*, escrito pelo Frei Serafim de Freitas. Trata-se, curiosamente, de um lusitano radicado na mesma Valadolide sobre a qual Veiga escrevera quase duas décadas antes (CAETANO, 1983, p. 43).

² Em várias passagens da obra o autor buscou inserir e repercutir acontecimentos relativos não somente a Portugal e Espanha, mas

Concebida como um diário permeado por sucessivas comparações entre as sociedades portuguesa e espanhola, Veiga menciona “as duas vezes que estive na corte” (VEIGA, 1988, p. 211), e, em outra passagem, a “outra vês que cá estive” (Idem, pp. 116, 123). Tudo leva a crer que os sete meses contabilizados pelo autor, de fins de 1604 até metade de 1605 (Idem, p. 173), se referem a apenas uma de suas estadias na então capital do império espanhol. Isso porque, a termo da obra, Veiga mencionou os “dous anos que nella estive” (Idem, p. 329), deixando no ar certa dúvida quanto ao período exato em que viveu fora de Portugal. Descontando-se os sete meses dos tais dois anos, conclui-se que a(s) outra(s) estadia(s) teria(m) consumido mais que o dobro de tempo daquela que ficou conhecida através das páginas da *Fastigimia*.

Tudo leva a crer que o manuscrito original tenha sofrido reparações nos anos de 1607 e 1620, quando o autor já havia retornado a Portugal. Embora haja divergência quanto à publicação da referida obra em tipos móveis, fato sustentado no *Dicionário Bibliográfico Portuguez*, de Inocêncio Francisco da Silva, e negado na *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, até agora sabe-se da existência de doze manuscritos espalhados por diversas bibliotecas da Europa, a saber: nas municipais de Évora e do Porto³, nas nacionais de Lisboa, Paris e Londres, na da Universidade de Coimbra, nos fundos documentais da Real Academia de Língua Espanhola, em Madri, e na Academia das Ciências lisboeta. Há também as reproduções autógrafas que pertenceram aos portugueses José Pereira de Sampaio e Aníbal Fernandez Thomaz (DÍAZ-TOLEDO, 2007, pp. 312-313).

No âmbito dos estudos literários, destacam-se quatro enfoques principais sobre a obra de Veiga, elencados sumariamente a seguir. Em primeiro lugar, o letrado português tornou-se relevante em virtude de ter sido o primeiro autor a fazer referência textual à obra cervantina *Dom Quixote de La Mancha* (ÉMIEUX, 1958; DÍAZ-TOLEDO, 2007, pp. 309, 343), publicada na Espanha pela primeira vez em 1605. Em segundo lugar, parte da crítica identificou no estilo de escrita de Veiga um vanguardismo que teria dado início, ou antecipado, o narrador crítico e debochado que se consolidaria no cenário contemporâneo (ANGELINI, s/d, pp. 526-535), tornando sua obra um exemplo de literatura “jovial” e “desprendida” (SAMPAIO *in* VEIGA, 1988, p. 63). Em terceiro lugar, destaca-se a vertente que pôs em foco a alteridade entre portugueses e espanhóis. Para autores como Miguel Real, por exemplo, dos escritos de Veiga seria possível inferir a existência de uma suposta “consciência da inferioridade nacional face a Espanha” (REAL, 2013, p. 12), reforçando a “grandeza de um país e a pequenez do outro” (BELCHIOR *in* VEIGA, 1988, p. 12), em referência ao papel subalterno de Portugal durante a União Ibérica, vigente entre os anos de 1580 e 1640. Em quarto e último lugar, parte da

também ao cenário europeu. O mais importante deles dá conta da morte do papa Leão XI, a 27 de abril de 1605, sendo que a notícia consta já na seção do dia seguinte. Pouco tempo antes, a três de março, falecera o papa anterior, Clemente VIII. Embora Veiga não tenha deixado claro a qual dos pontífices fazia referência, tudo leva a crer que o personagem em questão é Alessandro Ottaviano de Médici, o qual permaneceu no cargo por apenas vinte e seis dias. Isso porque o autor afirmou ter havido “mais sentimento em sua morte que alegria em sua elleyção”. Mas o maior indício de que realmente se tratava de Leão XI, o Médici, subjaz aos comentários acerca da fama de vida diminuta e à piada de que os cardeais desejavam aos papas “pouca vida e pouca saúde” (VEIGA, 1988, p. 48).

³ Foi essa a versão editada, em 1988, pela Imprensa Nacional e a Casa da Moeda de Portugal, a qual utilizamos como base nesse artigo.

historiografia portuguesa, representada por Maria Belchior, concebe *Fastigimia* como relato de viagem, enquanto a espanhola a interpreta, via de regra, como um “libro de estância” (DÍAZ, 1989, p. 9), privilegiando o destino e não a origem de Veiga.

Admitindo e levando em consideração a importância e a viabilidade dos enfoques mencionados acima, o presente artigo visa analisar a prosa veiguista através da ideia de exílio, concebendo-a como esteio para melhor compreender as inúmeras aproximações e distanciamentos traçados pelo autor entre os reinos ibéricos. Por meio desse recorte temático, julgamos ser possível demonstrar de que maneira Veiga pôde estar “dentro” e “fora”, ao mesmo tempo, dependendo do lugar em que o observador (leia-se quem analisa a sua obra) se encontra. Em outras palavras, ao transmitir impressões e opiniões sobre um território estrangeiro, o letrado parece ter demonstrado, nas entrelinhas, como os referenciais socioculturais que perpassam a narrativa sobre o seu curto exílio em Valadolide permaneceram atrelados ao seu lugar de origem, fazendo de *Fastigimia* um ponto de inflexão capaz de seccionar sua estadia no estrangeiro de todas as outras experiências vividas anteriormente.

A *Fastigimia* como representação de um (breve) exílio ibérico

Para analisar a *Fastigimia* a partir da temática do exílio, faz-se necessário recuar no tempo a fim de recuperar uma tópica literária criada, ainda na Antiguidade, pelo poeta latino Ovídio. Apontada por Carlos Ascenso André como uma das características presentes na lírica humanista portuguesa, a tópica relativa à consciência do tempo e do espaço (ANDRÉ, 1992, pp. 82-83) pode expressar a maneira pela qual Veiga vivenciou e, mais que isso, narrou seu peculiar desterro em terras espanholas.

Em primeiro lugar, a forma e o conteúdo da *Fastigimia* podem apresentar semelhanças com o *Fasti*⁴, de Ovídio, livro que analisa as origens das tradições e rituais concernentes aos seis primeiros meses do ano do calendário, de janeiro a junho. Tudo indica que a segunda parte, dedicada ao último semestre, não tenha sido escrita em virtude da partida do poeta para a atual Romênia, onde cumpriu sua pena de exílio.

Gravados originalmente em lugares públicos, em paredes ou pedras, no Império Romano, os *fasti* ajudavam a orientar os populares quanto aos festejos mitológicos. Antes, porém, o termo “fastos” designava os dias em que havia atividade judicial ou expediente forense, e “nefastos” os dias em que não ocorria nenhuma das duas coisas. Oriundo, portanto, do Direito, o termo passou a expressar, pouco a pouco, toda e qualquer forma de cronologia, entrando em definitivo para o vocabulário latino e, posteriormente, para as línguas originadas do latim.

Em linhas gerais, a particularidade da obra ovidiana reside na ampliação do conceito de calendário, de modo a nele inserir as atividades cívicas (LOPES, 2010; MELLO E SOUZA, 1949, p. XIV; OVÍDIO, 2015, pp. 11-26). A este respeito, Maria Leal Soares fez o seguinte apontamento:

⁴ Em latim, *Fasti* significa calendários. Em português, o título da obra foi traduzido como *Fastos*.

A proposta de Ovídio é bastante ambiciosa, e ele a cumpre em sua íntegra: canta todo o tempo cíclico anual [...] rememorando os acontecimentos de diferentes tempos cronológicos do passado romano, trazendo à luz o poder, a história e a identidade do povo, tendo o cuidado de ainda acrescentar os dados astrológicos para algumas das comemorações (SOARES, 2007, p. 9).

Diante disso, aventamos aqui a possibilidade de Veiga ter se apropriado do título/mote da obra do escritor sulmonense, hipótese que pode conferir, caso confirmada, novos sentidos à *Fastigimia*. Assim, ao neologismo veiguista traduzido até agora como “fatos geniais”⁵, de acordo com o próprio autor português, seria possível agregar, segundo nossa hipótese, a acepção de “calendários” ou “tempos geniais”. Tomando de empréstimo a afirmação de Soares, pode-se dizer que, tal qual os *Fasti*, de Ovídio, a *Fastigimia* também se pauta pela divisão precisa do tempo, num contexto em que o “narrador apresenta-se como quem escreve dia a dia o fluir dos acontecimentos” (SOARES, 2007, p. 10).

Um dos indícios que apontaria para a viabilidade dessa comparação entre Veiga e Ovídio diz respeito ao período do ano no qual transcorrem as experiências do letrado lusitano em terra alheia: os meses de abril, maio e junho, por coincidência abordados também por pelo poeta latino. A partir dessas balizas temporais, a seguir tentaremos elaborar um breve exercício de comparação entre as abordagens de ambos os autores.

Dedicado à “célebre Vênus” (OVÍDIO, 2015, p. 185), o mês de abril retoma, na visão do poeta latino, a ascendência mitológica de Rômulo e Remo, além de se remeter, através do verbo *aperio*, à primavera e sua tradicional abertura das flores (Idem, pp. 189, 191). A atenção dada aos chamados “fundadores” de Roma (incluindo passagens que abordam a morte e o funeral de Remo e o aniversário da cidade) faria do período o mais importante de todo calendário: “Se dos Fastos, porém, te interessa uma parte, em abril debes, César, te atentares. Esse mês chega a ti por grande descendência, por nobreza adotiva é feito teu” (Idem, p. 185). Na *Fastigimia*, curiosamente, o dito mês abriga a narrativa acerca dos festejos pelo nascimento do príncipe herdeiro da coroa espanhola, Filipe IV, bem como os preparativos para a cerimônia de batismo do futuro rei. Chamada de *Philipstrea*, expressão que exprime a ideia de “estreia” de Filipe nessa parte do livro, Veiga discorreu sobre a euforia que se espalhou por Valadolide em decorrência da boa nova, sendo digno de nota o “excesso com que os Hespanhoes amam o seu Principe” (VEIGA, 1988, p. 57). Aqui a função de *aperio* exprimiria a renovação da monarquia castelhana por meio do nascimento do varão que manteria sua dinastia no poder.

Na obra ovidiana, a etimologia de maio se desdobra em pelo menos três acepções: 1. Homenagem a *Maiestas*, responsável pela majestade dos deuses (OVÍDIO, 2015, p. 243); 2. Alusão a *magnus*, indicando a preponderância dos “maiorais” ou dos idosos (Idem, pp. 245, 263); 3. Emulação a Maia, progenitora de Mercúrio e amante de Júpiter (Idem, p. 245). Levando em consideração o conteúdo da *Fastigimia*, o letrado português parece ter se aproximado dos dois primeiros motes, relativos à ideia de majestade. Isso porque, entre

⁵ Título completo da obra: “FASTIGIMIA, OV FATOS GENIAES. Tirados da tumba de Merlim, cõ a demanda do Santo Grial pelo Arcebispo D. Turpim. Descubertos, e tirados a luz, pelo famoso Lusitano Fr. Pantaliaõ de Aueiro, q os achou em hu Mosteiro de Calouros, cõ o seu itinerário”.

outros acontecimentos, nesse mês o relato de Veiga pôs em destaque três cerimônias protagonizadas pela nobreza castelhana. A primeira se refere à cerimônia do beija-mão do rei e da rainha por parte do embaixador inglês. A segunda abordou ao fastuoso batismo real Filipe IV, testemunhado, segundo o autor, por “Alcades da Corte” que mais pareciam “senadores romanos” (VEIGA, 1988, p. 78), e realizado pelo “mais rico senhor ecclesiastico de Hespanha e ainda da christandade abaixo do papa [...]” (Idem, p. 61). Já a terceira, versa sobre a romaria liderada pela rainha com o intuito de oferecer o príncipe recém nascido à Nossa Senhora do Lorente.

Quanto a junho, Ovídio sugere novamente três possibilidades de interpretação: 1. Referência a Juno, desposada por Júpiter (OVÍDIO, 2015, pp. 285-287); 2. Sinônimo *iuuenes*, alusiva a jovens (Idem, p. 289); 3. Derivação de *iungere*, que exprime a ideia de “juntar”, “unir” (Ibidem). Ao que tudo indica, Veiga parece ter incorrido na última opção, pois, ao abordar os primeiros dias do sexto mês de 1604, o autor privilegiou o fato de que “se juntaram os fidalgos todos” (VEIGA, 1988, p. 91) em virtude dum passeio da realeza espanhola sediada momentaneamente em Valadolide. Nessa passagem, o autor fez questão de citar nominalmente cada um dos príncipes, embaixadores, duques, marqueses, condes, eclesiásticos e “outros senhores” que haviam participado do dito evento, além de dois banquetes públicos que contaram com a presença da delegação britânica e do monarca castelhano em pessoa, pouco tempo antes de sua partida para Burgos, entre os dias vinte e um e vinte e dois de junho do referido ano.

A vida em terra alheia: um relato a partir das origens

Em busca de conhecer o lugar onde experienciou seu exílio, Veiga dedicou a última parte da *Fastigimia*, intitulada *Pincigraphia ou Descrição e historia natural e moral de Valhadolid*, às características urbanas e geográficas da cidade em questão. Segundo a chave interpretativa proposta por Carlos Ascenso André, a atenção do exilado ao espaço físico em que vivencia sua proscricção opera na lógica da “necessidade de contrapor os lugares de outrora aos actuais” (ANDRÉ, 1992, p. 53). Nessa perspectiva, a descrição minuciosa das paisagens estrangeiras sempre terá por parâmetro a genésica terra. No caso de Veiga, essa descrição começa por Coimbra, sua cidade natal, ocasião em que o autor estabeleceu paralelos entre a igreja de *San Benito* e o rio *Pisuerga*, e o templo coimbrese de Santa Cruz e as águas do Mondengo. Em relação à Lisboa, as comparações privilegiaram suas supostas vantagens urbanísticas, muito embora, segundo o relato, a “mais fermoza Praça cercada de cazas que ha em Hespanha” (VEIGA, 1988, p. 335) equivallesse ao tamanho de dez rossios lisboetas. A capital portuguesa também seria superada por Valadolide em número e qualidade de “cazas grandes” e igrejas paroquiais (Idem, p. 331), entre outras edificações.

Os paralelos realizados ao longo da obra também estenderam-se para temas da vida cotidiana, como a queixa em relação ao lodo que se acumulava nas ruas de Valadolide com certa frequência, fazendo com que os calçados e roupas não durassem tanto quanto em Portugal. No ramo da culinária, os lusitanos se sobressaiam, de acordo com o autor, apenas nas aves, vinhos tintos e marmelos. Já os espanhóis, levariam larga vantagem nas carnes de pato, carneiro e vaca, e ainda nas bergamotas, peras e cerejas. Veiga ressaltou ainda a abundância

castelhana no que se refere a trutas, rãs e caracóis, à qualidade do vinho branco, dos licores de ginja, do requeijão e da manteiga, assim como do melão, uva e limão.

Além da qualidade dos gêneros alimentícios, o letrado dizia admirar a “liberdade” e “nenhuma inveja” cultivadas pelo povo vizinho, acrescentando, de maneira irônica, que Lisboa seria a “melhor terra que cobre o sol” (Idem, p. 361) caso habitada por castelhanos, índios ou negros. Seguindo essa toada, o futuro procurador da Coroa afirmava ser

[...] a gente de Valhadolid facil na conversação, aprazivel no trato [...] aguda e graciosa nas palavras e bem inclinada em todo o seu proceder, e gente verdadeiramente cortezãa nas obras e razoens, muy amigos de levar boa vida e de comer e vestir largo e esplendidamente e sempre com alegria [...] (Idem, p. 353).

O trato com os nascidos naquela cidade seria “facilissimo” e a “liberdade muyta” (Idem, p. 245), além de serem considerados “cortezãos no fallar” (Idem, p. 216). Assim, a estirpe espanhola seria digna de “ser perpetuamente envejada e imitada” (Idem, p. 358), elogio que obrigava o autor, segundo suas palavras, a “dizer mal dos meus naturaes” (Idem, p. 359). Em demonstrações de respeito mútuo, narrou o caso de uma mulher flamenca que considerava os portugueses “muy calientes de corazon” (Idem, p. 115). Noutra passagem, opôs a “cortesia de todos” (Idem, p. 33) com o inadequado costume lusitano de dar beliscões nas pernas e nos braços das pessoas. Comparou também a alegria dos espanhóis com a melancolia de seus conterrâneos, seguindo a máxima de que os primeiros viviam como se não fossem morrer e os últimos morriam como se não tivessem nascido para viver.

A alegria castelhana se contrapunha, portanto, à “carranca” (Idem, p. 356) dos lusitanos, sendo o retorno do autor ao solo pátrio narrado da seguinte forma:

Em descobrindo o Portugalete, se nos mostrou com huma cara de vilãozinho, encarquilhada, muy trefo, tudo penedos escabrozos e montes, sem nenhuma lhaneza, muita silveyra e a terra partida aos palmos com suas paredinhas, como quem diz: isto é meu, não é teu, não me furtas as minhas uvas. [...] Enfim [...] tudo tão diferente da largueza dos ânímos de Castella (Idem, pp. 316-317).

Parte substancial da importância atribuída aos vizinhos reside na fama de que estes acumulavam grande fortuna, sendo “hoje a mayor que ha no mundo” (Idem, p. 99). Tal ideia baseava-se na observação das cerimônias régias de “maior grandeza que nenhum Principe pode mostrar” (Idem, p. 84), bem como nos luxuosos banquetes que ostentavam a “mais fermoza e mais rica baixella” (Idem, p. 110). Símbolos do fausto, tanto o ouro quanto a prata Veiga disse ter visto em “muyta quantidade” (Idem, p. 224), chamando atenção para o quão “destemida he no gastar esta gente” (Idem, p. 117). Para o escritor, tamanho acúmulo material tinha justificativa: na Espanha a elite rural concentrava vastas extensões de terras, ao passo que em Portugal elas teriam sido doadas como dote nos casamentos da nobreza.

Peça chave na política de matrimônios, a figura da mulher recebeu destaque em algumas passagens da

Fastigimia. As compatriotas do letrado superariam as castelhanas na prática da escrita e, em termos físicos, na beleza dos seios, perdendo apenas no quesito expressão oral. Sobre as discrepâncias observadas no comportamento feminino, Veiga lamentava tanto as espanholas desfrutarem de uma experiência que “lhes fás não querer apertos de religião” (Idem, p. 347), quanto as portuguesas serem “cartuxas”, sinônimo de recatadas. Em certo momento o autor fez menção a uma dama que não trazia “na boca a liberdade de castelhana”, pois levava nos “olhos as prizoens e sujeição de Portuguesa” (Idem, p. 318). A “modéstia” e o “recolhimento” femininos foram tidos, noutra parte da obra, como “o mayor bem” (Idem, p. 146), servindo para condenar o “cativeiro servil” (Ibidem) em que muitos lusitanos mantinham suas filhas e esposas. Nesse mesmo trecho, o autor complementa o seu raciocínio sobre a misoginia do homem lusitano afirmando que as mulheres portuguesas eram tratadas como se não fossem “nossas irmãs e filhas dos nossos pais”, e nem “cristãs e bichinhos que bolem e sabem falar” (Ibidem).

No âmbito identitário, atribui-se determinadas características aos povos da região de acordo com as circunstâncias apresentadas ao viajante-exilado. No que se refere ao olhar estrangeiro sobre a Península Ibérica, Veiga conta que um embaixador (de não se sabe qual nacionalidade) teria afirmado que Portugal “parecia terra dada em dote a genro e não a filho” (Idem, p. 43). Com o mesmo sarcasmo, outro deles teria se referido ao país como “culus mundi” (Ibidem). Já um anônimo mercador de origem francesa, teria dito que o aragonês era “gente muy corioza e polida”, o castelhano “affavel”, e o português “não sabia fallar mais que em merda” (Idem, p. 251).

A reboque desses exemplos, é possível apreender, ao longo da *Fastigimia*, uma extensa lista de atributos negativos imputados aos lusitanos, a exemplo da fama de “sujos”, “ensebados” e “mal vestidos” (Idem, p. 267). Em dada ocasião, o próprio Veiga disse ter sido xingado de “sevoso” (Idem, p. 37), aproveitando para se queixar em relação ao “desprezo dos Castilhanos” (Idem, p. 120) e ao costume que tinham “de zombar da nossa soberba e vaidade” (Idem, p. 175), ou de simplesmente “zombar” (Idem, p. 247). Sobre isso, é digna de destaque, a sua insatisfação com a imitação que um grupo de castelhanos “velhacos” fazia da “portuguesada” (Idem, p. 43). Em resposta a uma dama de corte que havia perguntado se todos os seus patrícios eram loucos, o autor teria dito que eram insanos na mesma medida em que os espanhóis “cornudos” (Idem, p. 247). Seu repúdio ficou ainda mais nítido quando disse ter sido acometimento de uma doença em razão da qual não queria morrer longe de casa, já que, nessa circunstância, “Castella era Inferno” (Idem, p. 57). Na esfera religiosa, o autor comparou os pregadores ibéricos, não restando dúvidas, segundo ele, da superioridade dos lusitanos sobre os “charlatães muito solto nas palavras” (Idem, p. 25), em referência aos prelados castelhanos.

Sempre voltado para os referenciais relativos à sua terra natal, na prosa de Veiga, a ideia de pertencimento aparecerá diretamente ligada à experiência do curto e intenso exílio vivenciado por ele em Valadolide.

Cheguei, finalmente, a beijar a doce terra de minha amada patria, livre do cativo de tanta liberdade, representando-se-me aos olhos com tão fermoza vista que conheci que nos deu a natureza amor e inclinação á propria terra, donde recebemos o ser e o mantimento, que se foy convertendo nestes corpos e os dos nossos passados nella.

Por isso o amor da patria he como o amor proprio e natural [...] Alem disso, a lembrança daquelles primeyros anos da nossa mocidade se representa com a mesma saudade e suavidade de amor como do melhor tempo que tivemos e em que comessamos a gostar da vida, sem o pezadume dos cuidados dela (Idem, p. 317).

Do trecho acima reproduzido, infere-se uma comparação entre o “amor da pátria” e o “amor próprio”, síntese de um dos traços mais marcantes da relação estabelecida entre o letrado e sua terra natal ao longo da *Fastigimia*. Curiosamente, a revalorização de sua cultura primitiva deriva de sua ausência do território português. Nessa perspectiva, nota-se que somente após Veiga ter saído de seu lugar de nascimento é que a importância dele parece ter aflorado, ou, pelo menos, ampliado a sua abrangência. Base de toda a sua narrativa em forma de diário, bem como das sucessivas comparações entre os reinos ibéricos naquele momento histórico, a ideia de alteridade permeia praticamente todas as representações formuladas ao longo da obra, sejam elas laudatórias ou pejorativas para portugueses e espanhóis.

No ápice de sua comoção, já na parte final da obra, Veiga afirmou que, após o retorno a Portugal,

Depois emfim dos abraços dos Irmãos e lagrimas das Irmaãs e dos parentes, comecei a me namorar mais da modestia e sujeição da nossa Pátria, que das aparencias phantásticas das estranhas; e conformou-me nesta feé cazo com que darei fim á minha jornada” (Idem, p. 318)

Logo a seguir, o letrado arrematou da seguinte forma:

Concluo, senhor, com que, pelo que tenho visto da nossa Patria, da honra, modestia e termo com que se trata o amor; protesto que vivia enganado, e para confusão minha deixo esta memoria, porque só cá se quer bem, que estas são as virtudes da virtude: renderem e namorem athe os inimigos della, por que deixam mais penhorados os disfavores Portuguezes que todas as larguezas de Castella; e por isso me atrevi a viver lá com mais liberdade, como quem se não temia que houvesse couza que lha tirasse (Idem, p. 320).

Além dessas digressões de viés comparativo, na *Fastigimia* expressões como “desterro” e “degredo” foram utilizadas apenas em algumas circunstâncias, como no trecho em que o autor explicou a punição sofrida pelo neto do Marquês de Mondejar, em decorrência de um amor proibido, e quando definiu o estatuto do filho desta relação, respectivamente. Ainda em referência a terceiros, o desterro entrou em cena para exprimir o castigo imposto a quatro religiosos acusados de desobediência. No que se refere à sua trajetória particular, e sempre no intuito de conferir significados às experiências adquiridas por ele no exterior, o futuro chanceler-mor do reino recordou um aristocrata que o teria considerado, junto a outros amigos seus, “sempre como desterrados” (Idem, p. 263). Noutra oportunidade, narrou a calorosa despedida entre “todos os que vinhamos desterrados em companhia” (Idem, p. 301). Após a saudação, disse que “desterrávamos para nossas pátrias”. Além da ideia que exprime a saída de um lugar originário, neste último exemplo, curiosamente, o exílio de Veiga compreende também o ansiado retorno ao lugar que o vira nascer.

Considerações finais

Tendo em vista as problemáticas levantadas até o presente momento, extraímos as seguintes conclusões: Em primeiro lugar, nota-se que Veiga esteve longe de recusar os costumes estrangeiros, procurando se abrir para as novidades observadas em Valadolide. Em certos momentos, inclusive, sua narrativa do cotidiano sugere um elevado nível de assimilação da cultura do lugar em que vivenciou o seu exílio-viagem, em que pese a sua intensa apropriação do idioma espanhol, fator que quase faz da *Fastigimia* uma obra bilíngue. Tomando de empréstimo os termos propostos por José Ibáñez para o período em questão, pode-se dizer que a ambientação do letrado lusitano na monarquia hispânica não residiria tanto no fato dele ter se aferrado a uma “identidade”, mas no anseio de tentar se adaptar “aos interlocutores e às conjunturas” (IBÁÑEZ, 2011, p. 127) encontradas em terra alheia. Isto é, menos do que uma identidade rígida ou estática, o texto veiguista revelaria uma constante negociação entre o “lugar de origem” e o “lugar de destino”, maleabilidade literária que se expressa por meio de uma prosa sinuosa, repleta de idas e vindas, e, em muitos momentos, ambígua e repleta de contradições.

Pautado nas suas experiências, Veiga parece se enquadrar, segundo a terminologia de Carlos Ascenso André, nas “características odisséicas do regresso” (ANDRÉ, 1992, p. 113), no sentido de que suas percepções são construídas a partir da certeza do retorno a Portugal e, portanto, do caráter efêmero do distanciamento. Conseqüentemente, o assim chamado tempo presente é alçado a protagonista em toda a *Fastigimia*, com destaque para o que Edward Said chamou de “consciência de dimensões simultâneas” (SAID, 2003, p. 59), aspecto que compreende, nesse caso, a observação comparativa das realidades portuguesa e espanhola. Impregnado pela sensação de retorno em um futuro breve, e pelo controle do tempo (por meio do calendário) e do espaço (por meio da narrativa voltada para o aspecto urbanístico), o relato do dia a dia em terra alheia emancipa o presente do “antes” e do “depois”, conformando uma prosa que está longe de expressar rupturas traumáticas entre essas temporalidades. Visto a partir do lugar de origem e não somente da recepção, o desterro de Veiga adquire, portanto, um sentido nítido. Na *Fastigimia*, ele se encontra pautado nas aproximações e distanciamentos culturais dos ibéricos, povos integrados, naquela altura, como talvez em nenhum outro momento da história da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Carlos Ascenso. **Mal de ausência: o canto do exílio na lírica do humanismo português**. Coimbra: Livraria Minerva, 1992.

ANGELINI, Paulo Ricardo Kralik. **Fatos geniais: o lugar de Thomé Pinheiro da Veiga na tradição de narradores dramatizados na literatura portuguesa**. Rio Grande do Sul, s/e, p. 526-535, s/d.

CAETANO, Marcello. “Introdução”. In: Freitas, S. de. **Do Justo Império Asiático dos Portugueses (De Iusto**

Imperio Lusitanorum Asiatico). Tradução de Miguel Pinto de Meneses. Vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

DÍAZ, José. “Presentación”. In: VEIGA, Thomé Pinheiro da. **Fastigimia. Vida cotidiana en la corte de Valladolid**. Valladolid: Ambito, 1989.

DÍAZ-TOLEDO, Aurelio Vargas. **Fastigimia de Tomé Pinheiro da Veiga. Edición de los días 10 y 28 de junio de 1605: primer documento de la recepción del Quijote**. *Anales Cervantinos*, Madrid, v. XXXIX, p. 312-313, 2007.

ÉMIEUX, Annick. “La Fastigimia” (1605) de Pinheiro da Veiga. Ou la vie et la littérature à Valladolid, capitale de l’Espagne. *Bulletin Hispanique*, Paris, v. 60, n. 2, p. 226-229, 1958.

IBÁÑEZ, José Javier Ruiz. “Servir segundo a dignidade: exílios políticos e administração real na Monarquia Hispânica (1580-1610)”. In.: MONTEIRO, Rodrigo Bentes; FEITLER, Bruno; CALAINHO, Daniela Buono; FLORES, Jorge. **Raízes do Privilégio: mobilidade social no mundo ibérico do Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 105-132.

LOPES, Eliana da Cunha. **Os Fastos: festas e rituais pagãos de dedicados à deusa Ana Perena**. *Soletras*, São Gonçalo, n. 19, p. 80-90, 2010.

MELLO e SOUZA, João Batista de. “Prefácio”. In: Ovídio/ Horácio. **Os Fastos/Sátiras**. Volume IV. Traduções de Antonio Luís Seabra e Antonio Feliciano de Castilho. RJ-SP-PA: Clássicos Jackson, 1949.

OVÍDIO. **Fastos/Fasti**. Tradução de Márcio Meirelles Gouvêa Júnior; revisão da tradução de Júlia Batista Castilho de Avellar. Edição bilingue: português/latim. 1ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.

REAL, Miguel. **Nova teoria do sebastianismo**. Lisboa: Dom Quixote, 2013.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SOARES, Maria Lia Leal. **Ovídio e o poema calendário: Os Fastos, Livro II, o mês das expiações**. 2007. 85 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Departamento de Letras Clássicas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VEIGA, Thomé Pinheiro da. **Fastigimia**. Reprodução em fac-símile da edição de 1911 da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Prefácio de Maria de Lurdes Belchior. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Gazeta Médica da Bahia: Davilene Sousa Santos
uma revisão historiográfica da literatura. Universidade Federal da Bahia - BA.

Resumo

A Gazeta Médica da Bahia, periódico médico-científico criado em 1866, é o objeto central deste artigo, que propõe uma revisão historiográfica da produção científica em torno dessa revista. Dessa forma, busca organizar, apresentar e analisar os temas e discursos utilizados nessas pesquisas, coletadas em bases de dados como o Portal de Periódicos da Capes, Biblioteca Digital de Dissertações e Teses, Scientific Electronic Library Online (SciElo) e no Google Acadêmico. O texto visa contribuir para estudos futuros a respeito do periódico, como forma de alavancar outros temas de pesquisa associados à comunidade e assuntos médicos inseridos no contexto da revista. O levantamento revela que a temática de estudos que envolvem personagens atuantes na Gazeta, e outros relativos à “Escola Tropicalista Baiana”, nome pelo qual o grupo de médicos fundadores da revista ficou conhecido, apresenta maior incidência nas pesquisas científicas na contemporaneidade. Os estudos realizados têm buscado a Gazeta Médica como fonte de informação para uma demanda específica, já a proposta de análise desta enquanto objeto de investigação não encontra ressonância no universo da amostra desta investigação.

Palavras-chave: Gazeta Médica da Bahia; História da Ciência; Imprensa.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 24, n. 41, Dezembro de 2023

Gazeta Médica da Bahia:
a historiographical review of the literature.

Davilene Sousa Santos
Universidade Federal da Bahia - BA.

ABSTRACT

Gazeta Médica da Bahia, a Medical-scientific journal created in 1866, is the central object of this article, which proposes a historiographical review of the scientific production surrounding this journal. In this way, it seeks to organize, present and analyze the themes and discourses used in these researches, collected in databases such as the Capes Periodicals Portal, Digital Library of Dissertations and Theses, Scientific Electronic Library Online (SciElo) and Google Scholar. The text aims to contribute to future studies about the journal, as a way to leverage other research topics associated with the community and Médical issues inserted in the context of the journal. The survey reveals that the theme of studies involving characters active in the Gazeta, and others related to the “Escola Tropicalista Baiana”, the name by which the group of doctors who founded the magazine became known, has a greater incidence in scientific research in contemporary times. The studies carried out have sought the Gazeta Médica as a source of information for a specific demand, since the proposal of analysis of this as an object of investigation does not find resonance in the universe of the sample of this investigation.

Keywords: Gazeta Médica da Bahia; History of Science; Press.

Introdução

A *Gazeta Médica da Bahia*, periódico científico criado por uma associação de médicos independentes na província da Bahia no ano de 1866, foi idealizada por alguns médicos de origem estrangeira como o Dr. Otto Wucherer, alemão, o Dr. John Paterson, Escocês, e o Dr. Silva Lima, Português, e contou com a participação de um número reduzido de professores da Faculdade de Medicina da Bahia. Esse canal de comunicação, fundado em meados do século 19, tem adquirido atenção significativa por parte dos pesquisadores de múltiplas áreas do conhecimento na contemporaneidade (BARROS, 1997).

Esse fato deve-se, em partes, às iniciativas da Escola dos Annales, que abriu portas para o desenvolvimento de estudos históricos voltados ao cotidiano, por volta de 1930. Desse modo, a História política, até então amplamente analisada, assim como a História econômica, cede lugar a outras perspectivas historiográficas pertinentes aos aspectos culturais e sociais da História nacional (BURKE, 1991).

Entretanto, a proposta da Escola dos Annales, em busca de uma ampliação dos estudos históricos, enfrentaria desafios diversos para essa efetiva implementação no decurso das investigações científicas (LUCA, 2010). Nesse tocante, a História da Ciência, por sua vez, também atravessou dificuldades no que tange a aspectos historiográficos que contemplassem períodos diversos da História do Brasil.

Desse modo, determinados momentos históricos não tiveram o investimento adequado em pesquisas, tais como o século 19, considerado, por alguns estudiosos, como uma época parcialmente desprovida de ações científicas. Por outro lado, foi atribuído ao século 20, inicialmente na historiografia da História da ciência, o investimento intelectual capaz de inserir a nação no rol dos países em desenvolvimento com atuação significativa no progresso científico (AZEVEDO, 1955; STEPAN, 1976; SCHWARTZMANN, 1979).

A mudança na historiografia da História da Ciência, evidenciada a partir da década de 1980, no Brasil (DANTES, 2001; 2005), contribuiu para a ascensão de estudos voltados a momentos diversos na História brasileira, assim como na transição de aspectos políticos e em períodos particularmente importantes para a história nacional, como a passagem do modelo de governo Imperial para o Republicano. Nessa perspectiva é que se inserem os estudos voltados às instituições da Ciência originadas nos oitocentos, período de intensos acontecimentos no Brasil, como a chegada da Família Real Portuguesa em solo brasileiro no ano de 1808, que instalou-se na Colônia, juntamente com a Corte Imperial. Diante disso, verifica-se uma ampla transformação cultural, social, econômica, política e científica com a criação de inúmeras instituições que iniciaram e incentivaram o desenvolvimento científico brasileiro, inclusive elevando o Brasil a Reino Unido de Portugal.

Nesse sentido, este texto tem por objetivo analisar o desenvolvimento de estudos realizados no século 20, a respeito do periódico médico-científico *Gazeta Médica da Bahia* (GMB), de modo que o levantamento da literatura existente possa dimensionar aspectos teóricos e metodológicos no que compete a trajetória dessa revista científica enquanto fonte e objeto histórico. Por outro lado, procura-se identificar, nas pesquisas realizadas sobre a revista, quais mudanças historiográficas porventura tem enfrentado e com que abrangência as investigações têm ocorrido, seja em âmbito local, nacional ou internacional.

Para o cumprimento desta proposta investigativa, busca-se recuperar e analisar estudos a respeito da GMB na contemporaneidade, enquanto periódico médico multidisciplinar que fez circular publicações de diversas especialidades médicas em suas páginas, bem como estudos relacionados à significativos personagens médicos que atuaram neste canal de comunicação da ciência no século 19 e 20. Como o periódico permaneceu com circulação quase ininterrupta até 1934, salientamos que a amplitude de estudos em torno da sua definição enquanto “Escola Tropicalista Baiana” (ETB), denominação atribuída por Coni (1952), será ponto relevante de análise, posto que é a partir dessa concepção que o grupo de médicos ganhou notoriedade nos estudos contemporâneos.

Dessa forma, esse levantamento apresenta-se como de natureza aplicada, por meio de uma abordagem qualitativa, na qual pretende-se dar visibilidade aos estudos desenvolvidos sobre a GMB e analisar, de forma Historiográfica, o discurso utilizado por esses pesquisadores, de modo a perceber em quais vertentes epistemológicas os interessados nessa temática dos periódicos científicos têm atuado, ou na GMB em particular, enquanto objeto de estudo ou fonte de informação.

Para tanto, a aquisição dos materiais de análise, como artigos, teses, dissertações e livros, foram recuperados e consultados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), na Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD), na *Scientific Electronic Library Online* (SciElo) e no Google Acadêmico.

Destaca-se a presença de uma quantidade expressiva de estudos sobre a "Escola Tropicalista Baiana", denominação atribuída por Coni (1952) ao grupo de médicos que criou a GMB, em virtude dos estudos desenvolvidos em torno de patologias consideradas pertencentes ao clima tropical. Por outro lado, estudos que tenham como tema central médicos ou médicas que participaram da administração do periódico mostraram-se de interesse significativo pela comunidade científica.

Vale destacar que um ou outro pesquisador obteve percepções diversas quanto à contribuição da GMB para o desenvolvimento da ciência brasileira, atribuindo ao periódico e aos seus representantes uma atuação a favor de assuntos que, para os dias atuais, são considerados temas sensíveis e de conotações negativas. No entanto, alguns desses assuntos, como a questão da Higiene pública e Racismo científico, devem ser analisados à luz do período político do final do século 19 e início do 20, de modo que, não apenas a Bahia, mas o Brasil e outros países de maneira geral, estavam adotando procedimentos no mínimo inconcebíveis para o século 21, contudo, não os eram para a cultura e sociedade do período em questão.

Nesse sentido, esse texto apresenta uma contribuição significativa para o desenvolvimento da ciência, no que compete à identificação, organização e análise de obras relacionadas a GMB na contemporaneidade. Por outro lado, amplia a possibilidade de estudos que podem ser desenvolvidos em torno desse periódico científico, visto que foram identificados, em termos qualitativos, obras concentradas em um tema específico sobre a GMB, como a Escola Tropicalista Baiana e alguns trabalhos ligados a algumas doenças debatidas nas páginas da revista.

Percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido, que possa dimensionar o papel da GMB na sociedade enquanto canal de comunicação da ciência no século 19 e a respeito desse empreendimento administrativo enquanto revista científica. Outro tema com uma crescente investigativa tem sido a respeito de alguns médicos que atuaram na GMB. No entanto, diversos deles ainda estão por terem suas contribuições exploradas de forma mais ampla e abrangente, como é o caso do Dr. Otto Wucherer e o Dr. John Paterson, a quem Peard (1999) informa ter sido considerado “pai do povo” pela sua disponibilidade em atender não apenas a comunidade Britânica, mas também pacientes pobres.

Outro representante da medicina tropicalista baiana com quem a pesquisa acadêmica e científica encontra-se em débito é o Dr. Silva Lima. Pelo que tudo indica, esse médico exerceu um papel fundamental na história da GMB e da medicina baiana, ao tornar público, por meio das páginas da revista, algumas informações importantes no que compete ao início das reuniões que ocorriam na casa do Dr. Paterson. Esses encontros quinzenais não possuíam atas ou qualquer documento que pudessem ser consultados na posteridade, e foram exatamente os escritos do Dr. Silva Lima, que possibilitou que conhecêssemos hoje o início desse empreendimento chamado *Gazeta Médica da Bahia*.

Além disso, o Dr. Silva Lima tem se mostrado um protagonista significativo no que compete a elevar o nome da revista, bem como as pesquisas nela publicada que demonstraram o pioneirismo da descoberta de Otto Wuchere por ocasião da filariose, tema de enorme controvérsia no cenário científico internacional, inclusive com publicações do Dr. Silva Lima na revista *Lancet*, tornando público e internacionalmente conhecida a descoberta pioneira do Dr. Wucherer, realizada na Bahia - Brasil.

Pesquisas que venham a ter como tema a trajetória de alguns dos médicos citados, tais como o Dr. Otto Wucherer ou o Dr. John Paterson, podem iniciar a investigação por meio dos esboços biográficos escritos sobre eles na GMB. Respectivamente, esses médicos foram homenageados pelo Dr. Pacífico Pereira em 1873 e pelo Dr. Silva Lima em 1887, após o encantamento de ambos os representantes da Escola Tropicalista Baiana (PEREIRA, 1873; LIMA, 1887)

Por outro lado, um dos médicos que tem sua história ligada diretamente à GMB, de modo que já podemos apreciar um pouco da sua trajetória, é o Dr. Pacífico Pereira, investigação realizada por Malaquias (2019). Entretanto, muitos outros estão por terem suas obras e vidas analisadas. Por essa razão, essa revisão historiográfica da literatura que pertence à GMB, sugere que a partir dela inúmeras pesquisas possam ser desenvolvidas, seja por meio do viés Médico, Biográfico, ou pela linha da Comunicação Científica ou da História Social, além da História da Ciência, a GMB mostra-se aberta a investigações em uma infinidade de áreas do conhecimento.

A historiografia da Gazeta Médica da Bahia

O periódico científico *Gazeta Médica da Bahia*, criado em 1866, atravessou algumas etapas significativas ao longo da fase inicial de publicação até a descontinuidade da circulação em 1934. O período entre 1866 a 1934 é considerado como a primeira fase de circulação do periódico, já que houveram outras duas fases de publicações da GMB após sua descontinuidade na década de 1930. Estas etapas apresentam-se distintas entre si e denotam o grau de representatividade médico-científica da revista diante da comunidade científica nacional e internacional (GURGEL, CARNEIRO e COUTINHO, 2010).

As etapas pelas quais a GMB passou, na fase inicial, podem ser divididas por três momentos que caracterizam a trajetória do periódico, são eles: *A Criação (1866)*, período de ampla efervescência no campo da medicina na Bahia após as epidemias de Febre Amarela e Cólera Morbus entre os anos de 1849 e 1856. Com a criação da GMB em 1866, inúmeros estudos realizados por ocasião das epidemias mencionadas foram publicados de forma retroativa nos primeiros números da revista. *Desenvolvimento (1870-1890)*, momento de crescimento e desafios da Gazeta Médica da Bahia, com o desenvolvimento da medicina anatomoclínica¹ e com a expansão do território de circulação, seja no Brasil e no Exterior. Entretanto, as dificuldades de manutenção são evidentes nesse período, culminando em uma breve interrupção por 18 meses na circulação do periódico, entre 1875 e 1876. Por último, *Declínio (1900 - 1934)*, nova forma de governo no Brasil (do Império para República), nacionalismo, crescimento científico, especialização da medicina e a ampliação da concorrência na comunicação da ciência, convergem na saída de alguns integrantes do corpo editorial da GMB e na criação de novos campos de investigação e revistas por especialidades médicas.

Inicialmente, surge a necessidade de romper com alguns paradigmas existentes na área médica brasileira, como a teoria dos miasmas (EDLER, 2011). Em um segundo momento, o desenvolvimento da revista acompanha as transformações sociais e políticas nacionais, de modo que, no início do século 20, entra em declínio em razão da especialização das áreas médicas e da circulação das ideias em canais próprios de comunicação da ciência por especialidades médicas definidas se expande.

Nota-se que na divisão executada na obra da historiadora Schwarcz (2005), as seções foram subdivididas, de modo que as especialidades médicas fossem todas inseridas no rol da medicina geral e da medicina interna. Nesse ponto, percebe-se implicitamente as variadas áreas que compunham esta classificação e que, conseqüentemente, atraíam um público diversificado, formado tanto por colaboradores quanto por leitores.

Já a segunda fase da GMB se caracteriza pela transição da responsabilidade dos direitos da revista, por ocasião do centenário da criação do periódico em 1966. A transferência da curadoria da revista para a Faculdade de Medicina da Bahia ocorreu por meio dos descendentes do Dr. Aristides Novis, último diretor do

¹ Que tem por objeto verificar a existência de um estado mórbido por meio de um exame anatômico (Dicionário Michaelis).

periódico entre 1922 e 1934 e falecido em 1953. O Dr. Aristides Novis chegou à diretoria da GMB após o encantamento do Dr. Pacífico Pereira, figura emblemática na administração do periódico, haja vista a sua permanência na direção da Gazeta por quase 50 anos, entre 1976 e 1922. (JACOBINA E CHAVES, 2008).

Permanecendo em atividade por um período efêmero, entre 1966 e 1972, a Gazeta Médica reapareceu no cenário científico nacional em 1976, por ocasião de uma edição especial (BASTIANELLI, 2002). Contudo, já no século 21, mais especificamente no ano de 2004, a GMB ressurgiu em uma terceira fase, com a tentativa de reativação das publicações, inicialmente de forma memorialística, mas com claros intuitos de retomar as perspectivas de se tornar o periódico oficial da Faculdade de Medicina da Bahia, o que não durou mais do que sete anos, descontinuado definitivamente após o último número, que compreendia os meses de janeiro a junho de 2011.

Tratando-se de pesquisa científica na contemporaneidade, Martins (2005, p. 308) afirma que “antes de se conhecer um assunto e estudar os trabalhos historiográficos a respeito dele, é praticamente impossível escolher uma boa questão”. A questão a que a autora se refere relaciona-se com um problema de pesquisa para se investigar que traga uma contribuição efetiva para a ciência. Dessa forma, acrescenta que “o pesquisador deve fazer um levantamento dos trabalhos historiográficos disponíveis, a respeito do assunto que deseja estudar, e examinar os mais relevantes para ter uma ideia a respeito do que já foi estudado” (MARTINS, 2005, p. 308). Diante desse cenário, propomos realizar uma revisão historiográfica sobre as pesquisas realizadas a respeito da *Gazeta Médica da Bahia*.

Em relação às fontes de informação pertinentes para um estudo em História da Ciência, Martins (2005, p. 310) destaca “que são utilizados documentos de vários tipos, [e que] costuma-se classificá-los em fontes primárias (material da época estudada escritos pelos pesquisadores estudados) e fontes secundárias (estudos historiográficos e obras de apoio a respeito do período e dos autores investigados)”. Nesse sentido, Martins (2005) fornece um exemplo significativo para o objeto de pesquisa desta investigação, ao acrescentar que “se o objeto de estudo for o sistema de comunicação entre os membros da Royal Society, todas as correspondências entre os membros serão fontes primárias” (MARTINS, 2005, p. 310).

A reflexão apresentada aproxima-se da metodologia utilizada na pesquisa mais abrangente dessa investigação, na qual o objeto de estudo, a *Gazeta Médica da Bahia* torna-se fonte primária de si mesma. Além de objeto de estudo, a GMB atende aos requisitos necessários para a contribuição por meio das suas próprias páginas, ao passo que o objetivo geral da matriz do estudo perpassa, por traçar um resgate histórico da trajetória, contribuições e desafios do periódico científico em sua primeira fase de atuação enquanto um canal de comunicação da científica.

Segundo Martins (2005), outros documentos para além dos textos escritos podem ser utilizados em pesquisas em História da Ciência, tais como gravações em fita para objetos de estudo em História contemporânea. Dessa forma, acrescenta que “pode ser útil, conforme o trabalho, utilizar pinturas, desenhos e fotos (material iconográfico), instrumentos e materiais de laboratório, e estudar prédios antigos (arqueologia

científica)” (MARTINS, 2005, p. 311). Apesar da infinidade de possibilidades, esta investigação concentra-se em textos escritos relacionados à imprensa científica, que é o periódico *Gazeta Médica da Bahia*, que, nessa perspectiva, se apresenta enquanto objeto e fonte para a pesquisa que investiga a sua trajetória.

Interpretações delineadoras dos estudos sobre a *Gazeta Médica da Bahia*

Ao longo do século 21, inúmeros trabalhos científicos têm sido publicados a respeito da História da Medicina e do desenvolvimento da Ciência na Bahia. A GMB tem sido anunciada em alguns destes estudos como propagadora de pesquisas ligadas à Higiene Pública e associadas ao Racismo Científico, temas relacionados na revista devido a um período na história brasileira conhecido por uma expansão da política nacionalista evidenciada no início do século 20.

Alguns exemplos desses estudos dirigem-se às pesquisas realizadas por Queiroz (2017; 2018a; 2018ba), que trata da questão da Cólera Morbus e da Higiene Pública no século 19. A autora aponta, em sua concepção, que os artigos publicados na GMB, assim como seus representantes, teriam tratado dos assuntos relacionados à Higiene Pública e Cólera Morbus de forma imprudente e em busca de vantagens pessoais, como a aproximação com o tema como forma de inserção na discussão internacional em torno da epidemia de Cólera Morbus.

A análise da autora ampara-se em um curto período de investigação a respeito da GMB, apontando para o que discute Martins (2005, p. 315), ao informar que “toda narração histórica é uma seleção ou ‘recorte’ da história” que podem apresentar tensões e controvérsias. Ainda acrescenta que “ao fazer este recorte, o historiador pode selecionar e descrever apenas os fatos que corroborem seu ponto de vista e ocultar os fatos que entrem em conflito”, o que seria incompatível com uma investigação objetiva dos fatos (MARTINS, 2005, p. 315).

Já a questão do Racismo científico fica a cargo da historiadora Schwarcz (2005), que apresenta uma percepção no mínimo destoante de uma análise de discurso eficiente, na qual se deve analisar o contexto da realidade cultural, social e política do período no qual o discurso ocorreu (Orlandi, 2015). O final do século 19 e início do século 20 no Brasil foram marcados por um elevado sentimento nacionalista que se infiltrou na esfera científica e na medicina de modo geral.

A ascensão do pensamento científico racista não foi uma prerrogativa da Faculdade de Medicina da Bahia, mas também ocorreu em diversos outros espaços científicos, culturais, sociais e políticos no Brasil. Apesar da GMB não ter tido uma ligação direta e institucional com a Faculdade de Medicina da Bahia naquele período, diversos membros daquela instituição também atuavam na GMB como colaboradores, redatores e diretores. Dessa forma, inúmeras publicações do período estudado por Schwarcz (2005), entre 1870 e 1930, foram influenciadas pela presença de alguns médicos como Raimundo Nina Rodrigues em ambos espaços, além das influências sócio históricas que o discurso médico acaba por adquirir em virtude da inexistência de um deslocamento entre o sujeito e o acontecimento. Nesse sentido, Orlandi (2015) aponta que o interdiscurso é parte fundamental no entendimento de um momento histórico e que os silêncios e omissões dizem mais do que

se possa imaginar em matéria de investigação científica.

Entretanto, há pesquisas que caracterizam a presença dos médicos fundadores da GMB como a constituição de uma concepção médica divergente da maioria dos médicos da Bahia e da Corte Imperial, situada no Rio de Janeiro. Em alguns casos, médicos que não estavam ligados à instituição de ensino superior da Bahia discordaram de doutores docentes das Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, bem como da Academia Imperial de Medicina (AIM). Relatos apontam que um dos representantes da GMB, o Dr. Otto Wucherer, teria participado de um debate em torno de controvérsias significativas relacionadas à etiologia de algumas doenças, como a Febre Amarela, junto ao Dr. Jobim, representante máximo da AIM (BARROS, 1997).

No tocante a esse quesito, Mascarini (2003, p. 811), sustentada pelos estudos de Peard (1992), informa que a autora “ênfatiza o antagonismo entre os integrantes dessa escola [tropicalista] e os médicos da capital do Império, encastelados na academia e na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro”. Acrescenta que, naquela disputa:

A Sociedade Médica de Cirurgia do Rio de Janeiro encarava o progresso como imitação da ciência e das instituições europeias; os tropicalistas baianos investigavam a singularidade das doenças dos trópicos, a influência do clima sobre as raças e sobre a geração ou multiplicação de miasmas e germes, com interesse crescente pelo papel dos parasitas como produtores de doenças. (MASSARANI, 2003, p. 811)

Nesse ponto, investigações realizadas por Coni (1952); Barros (1996); Figuerôa (2002); Peard (1990; 1999); Jacobina (2008); Santos (2008; 2012) apresentam as contribuições desse grupo de médicos da Bahia, representado por um trio de doutores estrangeiros. Aqueles esculápios, aliados a outros médicos que também desenvolviam atividades na Faculdade de Medicina da Bahia e na Santa Casa de Misericórdia, ficaram conhecidos como formadores da ‘Escola Tropicalista Bahiana’, termo cunhado por Coni em 1952, mas que, segundo Jacobina (2019) já teria sido suscitado pelo Dr. Juliano Moreira no início do século 20.

Estudos outros, como os escritos do pesquisador Edler (2002), ainda na temática da ETB, sugerem que a expressão utilizada para designar o grupo de médicos de meados dos oitocentos, na Bahia, denotaria uma incompatibilidade do exercício médico-científico anterior à presença e constituição do periódico científico que está associado ao reconhecimento dos feitos médicos dos tropicalistas. Considerar a existência de uma ‘Escola’ dessa natureza na Bahia, seria, para Edler (2002) não levar em consideração as realizações dos médicos brasileiros da Corte Imperial, em especial por ocasião da Febre Amarela, ocorrida no final de 1849, que assolou todo o Brasil.

A historiografia da História da Ciência tem demonstrado que a GMB e o grupo de médicos que a representa em sua primeira fase, assim como os médicos das demais fases, possuem múltiplas concepções epistemológicas, considerando o ponto de vista de cada pesquisador e sua filiação institucional. Para uma parcela significativa da comunidade científica do século 20, que está diretamente ligada à História da Medicina e Saúde no Brasil, considera-se que os estudos desenvolvidos na Bahia, em meados do século 19, foram de

especial significância para o progresso científico nacional. Isso é exemplificado na descoberta da filariose em 1868, pelo Dr. Otto Wucherer, amplamente divulgada na contemporaneidade, entretanto, apenas reconhecida em 1921 (GURGEL, CARNEIRO e COUTINHO, 2010).

Diversos temas foram e ainda são pesquisados por meio das páginas da revista baiana. Desse modo, a GMB tem se tornado o núcleo de estudos relevantes para a História da Ciência, mas também, de forma multidisciplinar, tratando-se das inúmeras especialidades clínicas que podem ser acessadas por meio das publicações de artigos no periódico. Uma das propostas investigativas diz respeito aos estudos voltados para os médicos que dedicaram suas vidas ao desenvolvimento da ciência e que estiveram diretamente ligados ao periódico científico baiano, seja como membro do corpo editorial, na condição de diretor ou redator.

Apoiada pelos estudos de Benchimol (2000), Mascarani (2003) aponta que:

A Escola Tropicalista Baiana, integrada por vários parasitologistas de renome, designava inicialmente um conjunto de médicos que se organizavam ao redor de um periódico fundado em 1866 – A Gazeta Médica da Bahia – à margem da Faculdade de Medicina existente na antiga capital do Brasil Colônia. Os tropicalistas permaneceram na fronteira entre o paradigma miasmático/ambientalista e a Teoria dos Germes, sendo que a escola estava preocupada em refutar o preconceito historiográfico de que a medicina brasileira era imitação da européia, produzindo investigações originais sobre as patologias nativas da Bahia e se posicionando independentemente face à medicina acadêmica européia e a classe médica local.

Assim, o Quadro 1 apresenta o levantamento da produção científica em torno da GMB na contemporaneidade. A partir deste, analisaremos os temas com maior incidência e abrangência territorial, bem como de que modo e por quais formas discursivas foram abordados esses assuntos no contexto da História da Ciência.

QUADRO 1 - *Gazeta Médica da Bahia* em investigações científicas

| Autor | Título | Ano |
|-----------------------------------|---|------------|
| Escola Tropicalista Baiana | | |
| CONI, Antonio Caldas | A Escola Tropicalista Bahiana: Paterson, Wucherer, Silva Lima | 1952 |
| LUZ, Madel Therezinha | Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. | 1982 |
| BARROS, Pedro Motta de | Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana | 1997 |
| PEARL, Julyan G. | The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1860 - 1889. | 1999 |
| EDLER, Flávio | A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil | 2002 |
| SANTOS, Adailton Ferreira | Escola Tropicalista Baiana: registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889) | 2008 |

| | | |
|---|---|------|
| SANTOS, Adailton Ferreira | A presença das ideias da Escola Tropicalista Baiana nas teses doutorais da Faculdade de Medicina (1850-1889) | 2012 |
| SANTANA, Celeste Maria de Oliveira | Comunicação científica na medicina tropical no contexto da ciência da informação (séculos XIX e XX) | 2013 |
| MARTINELLI, Maria de Fátima Mendes | Comunicação científica em saúde: a Gazeta Médica da Bahia no século XIX | 2014 |
| Personagens médicos que atuaram na GMB | | |
| BARRETO, Maria Renilda Nery; ARAS, Lina Maria Brandão de | Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. | 2003 |
| GELMAN, Ester. Aida | Ecos de um nome: Juliano Moreira - o processo de percepção e divulgação de conhecimentos em psiquiatria, psicanálise e História das Ciências na passagem para o século XX | 2006 |
| RAGO, Elisabeth Juliska | Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836 – 1931) | 2007 |
| RAGO, Elisabeth Juliska | Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931) | 2008 |
| FALCÃO, Edgard de Cerqueira | Pirajá da Silva: o incontestável descobridor do Schistosoma mansoni | 2008 |
| JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, Ester. Aida | Juliano Moreira e a Gazeta Médica da Bahia | 2008 |
| SILVA, Caroline Santos | Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894) | 2011 |
| BEZERRA, Rafael Santana. | A REPÚBLICA DOS INCAPAZES: Nina Rodrigues e a situação legal dos loucos no Direito Civil brasileiro (1899-1916) | 2017 |
| SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos | Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884-1937) | 2019 |
| MALAQUIAS, Anderson Gonçalves | A trajetória profissional de Antônio Pacífico Pereira: um estudo de caso sobre a concepção de medicina e ensino na Bahia (1862- 1922) | 2019 |
| JACOBINA, Ronaldo Ribeiro | Juliano Moreira da Bahia para o mundo: a formação baiana do intelectual de múltiplos talentos (1872-1902) | 2019 |
| Etiologia² | | |
| PEARL, Julyan G. | Race, Place, and Medicine: The Idea of the Tropics in Nineteenth-Century Brazilian Medicine | 1999 |
| MASCARINI, Luciene Maura | Uma abordagem histórica da trajetória da parasitologia | 2003 |

² Ramo do conhecimento cujo objeto é estudo das causas que provocam uma doença e seu modo de ação (Dicionário Michaelis)

| | | |
|---|--|------|
| GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin; CARNEIRO, Fernanda Carneiro; COUTINHO, Elaine Coutinho | Ciência no século XIX: a Contribuição Brasileira para a descoberta do agente etiológico da filariose linfática | 2010 |
| MALAQUIAS, Anderson Gonçalves | Ciência, Educação e divulgação científica: o nascimento da bacteriologia nas páginas da Gazeta Médica da Bahia (1866-1890) | 2012 |
| MALAQUIAS, Anderson Gonçalves | O micróbio protagonista: notas sobre a divulgação da bacteriologia na Gazeta Médica da Bahia, século XIX | 2016 |
| Temas Diversos: Racismo Científico; Higiene Pública; Epidemias e Sífilis | | |
| SCHWARCZ, Lilia Moritz | O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930) | 2005 |
| QUEIROZ, Vanessa de Jesus | Debates e embates sobre ameaça e prevenção: a cholera-morbus na Gazeta Médica da Bahia em 1866 | 2017 |
| QUEIROZ, Vanessa de Jesus | Saúde Pública em mau Estado: os debates sobre higiene pública na Gazeta Médica da Bahia na década de 1860 | 2018 |
| QUEIROZ, Vanessa de Jesus | “Profetas do mau agouro”? Higiene Pública na Gazeta Médica da Bahia (1866-1870) | 2018 |
| BATISTA, Ricardo dos Santos | O estigma da sífilis: Bahia, 1920-1930 | 2021 |
| SANTOS, Bárbara Barbosa dos | Corpos negros femininos e infantis em produções científicas publicadas na “Gazeta Médica da Bahia” | 2022 |

Análise e discussão dos dados

Ao analisar os dados levantados, percebe-se nos estudos que envolvem a GMB, que eles estão centralizados na Escola Tropicalista Baiana (ETB), e imbricam-se de forma significativa com outras perspectivas em torno da etiologia das doenças no século 19. Alguns estudos que pontuam a parasitologia ou bacteriologia, a exemplo das investigações realizadas por Gurgel, Carneiro e Coutinho, 2010; Massarani (2003); Malaquias (2012; 2016), destacando a participação da ETB na concepção histórica dessas análises, em geral associada à *Gazeta Médica da Bahia*, que disseminava as perspectivas investigativas daquele grupo. Dessa forma, algumas pesquisas que tratam da etiologia das doenças no século 19, trataram também da ETB e consequentemente da GMB.

Por outro lado, identifica-se que a maioria das pesquisas desenvolvidas que mencionam da *Gazeta Médica da Bahia*, a entendem como uma fonte primária de informação que apoia e sustenta os estudos científicos em inúmeras áreas do conhecimento. As disciplinas que mobilizam a GMB vão desde a própria História da Ciência, a História em suas múltiplas dimensões e a Ciência da Informação. Nesse sentido, as obras coletadas têm a GMB no bojo da sua discussão, como uma fonte de informação, com exceção dos estudos

desenvolvidos por Martinelli (2014), que adota a GMB como um objeto de estudo.

As investigações mostram-se fragmentadas por um determinado assunto, dentre os diversos que constam na revista científica, visto o seu caráter multidisciplinar. Desse modo, foram recuperados estudos a respeito dos agentes etiológicos das doenças, epidemias, higiene pública e racismo científico. Além desses, há estudos a respeito de alguns médicos que atuaram de forma significativa na medicina baiana e nacional, tendo seus nomes gravados na história da medicina brasileira e na GMB enquanto colaboradores, seja em cargos administrativos ou como autores, dentre outros inúmeros assuntos arrolados na Gazeta. Entretanto, uma investigação que adote a Gazeta enquanto um objeto de estudo amplo e que a destaque desde sua criação, em 1866, e sua descontinuidade, em 1934, ainda encontra-se distante dos objetivos e metodologias identificadas nos trabalhos contemporâneos a respeito da revista.

Alguns estudos que estão diretamente ligados à ‘Escola Tropicalista Baiana’ têm se tornado referencial significativo para pesquisas contemporâneas. Estes autores pioneiros no tema da medicina tropicalista na Bahia apresentam um grupo de médicos que fundou a GMB como precursores de uma medicina científica no Brasil, em virtude da visão epistemológica adotada por alguns esculápios da província da Bahia e o desenvolvimento de pesquisas ligadas a doenças consideradas do clima tropical (CONI, 1952; BARROS, 1997 e LUZ, 1999).

Dessa forma, diversos estudos têm se apoiado em referenciais como: Peard (1990; 1999); Santos (2008; 2012); Santana (2013); Martinelli (2014), que englobam produções acadêmicas e científicas como dissertações e teses, oriundas tanto da Bahia, quanto do São Paulo e fora do Brasil, como a tese e livro da Peard elaborados nos Estados Unidos, na última década do século 20. Nesse sentido, identificamos que o interesse acadêmico e científico em torno da GMB rompe barreiras geográficas e linguísticas, já que as obras da Peard (1990; 1999) estão escritas em língua inglesa.

Apesar da significativa contribuição do grupo de médicos denominados como tropicalistas, o período dessa perspectiva epistemológica da medicina baiana passou por algumas fases e, na última delas, o Dr. Nina Rodrigues teria contribuído para sua decadência, em virtude da ausência de condições estruturais na Bahia para seguir com este projeto, conforme aponta Barros (1997, p. 442) “a partir de 1896, a Escola Tropicalista Baiana entra em decadência”. O autor destaca que:

Um de seus pesquisadores é o médico Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), que abandona o projeto quando constata que não existe, na Bahia, possibilidade de se efetuar pesquisa rigorosamente científica, por falta de pessoal especializado (principalmente bacteriologistas com sólida formação), equipamentos de laboratório (microscópios etc.), materiais e recursos à altura da nova ciência que se descortinava com as descobertas de Pasteur, Koch, Claude Bernard e outros.

De forma geral, o maior quantitativo de obras levantadas a respeito da Gazeta perpassa alguma abordagem que envolve a Escola Tropicalista Baiana. No bojo desses estudos, citamos algumas teses, de modo que iniciaremos a análise por meio da pesquisa realizada por Santana (2013). A pesquisadora destaca que o foco do trabalho está alinhado à Gazeta Médica da Bahia enquanto canal de comunicação da ciência no século

19. No entanto, esse foco na GMB está diretamente ligado à ‘Escola Tropicalista Baiana’, apresentando alguns personagens que estavam associados à Medicina Tropical na Bahia no raiar do século 20. No entanto, outros temas foram tratados na GMB de forma ampla, em especial pela longevidade de circulação que a revista conquistou.

Sustentada pelos estudos de Coni (1952), a autora destaca uma divisão epistemológica de evolução para a medicina da Bahia desde o Brasil Colônia. O primeiro período seria considerado como uma época da Medicina Empírica (1500-1808), ou seja, até a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil. Em seguida, Santana (2013) informa a respeito da época considerada como dos sistemas teóricos, relacionado ao período entre 1808 a 1866, na qual a medicina estava ligada aos ensinamentos de compêndios estrangeiros, em especial franceses, por meio dos quais a prática médica sustentava-se por um viés teórico e com uma prática insuficiente. Já a época científica, compreendida exatamente no período de criação da GMB, entre 1866 e 1872, destaca-se pela circulação de ideias da medicina tropical por meio do periódico científico criado pelo grupo de médicos da Bahia.

Dessa forma, percebe-se que o tema central da investigação de Santana (2013), apesar de fornecer inúmeros dados teóricos, em particular a respeito da GMB, o objetivo de fato da pesquisa volta-se para a medicina tropical e seus representantes na GMB. Considerando que a revista passou por diversas fases, nas quais não apenas a medicina tropical foi objeto de publicações, outras pesquisas devem complementar o estudo realizado por Santana (2013), de modo que atendam aos mais variados temas publicados na GMB.

Nesse sentido, estudos que avancem de forma cronológica na circulação da gazeta permitiriam inteirar-se sobre os mais variados assuntos tratados no periódico, de modo que a perspectiva multidisciplinar da revista permite ampliar o escopo de análise a respeito da sua trajetória, no entanto, diversos estudos como o realizado por Santana (2013) investem na associação da GMB de forma massiva com a medicina tropical. Compreendemos que a revista recebeu notoriedade devido a essa temática, entretanto, é preciso avançar na cronologia e apresentar à sociedade outros assuntos que são alvos de preocupação médica na segunda metade do século 19, assim como no início do século 20, e que são debatidos nas páginas da GMB.

Por isso, evidenciamos os estudos realizados por Schwarcz (2005), que pauta a questão do racismo científico, o qual encontrou ressonância nas páginas da GMB entre 1890 e 1930, de acordo com a cronologia apresentada pela autora. Essa perspectiva investigativa é fundamentada pela evidência do nacionalismo identificado no período pós Proclamação da República, no qual temas como a Higiene pública e a Eugenia circulavam de forma significativa na sociedade brasileira.

Por outro lado, apontamos os estudos realizados por Queiroz (2018a; 2018b), que investe na questão da Higiene Pública, por meio de um viés apontado como negativo, no qual a GMB teria participado mediante às publicações que circulavam no periódico. No entanto, vale notar que as investigações realizadas pela autora abarcam o período inicial da GMB, ainda nas décadas de 1860 e 1870, considerados um interstício com amplitude reduzida para compor uma amostragem significativa da presença da GMB em torno dessa discussão,

o que, de modo historiográfico, causaria prejuízos nas análises (MARTINS, 2005).

Sugere-se, portanto, que essa temática seja desenvolvida com uma abrangência cronológica mais alargada, desse modo contemplando o início do século 20, a fim de compreender as perspectivas culturais, sociais e políticas da época, dados esses que interferem de sobremaneira em uma análise de discurso da Higiene Pública brasileira (ORLANDI, 2015).

Na análise de discurso, conforme aponta Orlandi (2015), os entremeios discursivos são pontos significativos de análise, assim como os silêncios, que podem dizer mais do que as próprias palavras escritas, em um contexto histórico apropriado. Por essa razão, adotar períodos reduzidos e realizar análises fora de uma perspectiva cultural, social e política, pode configurar um desvio das propostas inerentes à época da ocorrência.

Por outro ângulo, a perspectiva da presença feminina no ensino superior, em particular na medicina, é abordada por meio dos estudos desenvolvidos por Rago (2007; 2008); Silva (2011) e Santos (2019), nos quais destacam-se o pioneirismo de uma médica na administração e publicação na *Gazeta Médica da Bahia*, a relevância da ginecologia para o desenvolvimento de uma nação, bem como a trajetória da primeira mulher negra a se tornar médica na Bahia, na primeira década do século 20. Acrescenta-se a contribuição da GMB, enquanto fonte de informação em cada uma dessas pesquisas, de modo que as autoras contaram com registros da revista científica para substanciar suas investigações.

Diretamente ligada à GMB, a Dr^a. Francisca Prager Fróes foi a primeira diretora de uma seção de ginecologia deste periódico, e desperta o interesse em investigações que tenham como tema o ingresso da mulher na medicina. Considerada uma das precursoras no acesso à Faculdade de Medicina da Bahia, junto a outras cinco mulheres que ingressaram no ensino superior, exerceu forte influência em temas de repercussão feminina como o matrimônio e divórcio, associando esses aspectos sociais e políticos à saúde da mulher (RAGO, 2007).

Desse modo, esses estudos apresentam a importância da GMB no debate acerca do corpo feminino e em como a medicina da época tratava da concepção de saúde e doença na mulher. Para além da temática da medicina tropical, a ginecologia também esteve presente nas investigações científicas no periódico, em particular na pesquisa que envolveu a Dra. Francisca Prager Fróes enquanto personagem feminina representativa na esfera pública da medicina baiana.

Nesse sentido, estudos que tenham a GMB como fonte de informação e estejam diretamente ligados a um personagem médico (a) específico privilegiam uma abordagem mais direcionada à área de especialidade daquele protagonista. Dessa maneira, sem desmerecer a história do periódico, mas com objetividade investigativa, não se percebe um aprofundamento, tanto da criação da revista quanto a respeito das suas fases, ao longo de quase 70 anos de circulação.

Dos estudos recuperados a respeito da GMB, os que mais se aproximam da nossa proposta de investigação doutoral foram elaborados por Santana (2013) e Martinelli (2014) na Bahia. A primeira apresenta objetivos equivalentes aos nossos, no entanto, a aposta da pesquisadora busca identificar questões inclinadas à

medicina tropical, apresentando apenas um argumento pertinente à GMB e revelando tal questionamento: “A GMB foi realmente a primeira revista científica baiana na área e considerada como o veículo de comunicação formal e informal dos tropicalistas baianos?”, tendo sido a primeira tese de doutorado em Ciência da Informação do Norte-Nordeste³ e que apresenta, logo de início, essa temática voltada para a *Gazeta Médica da Bahia*. Por outro lado, a segunda pesquisa, aqui mencionada, aponta a GMB como objeto de estudo, o que amplia o horizonte em torno do periódico.

Dessa forma, Martinelli (2014) se concentra na comunicação científica possibilitada pela revista, contribuindo com dados relevantes acerca da criação e desenvolvimento da GMB, no período de 1866 a 1900, ou seja, inserida pontualmente na perspectiva do século 19. Diante disso, a autora aponta, a respeito da GMB, que:

Essa Revista não trata apenas de medicina, retrata tanto quanto o científico, a cultura de uma sociedade emergente, os traços do domínio político e econômico de Portugal, arte e cultura. O impacto das novas descobertas, as pandemias, as novidades trazidas da Europa para o cotidiano da sociedade baiana. Enfim, esta é uma publicação de pesquisa científica e de cultura humanística. (MARTINELLI, 2014, p. 23)

As palavras da autora afinam-se com a perspectiva investigativa da qual estamos em busca: iniciar o desenvolvimento de uma pesquisa científica a respeito da GMB, que abranja toda a sua primeira fase de circulação entre 1866 e 1934. Destacando, portanto, os desafios e as contribuições do periódico para História da Ciência brasileira. Inclui-se como premissa a investigação das razões que levaram à descontinuidade do periódico entre 1935 e 1965, ou seja, por 30 anos, em um período de franca ascensão da ciência no Brasil, inclusive com a criação da Universidade de São Paulo em 1934, considerada uma instituição com um perfil científico significativo.

Acrescenta-se que a autora apresenta a centralidade da sua pesquisa “na análise dos fascículos da GMB, publicados no período 1866 a 1900, [destacando que] esta pesquisa traz uma descrição minuciosa dos aspectos formais da Revista, bem como uma análise de conteúdo que revela os principais temas de interesse dos pesquisadores da época” (MARTINELLI, 2014, p. 25). Dessa forma, a pesquisadora apresenta os seus objetivos e a seguinte questão problema:

Como se deu a criação e o desenvolvimento da GMB no período oitocentista? O objetivo geral deste trabalho, portanto, consiste na análise do contexto em que surgiu a GMB; na verificação das circunstâncias que propiciaram o seu surgimento; e na respectiva descrição das características da Revista, publicada no século XIX, isto é, de 1866, ano de sua criação, até 1900. (MARTINELLI, 2014, p. 27)

Diante dessa delimitação dos estudos realizados por Martinelli (2014), podemos constatar que a presença da GMB no século 20 ainda encontra-se por ser investigada, em especial por meio de uma análise de discurso, de modo a serem discutidas as contribuições, desafios e dificuldades enfrentadas nesse período. Por outro lado, o declínio da GMB alinha-se às transformações ocorridas nos primeiros anos de um novo século, que para o Brasil representou a acomodação de um novo regime de governo com republicanismo e ênfase ao nacionalismo. Aponta-se que essa fase da GMB atravessou uma época de conflitos no país com a Guerra

³ Informação disponível em: <https://www.deolhonaci.com/news/primeira-tese-em-ci-do-norte-e-nordeste1/>. Acesso em 19 abr. 2023.

Constitucionalista em 1932 e, em seguida com o nascimento da Universidade de São Paulo em 1934 e do Distrito Federal em 1935.

Os estudos adicionais não expressamente especificados perpassam por análises acerca de personagens que contribuíram com a GMB. Desse modo, distanciam-se, de forma pormenorizada, da Gazeta enquanto objeto de estudo, mas apresentam dados relevantes para compreensão da rede de colaboradores e de administração do periódico, em particular, quando destaca a participação do Dr. Juliano Moreira na medicina baiana e na GMB (GELMAN, 2006), bem como a trajetória do Dr. Pacífico Pereira, que teria atuado na GMB por quase 50 anos de vida (MALAQUIAS, 2019).

Considerações finais

O levantamento revela que as abordagens mais evidenciadas em torno dos estudos sobre a GMB circundam as esferas tanto da ‘Escola Tropicalista Bahiana’, quanto às relacionadas aos personagens que fizeram parte do periódico em algum determinado momento ao longo da extensa trajetória da revista. Dessa forma, foram recuperados artigos, dissertações, teses e livros que versam a respeito de alguns temas diretamente associados ao periódico científico, de modo que, as tipologias bibliográficas são inúmeras.

Verifica-se que determinados autores são considerados referenciais significativos para os estudos que envolvem a GMB. Esses pesquisadores, nacionais e estrangeiros, foram amplamente citados nas investigações coletadas e despontam como figuras chaves para o entendimento reflexivo que sucinta a GMB. Por outro lado, as investigações relativas ao periódico baiano ainda apresentam uma cronologia que reflete minimamente a amplitude da revista, dada a longevidade e representatividade que adquiriu ao longo dos seus quase 70 anos de circulação nacional e internacional.

Nesse sentido, percebe-se a necessidade de investigações que abarquem períodos abrangentes da GMB e que as tenham como objeto de estudo em relação à sua condição de fonte de informação. Dessa forma, sugerimos que outros temas que despontaram na GMB também sejam pesquisados, para que a revista científica baiana seja apresentada não apenas como o canal de comunicação da medicina tropicalista baiana, mas como um suporte das inúmeras discussões que geraram em torno da sociedade brasileira e baiana da metade do século 19 ao início do século 20.

Essa proposta visa ampliar o raio de visão para o potencial investigativo da GMB e dinamizar as pesquisas em torno de diversas áreas do conhecimento. Por outro lado, aponta caminhos para a execução de investigações que destaquem o potencial científico da Bahia, seja no período dos oitocentos, como na efervescência do nacionalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Isabel; DIOGO, Maria Paula; BENCHIMOL, Jaime Larry; ROMERO SÁ, Magali. Contribuições para a História da Medicina Tropical nos séculos XIX e XX: um olhar retrospectivo. **Revista Anais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical**, Lisboa, v. 2, 2013. Disponível em: <https://anaisiht.com/index.php/ihmt/article/view/187/151>. Acesso em: 9 jun. 2021.
- AZEVEDO, Fernando. **As Ciências no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, v. 2, 1955.
- BARRETO, Maria Renilda Nery; ARAS, Lina Maria Brandão de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. **Revista História, Ciências, Saúde Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/bPKP8kyRLCWzt6PmYnVhzBm/>. Acesso em 30 mai. 2022.
- BARROS, Pedro Motta de. Alvorecer de uma nova ciência: a medicina tropicalista baiana. **Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 411- 459. 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/pH5KwwDM8HHKDNBw568Phst/>. Acesso em: 09 nov. 2022.
- BASTIANELLI, Luciana (Compilação e pesquisa). **Gazeta Médica da Bahia (1866-1934 / 1966-1976)**. Salvador: Edições Contexto, 2002.
- BATISTA, Ricardo dos Santos. O estigma da sífilis: Bahia, 1920-1930. **Revista História debates e tendências**. Passo Fundo. v. 21, n. 1, 2021, p. 100-119. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/12152/114115541>. Acesso em 08 abr. 2023.
- BRAGA, Douglas de Araújo Ramos. A institucionalização da Medicina no Brasil Imperial: uma discussão historiográfica. **Revista Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 10, n. 1. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5943>. Acesso em 05 jul. 2022.
- BEZERRA, Rafael Santana. **A República dos incapazes: Nina Rodrigues e a situação legal dos loucos no Direito Civil brasileiro (1899-1916)**. Recife, 2017. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco - Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25602>. Acesso em: 08 abr. 2023
- BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.
- CONI, Antônio Caldas. **A Escola Tropicalista Bahiana: Paterson, Wucherer, Silva Lima**. Bahia: Tipografia Beneditina Ltda, 1952.
- DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. As ciências na história brasileira. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo. v. 57, n.1, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v57n1/a14v57n1.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001.
- EDLER, Flávio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. FIOCRUZ. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro. v. 9, n. 2 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/jkzw6Q98SLFLYKNkR3cbQPh/abstract/?lang=pt>. Acesso em 27 abr. 2021.
- EDLER, Flávio. **A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Pirajá da Silva: o incontestável descobridor do Schistosoma mansoni**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008.

FIGUERÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Ciência e medicina fora da Corte: a Escola Tropicalista Baiana. FIOCRUZ. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro. v. 9, n. 3, 2002, p. 715-716. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/JLPWFnMHF98xyfjzJzVKpxN/?lang=pt#>. Acesso em 10 jun. 2021.

GELMAN, Ester. Aida. **Ecoss de um nome: Juliano Moreira - o processo de percepção e divulgação de conhecimentos em psiquiatria, psicanálise e História das Ciências na passagem para o século XX**. Salvador, 2006. Dissertação (Mestrado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) - Instituto de Física, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006. Disponível em: https://ppgefhc.ufba.br/sites/ppgefhc.ufba.br/files/dissertacao_ester_aida_gelman_2006.pdf. Acesso em: 05 abr. 2023.

GOMES, Ordival Cassiano. **Manoel Victorino Pereira: o médico e o cirurgião**. [s.l]: [s.n], 1953.

GURGEL, Cristina Brandt Friedrich Martin; CARNEIRO, Fernanda Carneiro; COUTINHO, Elaine Coutinho. Ciência no século XIX: a Contribuição Brasileira para a descoberta do agente etiológico da filariose linfática. **Revista de Patologia Tropical / Journal of Tropical Pathology**. Goiás, v. 39, n. 4. 2010: p. 251–260. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/iptsp/article/view/13060>. Acesso em: 03 jan. 2022.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; GELMAN, E. A. Juliano Moreira e a Gazeta Médica da Bahia. **Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1077-1097, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v15n4/11.pdf>. Acesso em: 20 out. 2021.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro; CHAVES, Leandra; BARROS, Rodolfo. A “Escola Tropicalista” e a Faculdade de Medicina da Bahia. **Gazeta Médica da Bahia**. Salvador, v. 78, n. 2, p. 86-93, 2008. Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/view/971/0>. Acesso em: 03 jan. 2022.

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. **Juliano Moreira da Bahia para o mundo: a formação baiana do intelectual de múltiplos talentos (1872-1902)**. Salvador: Edufba, 2019.

LIMA, S. F. da S. O Dr. Paterson, sua vida e sua morte: esboço biográfico. **Gazeta Médica da Bahia**. Salvador, v. 18, n. 8, 1887, p. 337-44, 385-94, 433-9, 481-92. Disponível em: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/485/472>. Acesso em: 13 abr. 2023.

LOPES, Maria Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos *In: Fontes Históricas*. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

LUZ, Madel Therezinha. **Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. (Biblioteca de saúde e sociedade, v. 9).

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. **Ciência, Educação e divulgação científica: o nascimento da bacteriologia nas páginas da Gazeta Médica da Bahia (1866-1890)**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasiliansa/media/AndersonGoncalvesMalaquias.pdf?msckid=e76a37d3ade811ec93fcb122feb93783>. Acesso em: 05 abr. 2023.

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. O micróbio protagonista: notas sobre a divulgação da bacteriologia na Gazeta Médica da Bahia, século XIX. **Revista História, Ciências, Saúde -Manguinhos** [online]. v, 23, n. 3, p. 733-756, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/zRnFzhYpkHnYknryjVvHnGP/?lang=pt#>. Acesso em: 9 jun. 2021.

MALAQUIAS, Anderson Gonçalves. **A trajetória profissional de Antônio Pacífico Pereira: um estudo de caso sobre a concepção de medicina e ensino na Bahia (1862- 1922)**. Rio de Janeiro, 2019. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Educação), Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=7713623. Acesso em: 27 mar. 2022

MARTINELLI, Maria de Fátima Mendes. **Comunicação científica em saúde: a Gazeta Médica da Bahia no século XIX**. Salvador, 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades Artes e Ciências Prof. Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15067>. Acesso em: 21 abr. 2021.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. História da Ciência: objetos, métodos e problemas. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 2, p. 305-317, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/Bg8wgfnLgqvKB3tyBKXShCd/?lang=pt#>. Acesso em: 07 abr. 2023.

MASCARINI, Luciene Maura. Uma abordagem histórica da trajetória da parasitologia. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. Rio de Janeiro. v. 8, n. 3, 2003, p. 809-814. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/FZNYvMBCHYyBDcJHPJL9p8H/?lang=pt#>. Acesso em: 9 jun. 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes editores, 2015.

PEARD, Julyan G. **The Tropicalist School of Medicine of Bahia, Brazil, 1860 - 1889**. (Tese) Columbia University, 1990.

PEARD, Julyan G. **Race, Place, and Medicine: The Idea of the Tropics in Nineteenth Century Brazilian Medicine**. London: London Duke University Press. 1999.

PEREIRA, A. P. Esboço biográfico do Dr. Otto Wucherer. **Gazeta Médica da Bahia**. Salvador, v. 6, n. 139, 1873, p. 305-9. Disponível em: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/130/122>. Acesso em: 13 abr. 2023.

QUEIROZ, Vanessa de Jesus. Debates e embates sobre ameaça e prevenção: a cholera-morbus na Gazeta Médica da Bahia em 1866. In: **XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia 29, 2017**. Brasília. Anais [...] Brasília: Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502720096_ARQUIVO_TextoVanessa-PublicacaoSimpósioNacionalANPUH2017.pdf. Acesso em: 08 fev. 2023.

QUEIROZ , Vanessa de Jesus. Saúde Pública em mau Estado: os debates sobre higiene pública na Gazeta Médica da Bahia na década de 1860. **Revista Em Tempo de Histórias**. Brasília, n. 31, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14714>. Acesso em: 08 abr. 2023.

QUEIROZ , Vanessa de Jesus. “**Profetas do mau agouro**”? **Higiene Pública na Gazeta Médica da Bahia (1866-1870)**. Brasília, 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2018b. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32894/1/2018_VanessadeJesusQueiroz.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

RAGO, Elisabeth Juliska. **Outras falas: feminismo e medicina na Bahia (1836 – 1931)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

RAGO, Elisabeth Juliska. **Francisca Prager Fróes: medicina, gênero e poder nas trajetórias de uma médica baiana (1872-1931)**. Ciências & Saúde Coletiva. v. 13, n.3, maio-junho, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/WJSDZMvnnrYmLdB6wzknMMY/#>. Acesso em 05 mar. 2023.

SANT’ANNA, Eurydice Pires de; TEIXEIRA, Rodolfo. **Gazeta Médica da Bahia: Índice Cumulativo 1866-1976**. Salvador: Faculdade de Medicina e Farmácia, 1984.

SANTANA, Celeste Maria de Oliveira. **Comunicação científica na medicina tropical no contexto da ciência da informação (séculos XIX e XX)**. Salvador, 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18157>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. **A constituição de identidades médicas no Brasil pré-republicano: apontamentos sobre a clínica e a experimentação**. Revista Caderno de História e Ciência, São Paulo, v.5, n. 2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/cadernos/article/view/35779>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SANTOS, Adailton Ferreira. **Escola Tropicalista Baiana: registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia (1866-1889)**. São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13391>. Acesso em: 18 jan. 2021.

SANTOS, Adailton Ferreira. **A presença das ideias da Escola Tropicalista Baiana nas teses doutorais da Faculdade de Medicina (1850-1889)**. São Paulo, 2012. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13277>. Acesso em: 19 jan. 2021.

SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos. **Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884-1937)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33196>. Acesso em: 05 mar. 2023.

SANTOS, Bárbara Barbosa dos. **Corpos negros femininos e infantis em produções científicas publicadas na “Gazeta Médica da Bahia”**. Revista Brasileira de História da Ciência, v. 15, n. 2, p. 268-278, 2022. Disponível em: <https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/740/611>. Acesso em: 08 abr. 2023.

SILVA, Caroline Santos. **Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: ensino e prática da Obstetrícia e Ginecologia em Salvador (1876-1894)**. Salvador, 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12851>. Acesso em 08 abr. 2023.

STEPAN, Nancy. **Beginnings of Brazilian Science: Oswaldo Cruz, Médical Research and Policy, 1890-1920**. New York: Science History Publ, 1976.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SCHWARTZMANN, Simon. **Formação da comunidade científica**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.